



# o povo E O PRESIDENTE

1983

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
**Gabinete Civil**

**SECRETARIA DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO**  
**Coordenadoria de Divulgação**

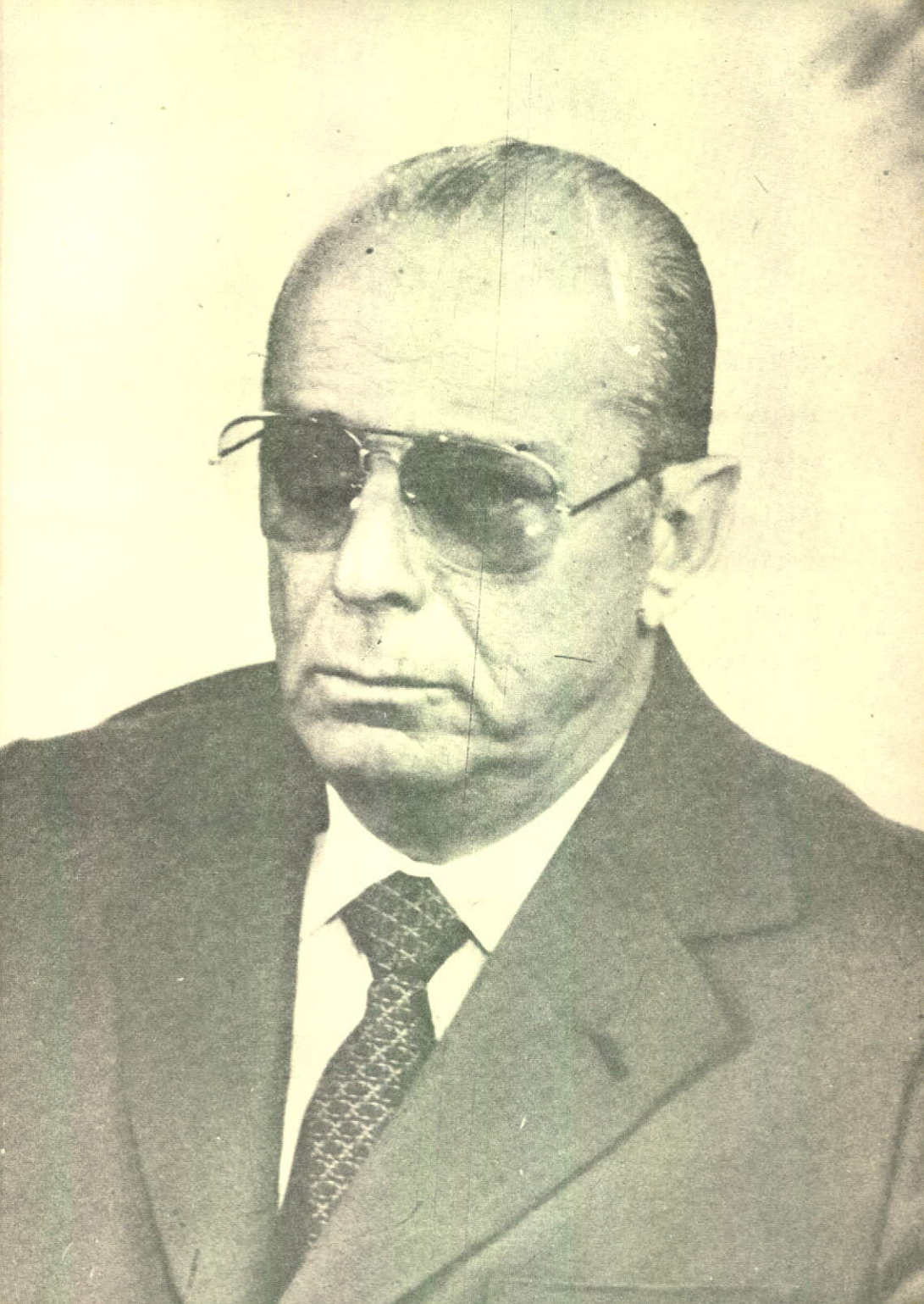
**O POVO E O PRESIDENTE**

**BRASÍLIA**  
**1983**

## SUMÁRIO

	Página
Programa n.º XXIII	7
Programa n.º XXIV	21
Programa n.º XXV	33
Programa n.º XXVI	43
Programa n.º XXVII	55
Programa n.º XXVIII	67
Programa n.º XXIX	77
Programa n.º XXX	89
Programa n.º XXXI	101
Programa n.º XXXII	115
Programa n.º XXXIII	127
Programa n.º XXXIV	137
Programa n.º XXXV	143
Programa n.º XXXVI	149
Programa n.º XXXVII	155
Programa n.º XXXVIII	161
Programa n.º XXXIX	167
Programa n.º XL	173
Programa n.º XLI	179
Programa n.º XLII	185





## PROGRAMA Nº XXIII

9 de janeiro de 1983

ABERTURA

DÍVIDA EXTERNA

DEMOCRACIA

SATÉLITE BRASILEIRO

MAR TERRITORIAL

TUCURUÍ

ENCERRAMENTO

## ABERTURA

**Apresentador** — *Boa noite, brasileiros. Este é o primeiro programa “O Povo e o Presidente” do ano de 83. Eu gostaria de fazer três rápidas observações aqui, ao caríssimo telespectador de todo o Brasil, ao senhor e à senhora.*

*Nós já acertamos aqui, no “O Povo e o Presidente”, e se o senhor ou a senhora escreverem cartas contendo uma única pergunta – e clara a pergunta –, a pergunta será respondida pelo Presidente.*

*Muitas cartas trazem cinco, seis perguntas. Somos obrigados a selecionar uma que dá um critério de escolha para nós. Então, eu pediria a todo o Brasil que as cartas podem conter as páginas que contiverem, podem escrever o que quiserem, desde que venha claramente colocada uma pergunta objetiva, para que a resposta do Senhor Presidente da República seja objetiva.*

*Segundo: eu já expliquei aqui, mais de uma vez, que as cartas são selecionadas por uma equipe da Divisão de Jornalismo da TV Globo de Brasília. Então, INPS faz um monte aqui; assunto de trabalho, aqui; assistência médica, aqui; sugestões aqui. Então, pelo número de cartas de cada assunto, é que as cartas são selecionadas. Essas cartas são exclusivamente selecionadas pela Rede Globo de Televisão, na Divisão de Jornalismo de Brasília. Então, é tirada uma carta da Previdência Social, assunto Previdência; então, tem lá 500 cartas; então, escolhe-se uma carta, representativa da maioria das outras cartas. O que quer dizer o seguinte: se eu tenho uma pergunta, e esta pergunta é parecida com a maioria das perguntas sobre Previdência Social, é evidente que essa pergunta é trazida para que o Senhor Presidente da República responda.*

*Terceiro: evidentemente, se nós temos um afluxo, uma chegada de cartas, um número muito grande, elas não podem ser respondidas aqui semanalmente. Muitas dessas cartas que não são respondidas aqui, são respondidas por telegramas e são respondidas por carta, pela Assessoria do Presidente João Figueiredo, diretamente a quem escreve ao Presidente da República.*

*Senhor Presidente, estamos aqui, na primeira semana de 1983. Eu não tirei férias, mas o Senhor também não tirou férias, este ano.*

**Presidente** — *Ney, eu não tenho férias desde 1962. Não porque eu não queira, porque eu nunca tive oportunidade. Primeiro, porque os dois últimos anos que eu passei, antes da Revolução, não me deram férias, por-*

que na Escola do Estado-Maior, onde eu estava, houve necessidade de eu ficar à testa da seção que eu chefiava. E depois da Revolução, eu nunca tive oportunidade de tirar férias. Ou melhor, nunca me deram oportunidade de tirar férias.

## DÍVIDA EXTERNA

**Apresentador** – *Senhor Presidente, a primeira carta de hoje é de Dona Dayse Maria Vieira de Macêdo, de São Paulo, e diz que o seu marido ganha bem e que, em consequência disso, eles dormem tranqüilamente. Agora, ela sugere que isso não acontece com o Brasil, o mesmo não acontece com o Brasil.*

*E pergunta: “É realmente necessário, Presidente Figueiredo, pedir tanto dinheiro emprestado? Segundo: Vale a pena progredir à custa dos outros? Terceiro: o Senhor acha que o progresso é mais importante que a tranqüilidade?”*

**Presidente** — Dona Dayse, eu não sei onde nem em quê o marido da senhora trabalha. Mas o que eu lhe posso assegurar, com certeza, é que se alguns milhões de brasileiros como ele, hoje em dia, trabalham e ganham razoavelmente, é porque pudemos realizar obras e projetos graças aos empréstimos que fizemos no exterior.

Todo o dinheiro que tomamos emprestado lá fora foi investido na construção de usinas de eletricidade, na prospecção de petróleo, na abertura de estradas, no aparelhamento dos portos, na indústria petroquímica e de fertilizantes, na siderurgia, no apoio à agricultura e no financiamento de milhares de empresas industriais no Brasil. Isso, para mencionar somente alguns setores. Há dezenas de outros, ainda, que só puderam ser desenvolvidos rapidamente com o uso de dinheiro externo. Veja, por exemplo, as telecomunicações.

Será que ninguém mais se lembra que há apenas 15 anos atrás, o telefone, no Brasil, era um inferno? Hoje ele funciona com a mesma qualidade dos países mais adiantados do mundo.

Quer dizer, em resumo: o dinheiro que tomamos emprestado foi essencial para o desenvolvimento do País, e foi todo aplicado nesse sentido, isto é, na criação de condições para que um número cada vez maior de brasileiros pudesse ter seu emprego, sua renda, e assim dormir tranqüilamente como seu marido, Dona Dayse.

O problema é que, às vezes, as pessoas não se dão conta dessa relação que existe entre a dívida externa e os benefícios que, com ela, conseguimos trazer para o nosso País. Pouca gente quer entender que nós não teríamos outro jeito para fazer tudo o que fizemos nos últimos anos, sem os recursos externos.

Os nossos recursos próprios, quer dizer, a poupança que nós somos capazes de botar de lado, eram e são insuficientes para custear todos os investimentos que temos que fazer num País que cresceu de 70 para 120 milhões de habitantes, em 20 anos, e no qual, desses 120 milhões, apenas 50 trabalham, porque os outros são menores ainda.



Quando os críticos do Governo atacam a política de endividamento, não falam nessas causas básicas que nos levaram a tomar empréstimos no exterior. Eles não dizem qual seria a alternativa, isto é, que se não tomássemos os empréstimos, muita gente estaria sem emprego, o Brasil teria se desenvolvido muito menos, e a qualidade de vida de nossa geração seria muito inferior à que temos hoje.

Aliás, há outra coisa que também pouco se divulga. Não é só o Governo que toma emprestado no exterior. Também as empresas privadas buscam lá fora muitos recursos para crescerem e para ampliarem seus negócios.

Por que é que fizeram isso? Por que era mau negócio? Claro que não. As empresas tomaram emprestado no exterior porque o custo do dinheiro lá fora era baixo. Quer dizer, procuraram usar esses recursos porque eles eram baratos. O Governo fez o mesmo e usou dinheiro emprestado em benefício do povo. Nunca tomamos um empréstimo que não fosse destinado a um projeto de grande importância para a economia de nosso País.

Aí, num certo momento — há uns dois anos e pouco —, o preço do petróleo voltou a subir; os juros começaram a aumentar em quase todo o mundo; começamos a ter dificuldades para colocar nossas exportações, e é com as exportações que ganhamos os dólares para pagar os empréstimos externos.

Essa situação se agravou agora, no segundo semestre de 1982, e nós tivemos, então, que mudar nossa política de endividamento. Nossa capacidade de pagamento dá para pagar o que já tomamos emprestado, mas só dá para pagar um aumento de nossa dívida quando, e se pudermos também, aumentar nossas exportações. E isso, por agora, está muito difícil.

Por isso, o Governo tratou de reformular nossos compromissos com os bancos estrangeiros e vamos, neste ano, adotar uma política de endividamento menor. Estamos fazendo isso com toda a tranquilidade. Não estamos, Dona Dayse, progredindo às custas dos outros. Estamos pagando o que devemos, assim como também os países que nos devem nos pagam o que lhes emprestamos.

Portanto, Dona Dayse, o que acontece é que estamos vivendo um momento de transição, de mudança de condições, de ritmo de desenvolvimento. Nesses momentos surgem muita ansiedade, muita preocupação e, sobretudo, muita especulação com relação aos rumos futuros de nossa vida. Se o dinheiro, quer dizer, se a poupança externa, agora, ficou muito cara para nós, e não podemos contar com ela por algum tempo, o que temos de fazer é adotar um ritmo de desenvolvimento um pouco menor, e concentrar esforço e trabalho nos setores que dependem menos dos recursos externos. E também, trabalhar muito para dinamizar nossas exportações. Tudo isso nós podemos fazer com

união, trabalho e consciência de que não é só o Brasil, mas o mundo todo, que está passando por uma fase difícil de reajuste econômico e financeiro. Não há por que perder o sono. Temos condições de superar essa fase, inclusive porque toda a comunidade internacional confia no Brasil e nos apóia.

## DEMOCRACIA

**Apresentador** – *Presidente João Figueiredo, esta pergunta é de um estudante de 14 anos, de Fortaleza, no Ceará. É o Luiz Rocha Júnior. Ele diz que as oposições não reconhecem os propósitos de Figueiredo para com a Democracia, ao contrário dele.*

*Luiz Rocha indaga se o Presidente acredita que o povo brasileiro se encontra preparado para o que ele chama de Democracia total.*

**Presidente** – Luiz, os meus opositores várias vezes disseram não acreditar nos meus propósitos. Acho que depois desses três anos de Governo, o povo brasileiro acredita em mim e aí estão os fatos, como as eleições, para provar a minha sinceridade.

Como poderia eu conduzir o processo de abertura democrática sem acreditar que esse é o melhor caminho para nós, para o povo brasileiro? É claro que acredito, e tenho a certeza de que também cada cidadão brasileiro acredita que ele está preparado para gozar os direitos e exercer os deveres próprios do regime democrático.

A Democracia, Luiz, é um regime político com três características fundamentais. Primeira: o poder emana do povo e é exercido através de seus representantes eleitos livremente. Segunda: os cidadãos têm garantidas as suas liberdades individuais e respeitados os direitos sociais. Terceira: existe um estado de direito, uma organização política definida por um pacto social e uma estrutura legal. É, através desse sistema legal, que o poder é exercido.

Essas três características estão presentes no Brasil. Somos uma Democracia de fato e de direito. Eu sei que ainda há algumas vozes discordantes que, por interesses próprios, procuram qualificações para a Democracia, mas que são irrelevantes. Chamar a Democracia de total, parcial, etc., é enveredar por um debate estéril e sem finalidade. A Democracia, inclusive, já conta com vários modelos no mundo, com as diferenças de forma amadurecidas pelas experiências próprias de cada povo, conforme os seus valores específicos. A Democracia americana, a francesa, a inglesa, têm diferenças muito nítidas entre si na forma, mas em todos estão presentes as características que eu aponte como fundamentais. Estou seguro de que também a Democracia brasileira está se desenvolvendo através de nossa história, ainda curta, no sentido mais concorde com os nossos valores, com as nossas aspirações, a nossa forma de ser. Essa evolução individualista, aliás, é da essência do regime democrático.

## SATÉLITE BRASILEIRO

**Apresentador** — *Presidente Figueiredo, o Moacir Batista da Graça, de Perus, São Paulo, manifesta a sua preocupação pelos investimentos feitos pelo Governo Federal, e que estão sendo feitos pelo Governo que o Senhor preside, citando, como exemplo, Presidente Figueiredo, a compra de um satélite artificial.*

*E ele pergunta: "Presidente João, por que o Brasil comprou um satélite, se já temos uma tecnologia para produzir um, aqui mesmo, no Brasil?"*

**Presidente** — Meu caro Moacir, ninguém mais que eu gostaria de confirmar essa informação. Mas, na verdade, o Brasil não possui ainda tecnologia para fabricar satélites de comunicações. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais — o INPE —, instalado em São Paulo, em São José dos Campos, desenvolve um projeto de satélite para pesquisa científica e sensoriamento remoto, que espera poder lançar daqui a sete anos. Esse satélite será 10 vezes menor que o de comunicações e possuirá tecnologia bem mais simples. Ainda não dominamos a necessária tecnologia para, a curto prazo, colocarmos em órbita um satélite de comunicações de fabricação nacional. Outro ponto importante, para justificar a compra do satélite doméstico, prende-se à necessidade de ocupar, no espaço, uma posição chamada geoestacionária. Nesse terreno, predomina a tese do *uti possidetis*, tendo direito à posição quem ocupá-la. O nosso satélite doméstico ficará em órbita estacionária a 36 mil quilômetros. Essa órbita tem capacidade limitada para receber satélites. Assim, a demora na decisão poderia inviabilizar, no futuro, a colocação em órbita de um satélite, lesando os interesses do País.

A compra do satélite no exterior foi decidida através de licitação internacional. Um dos requisitos foi justamente a transferência de tecnologia de fabricação de satélite de comunicações para os nossos órgãos de pesquisa, especialmente o INPE e o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da TELEBRÁS.

Quero mencionar, também, que outro requisito foi o compromisso de serem importados, no prazo correspondente à fabricação do satélite, produtos brasileiros em montante igual aos valores de fabricação e lançamento do satélite. Isso significa que vamos pagar o satélite com recursos obtidos pela nossa produção nacional.

## MAR TERRITORIAL

**Apresentador** — *Presidente Figueiredo, tem uma carta aqui de uma estudante. É a Andréia da Cunha Soares, do Rio de Janeiro, que quer saber por que os Estados Unidos não reconhem os limites de 200 milhas do nosso mar territorial, se eles são nossos aliados.*

**Presidente** — Se a posição dos Estados Unidos não era idêntica à do Brasil na questão do mar territorial, isto não constituiu motivo para surpresa ou preocupação.

Em março de 1970, o Brasil definiu o seu interesse por uma ampliação do seu mar territorial até 200 milhas. A partir daquele ano, vários países estenderam os limites do seu mar territorial. Um número ainda maior estendeu sua jurisdição até 200 milhas para fins econômicos.

As novas idéias a respeito de mar territorial foram evoluindo e um expressivo número de países inclinou-se em favor da concepção de um mar territorial propriamente dito de 12 milhas, associado a uma zona econômica exclusiva até à distância de 200 milhas.

Foi justamente em torno dessa concepção que se foram orientando os trabalhos da Terceira Conferência das Nações Unidas Sobre o Direito do Mar, encerrada no dia 7 de dezembro último. Os Estados Unidos, nesse período, adotaram uma zona de pesca até 200 milhas. É natural que dois países soberanos, como o Brasil e os Estados Unidos, com faixas de interesses amplas e diversificadas, nem sempre tenham posições coincidentes nas questões internacionais. De certa forma, divergências aparecem normalmente em um relacionamento crescente e variado. Assim, Brasil e Estados Unidos desenvolvem seu relacionamento como consequência natural do progresso individual de cada um dos países. Este progresso nos conduz à identificação de novos interesses convergentes, mas não exclui a ocorrência de divergências.

Portanto, eu diria que as divergências de opinião entre Brasil e Estados Unidos, a respeito de um tema como o do limite de 200 milhas do mar territorial brasileiro, não devem ser razão para estranheza. Os entendimentos entre Brasil e Estados Unidos sempre foram pautados pelo reconhecimento mútuo do direito de discordarmos em um quadro geral de compreensão e amizade. Sem isso, as nossas relações não teriam o dinamismo e o potencial que sempre demonstraram.

## TUCURUÍ

**Apresentador** – *Senhor Presidente, a última carta de hoje é de Maria de Lourdes, de Campina Grande, na Paraíba. Ela diz aqui na carta que ouviu falar que a hidrelétrica de Tucuruí teria suas obras interrompidas como forma de combate à inflação.*

*Ela sugere, então, que todos os brasileiros façam contribuições de 10, 20, 50, 100, 500 cruzeiros, cada qual, conforme as suas possibilidades, para evitar isso.*

*Pergunta: “Presidente João Figueiredo, o Senhor pode impedir que Tucuruí tenha as suas obras interrompidas?”*

**Presidente** — Maria de Lourdes, a notícia de que a usina hidrelétrica de Tucuruí teria suas obras interrompidas não é verdadeira. O que existe, de fato, é um ajustamento do cronograma de execução das obras civis da usina.

A crise financeira mundial provocou a necessidade de um ajustamento na economia brasileira. O Governo alterou a distribuição de recursos para investimentos das empresas estatais para 83, tanto no setor elétrico, como em outros de vital importância.

A usina hidrelétrica de Tucuruí terá seu cronograma de entrada em operação adaptado a essa nova disponibilidade de recursos. Por meio de um sistema de interligação do Norte/Nordeste, a Região Amazônica receberá 1.000 megawatts da Região Nordeste, até a entrada, em operação, de Tucuruí. Quando isto acontecer, esta situação se invertirá. O andamento das obras civis da usina continua sendo executado, embora em ritmo mais lento.



## ENCERRAMENTO

**Apresentador** — *Presidente João Figueiredo, eu tenho ouvido falar por aí, às vezes as pessoas perguntam assim: “O Senhor vai governar? Mas a situação está difícil, tem crise, não tem dinheiro. Como é que o Senhor vai fazer?”*

*Aí a pessoa responde assim — pessoas importantes — elas falam assim: “Não, eu vou governar só com austeridade e com criatividade”, excluindo, portanto, a “grana”, o dinheiro, que compõe a receita orçamentária.*

*É possível, Presidente, governar só com esses dois componentes, sem dinheiro, já que o Senhor está há quatro anos governando o País?*

**Presidente** — Olha Ney, eu acho que não é possível, não. E tanto não é possível que eles vêm a mim — esses mesmos que falam, alguns que falam em apenas criatividade e austeridade — vêm a mim para pedir recursos. Eu acho que não é possível. Sem recursos não há possibilidade de se desenvolver o País.

**Apresentador** — *Presidente João Figueiredo, nós estamos agora na primeira semana de 83. Mudou a colher, mas o remédio continua amargo. Como é que fica esse combate à inflação, que é a peça fundamental da política econômico-financeira do Governo do Senhor em 83?*

**Presidente** — Ney, você falou bem. Continua amargo. Do que eu tenho lido sobre o combate à inflação, do que eu tenho ouvido de professores e economistas, em todo o mundo, é que o combate à inflação é sempre amargo. Não se conhece uma só medida açucarada, doce, amena, para combater a inflação. O combate à inflação requer sacrifício e, consoante a intensidade dessa inflação, esse sacrifício às vezes é penoso, é grande, como é o caso brasileiro.

Se houvesse possibilidade de combater a inflação, de dominar a inflação, com medidas açucaradas, em que o povo não sofresse, eu já as teria adotado. E muitos outros governantes, no mundo, já as teriam adotado também. Infelizmente, não há. O combate à inflação requer o sacrifício de todos, desde o Governo até o último operário.

Agora, este sacrifício não deve ser igualmente distribuído por todos. Já que nem todos são iguais em capacidade aquisitiva, é preciso que esse sacrifício seja desigualmente distribuído. Aí é que está a verdadeira filosofia, a filosofia justa do combate a inflação. Os que vivem com mais dificuldade, os que ganham salários menores, devem ser os menos sacrificados nesse combate à inflação. E os que ganham mais, os que têm salários maiores, os que têm maiores lucros, esses devem ser os mais sacrificados. Sem isso, não há combate à inflação.

**Apresentador** — *Vai ser duro, mas nós vamos vencer essa crise de 83. Temos condições de chegar lá?*

**Presidente** — Temos, temos condições de chegar lá. É preciso de trabalho, trabalho e perseverança, e a certeza de que o problema pode ser contornado.

Agora, é preciso que se durma bem, para que, no dia seguinte, se acorde em condições de trabalhar e produzir mais. Não adianta ficar desesperado e passar as noites em claro, pensando em descobrir uma maneira de combater a inflação que não seja esta, as clássicas que estão nos livros. Se alguém souber — e isso eu já disse várias vezes em praça pública, em discursos — se alguém souber de uma maneira suave para combater a inflação, eficiente, que traga ao meu conhecimento. Eu não encontrei. E esses mesmos homens que estranharam a inflação e bradavam aos céus contra a inflação brasileira, alguns deles estão, agora, no Governo. Foram eleitos pelo povo. O povo acreditou na palavra deles. Está na hora deles mostrarem que podem combater a inflação sem sacrifício.

**Apresentador** — *Senhor Presidente, boa noite e muito obrigado.*

**Presidente** — Obrigado, Ney.



## PROGRAMA Nº XXIV

16 de janeiro de 1983

ABERTURA

CHEQUES PARA DÍVIDA EXTERNA

TECNOLOGIA ESTRANGEIRA

IMPOSTO DE RENDA

BNH

SUBSÍDIO DO FEIJÃO

ENCERRAMENTO

## ABERTURA

**Apresentador** – *Boa noite brasileiros. O Presidente Figueiredo esteve com o Presidente da Argentina, na semana que passou.*

*Senhor Presidente, como é que foi o contato pessoal do Senhor com o Presidente Bignone?*

**Presidente** – Olha Ney, o Presidente Bignone é um homem simples, inteligente, de conversa franca, cordial, um homem muito aberto. É um desses homens com quem a gente se sente à vontade logo nos primeiros instantes da conversa. Foi, para mim, uma grata satisfação a maneira com que as nossas conversações se desenrolaram.

**Apresentador** – *O Senhor já o conhecia pessoalmente?*

**Presidente** – Já. Eu já tinha estado com ele, uma vez, em Buenos Aires, quando fiz a minha visita oficial a Buenos Aires, e ele teve ocasião até de conversar ligeiramente comigo e fazer umas apresentações, lá, em umas das salas do Parlamento argentino.

**Apresentador** – *Presidente, e os resultados concretos desse encontro lá na divisa do Brasil com a Argentina?*

**Presidente** – Os resultados foram bons. Não foram nem aquém nem além daquilo que está no comunicado conjunto. Tudo o que nós objetivamos, com esse encontro, foi alcançado.

## CHEQUES PARA DÍVIDA EXTERNA

**Apresentador** – *Presidente Figueiredo, a dívida externa continua sendo, hoje, uma preocupação, um assunto nacional. Não que não fosse antes mas hoje está tudo ruim. Tanto é que essa pergunta evidência bem. O Senhor que ver?*

*O Gilberto Guimarães Diniz, de Itapeva, São Paulo, servente de uma firma de engenharia, tem uma sugestão para o Brasil pagar sua dívida externa. Ele sugere que o Governo desconte, todo o mês, uma parcela do salário de cada trabalhador, até liquidar a dívida. E, para servir de exemplo, o próprio Gilberto mandou, em seu nome, esses 10 cheques de 2 mil e 300 cruzeiros cada um.*

*O Senhor considera válido esse tipo de iniciativa, Presidente?*

**Presidente** – Olha aqui, Gilberto, seu gesto me comoveu muito, Mas vamos esclarecer uma coisa.

O problema da dívida externa não se resolve com o cruzeiro, ela tem de ser paga em dólares, e com cruzeiros, infelizmente, eu não posso conseguir dólares. Para conseguir dólares eu tenho de exportar. Quer dizer, temos de vender nossos produtos no exterior e, com os dólares recebidos em pagamento, custear duas coisas:

Primeiro, as importações daquilo que compramos lá fora, como o petróleo.

E segundo, o pagamento do dinheiro que tomamos emprestado para desenvolver o País.

De maneira que, infelizmente, não adianta acumular cruzeiros, temos é que exportar.

**Apresentador** – *Mas, Senhor Presidente, o que é que vamos fazer com os cheques que o Gilberto mandou?*

**Presidente** – Bem Ney, esses cheques eu vou mandar restituir ao Gilberto, pois eles não adiantam, como eu disse, para pagar compromissos com o exterior.

Quero, mais uma vez, registrar o meu respeito pela atitude e pelo gesto do Gilberto. Aliás, muita gente como ele, gente sincera, tem me trazido apoio, simples, sem pedir nada, querendo ajudar o nosso Brasil nessa fase difícil que o mundo atravessa. Tudo isso me emociona muito e, a todos, ao Gilberto, a todos os que dessa forma se preocupam com o País, eu digo: a melhor maneira de ajudar e dirigir todo o esforço para o trabalho, é manter a confiança na nossa capacidade e nas potencialidades do Brasil. Vamos produzir, vamos exportar, vamos manter em dia nossos pagamentos e vamos retomar o desenvolvimento do País.



## TECNOLOGIA ESTRANGEIRA

**Apresentador** — *Presidente João Figueiredo, o Denis Filipe Bayer, de São Paulo, é direto em sua pergunta.*

*Pergunta ele o seguinte: "Qual a razão do nosso País utilizar tanta tecnologia estrangeira, uma vez que o Brasil é inteligente o suficiente para ter sua própria tecnologia?"*

**Presidente** — Denis, a sobrevivência de milhões de brasileiros depende da nossa capacidade de criar empregos para eles, através do nosso desenvolvimento econômico. E desenvolvimento econômico é conhecimento tecnológico. Não podemos nos dar ao luxo e ao desperdício de pesquisar como se faz uma roda se ela já é feita por muita gente. Precisamos importar tecnologia, porque precisamos dessa tecnologia aqui e agora e, com isso, poupamos tempo e dinheiro.

Nenhum país é auto-suficiente no campo tecnológico, Denis. A auto-suficiência tecnológica é um simples conceito teórico. Mesmo os Estados Unidos e a União Soviética são importadores de tecnologia.

Agora, também não vamos ficar totalmente dependentes. O Brasil não só procura avançar no aperfeiçoamento da tecnologia importada, ajustando-a às nossas condições, como já fez grandes avanços tecnológicos próprios em relação a todo o mundo.

**Apresentador** — *Por exemplo, Senhor Presidente.*

**Presidente** — Podemos nos orgulhar dos nossos motores a álcool e da nossa tecnologia hidrelétrica. Um caso especial é a suspensão *Bumerang*, inventada pela ENGESA para os nossos carros de combate, e que o Exército norte-americano já quis comprar para os seus veículos.

Outro bom exemplo: a Fundação Oswaldo Cruz, que é um grande centro de pesquisa científica, está recebendo todo o apoio do Governo, e faz um trabalho valioso para a Medicina tropical e para a fabricação de vacinas e remédios.

Vou citar, ainda, a EMBRAPA, que conseguiu desenvolver uma variedade de soja para a zona tropical, de alta produtividade e que poderá ter grande efeito no Nordeste.

Vale mencionar o trabalho da EMBRAPA, também, no campo do controle biológico de pragas, que evita a poluição do meio-ambiente. Esse trabalho, na soja, reduziu de sete para uma a aplicação de inseticidas e, no algodão, de 21 para sete aplicações. Isso significa, na soja, uma economia de sete bilhões de cruzeiros por safra.

Outra coisa. É preciso também agir conscientemente na matéria. Através do Conselho Nacional de Pesquisas e do Instituto Nacional de Propriedade Industrial, o Governo trata de controlar os contratos de im-

portação de tecnologia, para evitar que alguma empresa traga tecnologias obsoletas ou desnecessárias.

E, o mais importante, a diretriz fundamental da nossa política nesse campo: não comprar somente o produto final, resultante da aplicação de uma determinada tecnologia, mas sim, comprar junto com o produto, também o conhecimento do processo tecnológico de sua fabricação. Dessa forma, pagamos o preço pela conquista tecnológica dos outros, mas podemos nos valer dela de maneira independente.

## IMPOSTO DE RENDA

**Apresentador** — *Presidente João Figueiredo, o Carlos José Cardoso de Oliveira, da Bahia, considera que o “Leão” penalizou a classe assalariada em 82, inclusive atrasando as suas restituições. E indaga se não seria viável isentar os contribuintes deste desconto, nos meses de novembro e dezembro, além do referente ao 13º salário.*

**Presidente** — Carlos, parte da sua sugestão já está em vigor. Não há mais Imposto de Renda, na fonte, sobre o 13º salário. Já é conhecido o esforço do Governo Federal no sentido de tornar o sistema fiscal o mais justo possível. Não há dúvida de que os impostos devem recair, principalmente, sobre as classes de melhor renda e poupar as classes assalariadas. Essa é a diretriz fundamental de todos os países capitalistas e do regime democrático.

Quem examinar as medidas que o Governo vem adotando em matéria de impostos, vai perceber, nitidamente, que é o nosso objetivo. Principalmente numa época de dificuldades econômicas prolongadas, como estamos atravessando. É preciso poupar as classes assalariadas e exigir maior sacrifício dos que têm mais posses. Afinal, as dificuldades afetam os assalariados até mesmo no seu custo de vida.

Sinceramente, eu conto com o espírito de compreensão e com a colaboração dos nossos empresários e profissionais liberais, nesse sentido.

**Apresentador** — *Presidente, e com relação às restituições que o José Cardoso de Oliveira mencionou aqui?*

**Presidente** — No exercício de 1982, ocorreu um volume exagerado de restituições do Imposto de Renda, em razão de retenções e antecipações feitas no ano anterior. Essa distorção já está sendo corrigida. Além disso, pela nova legislação do Imposto de Renda da Pessoa Física, afasta-se a possibilidade de perdas no caso de atraso na restituição do imposto. Isto porquer, agora, temos correção monetária, tanto para o imposto retido na fonte, quando para a restituição, quando houver. E, nos dois casos, a base da correção serão as variações da ORTN.

**Apresentador** — *Presidente João Figueiredo, tem uma carta longa, que eu vou resumir o mais possível. O engenheiro agrônomo Homero Mercadante, de Rio Tinto, na Paraíba, diz que, quando são projetados abrigos para animais, como aviários, pocilgas, estábulos e estrebarias, tomam-se como fatores determinantes os ventos, a posição do sol, a temperatura e o nível das chuvas. Segundo ele, entretanto, nenhum desses cuidados é respeitado na construção de casas populares, já que as plantas dos conjuntos habitacionais são semelhantes em todas as regiões do País.*

*Daí a pergunta, Presidente: "Por que isso acontece, Presidente João Figueiredo?"*

**Presidente** — As construções com financiamento do Sistema Financeiro da Habitação têm de obedecer as normas que atendem rigorosamente às diferentes condições climáticas nas diversas regiões do País. Complementando essa ação, o BNH vem de publicar o seu Caderno de Encargos, onde são fixadas as normas a serem obedecidas.

Através das Companhias de Habitação Popular existentes nas principais cidades brasileiras, o BNH fornece habitações condignas projetadas por arquitetos e engenheiros formados pelas universidades das próprias regiões, o que garante a certeza de se tratarem de habitações bem superiores àquelas a que o senhor se refere.

Assim, senhor Homero, afirmar que nenhum desses cuidados é respeitado na construção de casas populares, seria admitir que a arquitetura e engenharia nacional, reconhecidas mundialmente, cujas realizações tanto orgulho trazem a todos nós, brasileiros, estaria desrespeitando o seu compromisso técnico e social, assumido diante de toda a sociedade brasileira.

**Apresentador** — *É uma tarefa grande e imensa, Presidente.*

**Presidente** — Em 18 anos de atuação, o BNH já financiou 3 milhões e 800 mil casas para o abrigo e segurança do povo brasileiro, sendo que 1 milhão e 800 mil construídas em meu Governo.

Além disso, hoje, 63 milhões de pessoas têm suas casas ligadas às redes de água potável e 28 milhões de adultos e crianças já estão servidos por redes de esgotos, mais escolas, equipamentos comunitários, áreas de lazer, etc.

Esse enorme esforço habitacional constrói, permanentemente, cerca de 600 mil casas espalhadas por todo o País e também as obras de infra-estrutura urbana e saneamento básico. Esse programa é único no

mundo, não encontra precedente ou paralelo em nenhum outro país. Agora, por decisão deste Governo, o BNH está chegando às regiões mais distantes e sua função de fiscalizar a qualidade das obras é extremamente rigorosa.

## SUBSÍDIO DO FEIJÃO

**Apresentador** – *Presidente João Figueiredo, o Casimiro Grizinski, de Irati, no Paraná, indaga porque, se existe subsídio para os consumidores de feijão, não existe subsídio para aquisição de sementes deste produto para os agricultores?*

**Presidente** – Casimiro, o feijão constitui um caso muito especial. O tratamento que o Governo deu à sua comercialização não pode ser estendido a outros produtos. Mas vou explicar porque.

É importante considerar que não existe um mercado internacional para o feijão, como existe para o trigo, milho e outros produtos. O Brasil é um dos poucos países onde se consome feijão habitualmente como alimento básico. A nossa produção tem de atender o mercado doméstico, com ou sem a ajuda do clima.

Em anos de safras prejudicadas pelo clima, faltava feijão no mercado. As filas surgiam e os preços ficavam exageradamente altos, criando dificuldades para o País e para o consumidor.

O feijão não comporta estocagens por períodos longos. Toda dona-de-casa sabe que o feijão velho é mais difícil de cozinhar. Ao contrário do que fazemos em grande escala com outros produtos, no caso do feijão não podemos ter grandes estoques de segurança por muito tempo. Pesando essas duas realidades, a opção do meu Governo foi estimular a produção e garantir um abastecimento normal do produto, mesmo sem a ajuda do clima.

Pois bem, senhor Casimiro, este último ano foi muito bom para o feijão. A produção veio acima das necessidades da população, tomando-se em conta os preços pagos ao produtor. Diante disso, a alternativa do Governo era perder esse grande estoque de feijão, porque iria ficar muito velho no futuro, ou vendê-lo a preços inferiores pagos ao agricultor, para induzir um aumento do consumo pela população, com evidente benefício econômico e social.

Sendo uma campanha específica e limitada, não se pode falar em subsídio ao consumidor, mas sim uma medida efetiva de estímulo ao consumo, com caráter temporário, para evitar a perda de grande quantidade de um produto básico para a nossa alimentação.

Na safra que está em curso, se o clima nos atrapalhar, ainda assim, o abastecimento normal estará mais uma vez plenamente garantido. Quando diminuírem os estoques de segurança nas mãos do Governo, essa campanha especial de promoção de vendas será suspensa.



## ENCERRAMENTO

**Apresentador** – *Presidente João Figueiredo, esta foi a última carta desta noite, mas antes de terminarmos o programa de hoje, eu queria fazer uma pergunta ao Senhor.*

*O Senhor retoma as suas viagens pelo País, não é? Porque no ano de 82, nós estivemos aqui várias vezes, e como foi um ano atípico na vida brasileira – tivemos eleições, que o Senhor prometeu e que levou a cabo –, muita gente pensava que nós estávamos aqui, todo domingo, por causa das eleições e que o Senhor viajava por todo o Brasil, toda semana, por causa das eleições.*

*Parece que, agora, o Senhor retomou as suas viagens pelo País. Eu verifiquei aqui, na agenda do Senhor, que o Senhor essa semana vai para São Luís, vai para João Pessoa e vai para Aracaju.*

**Presidente** – É, de fato. Eu havia, eu tinha idéia de comparecer, de visitar, os estados onde a vitória do PDS tivesse sido mais significativa. Em alguns casos, tomei, mesmo, o compromisso de comparecer, logo depois de publicados os resultados oficiais das apurações, naqueles estados em que, proporcionalmente, a nossa vitória fosse a maior possível, ou tivesse tido o resultado como a maior vitória, como nos casos de Sergipe e do Maranhão.

A João Pessoa, eu vou não apenas por causa da vitória, mas também para inaugurar o mausoléu do nosso ex-ministro José Américo de Almeida, numa homenagem especial ao ministro e ao filho, que é muito meu amigo.

**Apresentador** – *Senhor Presidente, quantos netos o Senhor tem?*

**Presidente** – Eu tenho três: duas meninas e um menino.

**Apresentador** – *O menino tem quantos anos?*

**Presidente** – O menino tem cinco anos. Uma menina, Ana Beatriz, tem três para quatro anos e a mais velha, Tatiana, tem oito anos.

**Apresentador** – *O Presidente João Figueiredo passou um fim-de-semana com um sorriso largo, porque passou com a família e com as netas na comemoração de mais um seu aniversário. Foi o momento de mais tranqüilidade dos últimos tempos, não é Presidente? Foi um fim-de-semana agradabilíssimo, não é?*

**Presidente** – Eu não diria que foi o momento de mais tranqüilidade. Foi

um dos momentos melhores que eu passei. Quando os meus netos estão comigo são momentos de felicidade geral, lá em casa.

**Apresentador** – *Felicidades, Senhor Presidente.*

**Presidente** – Muito obrigado.

**Apresentador** – *Boa noite.*



**PROGRAMA Nº XXV**

**23 de janeiro de 1983**

**POLÍTICA DE EXPORTAÇÃO**

**FGTS – CONSTRUÇÃO DA CASA**

**CURSOS UNIVERSITÁRIOS NOTURNOS**

**ALIMENTOS PERECÍVEIS**

**PROGRAMA DE COMPLEMENTAÇÃO ALIMENTAR**

**ENCERRAMENTO**

## POLÍTICA DE EXPORTAÇÃO

**Apresentador** — *Boa noite, brasileiros. Boa noite, Senhor Presidente. A nossa primeira carta de hoje, Presidente Figueiredo, é de Cachoeiro do Itapemirim, no Espírito Santo. Ela é do senhor Jandir Poloni, que pergunta se não seria melhor para o Brasil produzir mercadorias para o mercado interno, do que para exportar. E mais, diz aqui o Poloni: "Não seria melhor exportar manufaturados em vez de produtos primários?"*

*Presidente Figueiredo, nós temos verificado agora jornais, revistas, rádio e televisão tratando de problemas econômicos que não eram muito comuns nem muito populares no Brasil. Então, essa carta, essa pergunta do Poloni, aparentemente, pode ser simples e pode ser até ingênua para um professor de Economia. Mas o Brasil não é feito de professores de Economia, é feito pela população que quer saber o que está acontecendo. E eu acho importantíssimo, Presidente, que o Senhor dê uma resposta didática ao Poloni e ao povo brasileiro, porque eu tenho a impressão que o caminho da participação começa pelo entendimento.*

**Presidente** — Muito bem, Ney, gostei da sua observação. E é muito legítima, Jandir, a sua dúvida. Há alguns anos existe esse debate entre as duas tendências: uma, pela ampliação do mercado interno; outra, a favor da expansão das exportações.

É importante esclarecer que esses dois objetivos — ampliação do mercado interno e expansão das exportações — não são antagônicos ou opostos. Na verdade, para aumentar as exportações, a primeira condição é produzir mais e o aumento da produção significa maior mercado e mais empregos.

Outra consideração importante é a seguinte: a partir de 1968, tivemos um acelerado aumento nas nossas exportações. Em 1981, o Brasil exportou 10 vezes mais do que em 1969. Cresceu, portanto, nos dados do Produto Nacional Bruto, a participação das exportações. Isso levou algumas pessoas a acreditar que o desenvolvimento brasileiro recente se voltava para o mercado externo.

Ora, os dados não confirmam essa crítica. Temos um índice que mede a relação entre as exportações e o PNB: é o coeficiente de exportações que indica quanto foi exportado do total da produção.

Em 1950, o coeficiente de exportação era de 13% e, daí até 1967, caiu para 5%. Isso significa que a nossa capacidade de gerar recursos externos reduziu-se de 13% para 5%. A partir de 68, essa tendência foi alterada e o coeficiente subiu; mas essa alteração — e aí está o fato essencial — foi apenas no sentido de recuperar a nossa capacidade de obtenção de divisas externas e, assim, trazer investimentos para a in-

fra-estrutura e promover o desenvolvimento tecnológico.

Hoje, a relação entre as exportações e o PNB situa-se em níveis próximos aos de 1950. Portanto, o aumento ocorrido a partir de 68, veio a corrigir uma queda do período de 1950 a 67.

**Apresentador** – *Presidente João Figueiredo, e a questão de nós exportarmos mais, a gente exportar mais produtos manufaturados?*

**Presidente** – É o segundo ponto da carta. Exportamos mais produtos manufaturados e menos matérias-primas, Jandir. Esta tem sido a diretriz geral da política brasileira nas últimas duas décadas. A média dos manufaturados no total das exportações era de 10% em 1962/67. Aumentou para 30% em 1968/73. E hoje, é de cerca de 50%. Num período de 20 anos, portanto, a participação dos manufaturados multiplicou-se por cinco, mesmo em termos percentuais. Essa tendência é positiva. Os produtos manufaturados são menos sujeitos a quedas de preços do que os produtos primários e os manufaturados geram, internamente, maior aumento de renda e ampliam, assim, as dimensões do mercado interno.

Mesmo assim, o Brasil tem condições muito favoráveis para a produção de numerosos produtos primários, como soja, açúcar, café, entre outros. Somos, naturalmente, competitivos em muitos produtos agrícolas e esses produtos continuam a contribuir muito para conseguir divisas.

**Apresentador** – *Presidente Figueiredo, esse assunto é complexo e muito polêmico. Agora, eu queria perguntar o seguinte: O Senhor, com a sua experiência, para o Senhor, entre todos esses pontos mencionados, qual seria mais importante com relação às vantagens de exportação para o Brasil?*

**Presidente** – Olha Ney, para mim, o mais importante é que exportar significa vender mais. Para vender mais, temos que produzir mais, o que dá mais emprego à nossa gente. Para mim, isso é o mais importante. Exportar cria empregos.

## FGTS – CONSTRUÇÃO DA CASA

**Apresentador** – *Presidente Figueiredo, a Dona Marta Cândida de Lima Fonte, de Belo Horizonte, Minas Gerais, quer que o Governo amplie as possibilidades de utilização do Fundo de Garantia pelo trabalhador. E ela pergunta: “Se o BNH, Presidente Figueiredo, libera o Fundo de Garantia do trabalhador para a compra da casa própria, por que o BNH não libera o mesmo para a construção da casa própria?”*

**Presidente** – Marta, a regulamentação em vigor já contempla o uso do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço para a construção da casa própria, mediante a amortização ou liquidação antecipada do empréstimo que haja sido contraído para esse fim.

Em realidade, aquele que estiver interessado na utilização do seu Fundo de Garantia por Tempo de Serviço para a construção de casa própria, deve procurar um agente credenciado pelo BNH, que se encarregará de ultimar a operação.

A obrigatoriedade da participação do agente, nesses casos, objetiva a preservação dos interesses dos empregados adquirentes, pelo exame de todos os aspectos da operação de construção do imóvel.

Pela sistemática atualmente em vigor, a liberação dos recursos do Fundo de Garantia só se dá ao final da obra, acarretando a necessidade de que o proprietário contraia, previamente, um financiamento. Em face desse aspecto restritivo, estou determinando ao BNH que estude a viabilidade de promover o desembolso daqueles valores durante a construção da casa. Reduzem-se, assim, os custos da operação que recairiam apenas sobre a parte financiada, já deduzido o valor do Fundo de Garantia sacado pelo empregado.

## CURSOS UNIVERSITÁRIOS NOTURNOS

**Apresentador** — *Presidente Figueiredo, o Robinson Crusóé Bittencourt é um operário estudante de Cascavel, no Estado do Paraná. Ele diz que milhões de jovens brasileiros gostariam de estudar Engenharia ou Medicina, mas que não conseguem porque as universidades não oferecem esses cursos em horários compatíveis com o horário de trabalho. Então, ele pergunta ao Senhor: "Presidente João Figueiredo, será que não haveria condições de se mudar a política de ensino para permitir isso, quer dizer, esse curso de Medicina e Engenharia em horário para quem trabalha, mesmo que se prolongue o curso por quantos anos for necessário?"*

**Presidente** — Meu caro Robinson, existe no Brasil um número considerável de cursos de ensino superior em horários vespertinos ou noturnos. Na própria área de Engenharia, por exemplo, existem atualmente, em todo País, cerca de 40 cursos vespertinos e noturnos e a tendência verificada, nos últimos anos, é de uma ampliação na proporção de cursos oferecidos à tarde e à noite. Isto permite um maior número de opções para aqueles que, além de trabalhar, desejam cursar estudos de nível superior.

**Apresentador** — *E a Medicina, Presidente?*

**Presidente** — Bom, na área de Medicina constitui um caso particular, pelas suas características especiais, como, por exemplo, a necessidade de práticas hospitalares. Contudo, pelos dados mais recentes colhidos junto às universidades, pode-se constatar que mais da metade dos atuais alunos do curso de Medicina estudam e, ao mesmo tempo, trabalham de uma forma ou de outra.

Mesmo existindo, no Brasil, um número considerável de cursos nessa área, a procura de vagas é extremamente alta, o que origina uma grande seletividade para o ingresso a esses cursos. É uma das intenções da política educacional do meu Governo, que esses critérios de ingresso ao ensino superior se processem baseados em questões de mérito pessoal, atendendo-se ao princípio de equidade social.



## ALIMENTOS PERECÍVEIS

**Apresentador** – *Presidente Figueiredo, a Terezinha Dias Cavalcanti, da Tijuca, no Rio de Janeiro, diz ter ficado estarecida ao ver, pela televisão, produtores agrícolas jogando parte da sua produção nos rios, para forçar aumento de preços. Ela indaga se não há como punir, por exemplo, forçando esses produtores a doar o excesso de produção para asilos, orfanatos, hospitais. É possível, Presidente? Presidente, isso aqui é o tipo de coisa que aparentemente é simples, mas que deixa realmente estarecida a população. É por isso que eu estou lhe perguntando.*

**Presidente** – Dona Terezinha, não existe punição prevista em lei para quem queira dispor dos seus bens como bem entender. Isso vale tanto para o produtor de leite ou de chuchu, como para a senhora, que não será punida se resolver destruir seus bens ou desfazer-se de seu patrimônio. O que se deve questionar é a atitude ética. Não acredito que, se algum hospital, creche, asilo ou escola se dispusesse a ir buscar qualquer excesso de produção, não acredito, repito, que o produtor destrua alimento em vez de doá-lo a uma entidade necessitada. Quando o produtor rural joga fora o produto do seu trabalho, pode ter certeza, a senhora, de que ele está sendo levado a isso em momentos de desespero, vítima das imperfeições de nosso sistema de comercialização. Meu Governo tem estado atento a essas imperfeições. Estamos multiplicando o espaço de armazenagem em todo País. No ano passado, lancei um programa de rodovias para escoamento da produção. A maior parte dos produtos não perecíveis já está amparada por uma firme política de garantias de preços de compra. A ação é imediata e a produção não se perde.

**Apresentador** – *Presidente, e os produtos perecíveis?*

**Presidente** – Quando se trata de produtos perecíveis, tais como o leite, o chuchu, a cebola, os instrumentos que o Governo pode acionar não são tão eficazes, justamente porque esses produtos se deterioram com rapidez.

Aí, temos um desafio, caso a caso, que o Governo enfrenta, e não depende só da capacidade de mobilização dos órgãos e recursos.

Se as soluções existissem, Dona Terezinha, já estariam sendo empregadas. Aí, é preciso que a sociedade, como um todo, se empenhe na busca de soluções para problemas desse tipo, lado a lado como o Governo. Porque sempre teremos problemas específicos e muito localizados.

## PROGRAMA DE COMPLEMENTAÇÃO ALIMENTAR

**Apresentador** — *Presidente Figueiredo, a Marilene Corrêa, de Nova Friburgo, no Rio de Janeiro, disse que o Programa de Complementação Alimentar, do Governo Federal, atua em sua cidade através do INAN. Segundo ela, são distribuídos, por mês, um quilo de farinha, um quilo de fubá, um quilo de arroz e dois quilos de açúcar por habitante necessitado.*

*Isso não complementa nada, reclama ela, ao mesmo tempo em que pergunta: “Presidente Figueiredo, o Senhor não acha que está faltando alguma coisa nessa complementação?”*

**Presidente** — Dona Marilene, o Programa de Nutrição, coordenado pelo Ministério da Saúde através do INAN, é dirigido para as gestantes, nutrízes e crianças de seis a sete anos. Por isso, no seu caso, Dona Marilene, o único beneficiário é o seu filho de dois anos.

Com relação à quota mensal para cada pessoa, dentro dos limites de recursos de que o Governo dispõe, a quantidade dos produtos está correta. A partir de novembro do ano passado, destinei recursos adicionais do FINSOCIAL para o INAN melhorar o valor nutritivo da lista de alimentos, incluir nela o feijão, e aumentar o número de beneficiários.

**Apresentador** — *Como é que é esse programa, Presidente?*

**Presidente** — Esse programa, Ney, é de complementação alimentar. Ele tem várias listas de alimentos básicos, conforme o hábito alimentar da região.

As crianças de menos de dois anos e as mulheres em fase de gestação ou amamentação, recebem do Governo uma ajuda da ordem de 40 por cento das suas necessidades diárias de calorias e proteínas. É importante destacar que uma família média brasileira, cliente desse programa — mãe, uma criança de seis meses a dois anos, duas crianças de dois a seis anos —, recebe, mensalmente, 20 quilos de alimentos, compreendendo leite em pó, açúcar, arroz, feijão, etc.

Segundo me informou o Ministro Arcoverde, a terra da Marilene, o Município de Nova Friburgo, era abastecida, mensalmente, com 12 toneladas de alimentos que ajudavam 600 famílias. Agora, recebe 16 toneladas para 800 famílias, graças aos recursos do FINSOCIAL.

## ENCERRAMENTO

**Apresentador** — *Presidente Figueiredo, eu lhe faço a última pergunta desse domingo. O Senhor está chegando, essa semana, de uma viagem ao Nordeste. O Senhor foi a São Luís do Maranhão, o Senhor foi a João Pessoa, na Paraíba, e o Senhor esteve em Aracaju. Presidente Figueiredo, a retomada das viagens pelo Brasil, neste ano — que não é um ano eleitoral e, segundo diretrizes do Senhor, nem é um ano pré-eleitoral —, eu pergunto ao Senhor o seguinte: “O Senhor só vai visitar estados em que o PDS ganhou, Presidente?”*

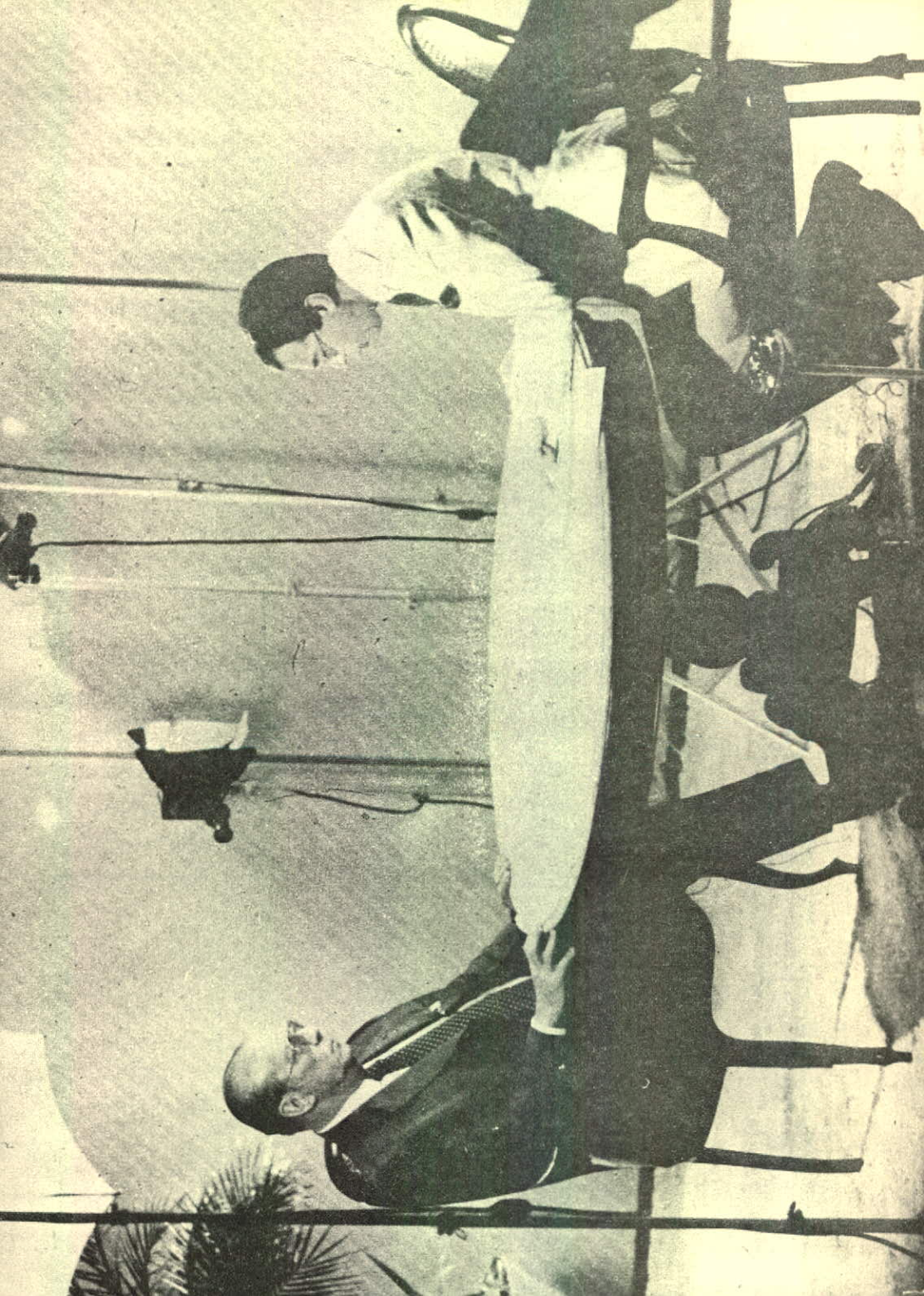
**Presidente** — Não, absolutamente. Naturalmente que a minha primeira visita — esse foi um compromisso que eu tive — foi para aqueles estados que tivessem me dado uma vitória mais expressiva, que tivessem dado ao partido do Governo uma vitória mais expressiva. Mas isso não significa que eu não vá aos outros estados. Agora, depois da minha viagem do dia 3, ao Rio Grande do Sul, eu vou a São Paulo. Não há, absolutamente, essa idéia de só visitar os estados em que o partido do Governo tenha vencido.

**Apresentador** — *Quer dizer que o Senhor continua visitando o Brasil?*

**Presidente** — Continuo visitando o Brasil. Todos os estados.

**Apresentador** — *Senhor Presidente, muito obrigado e muito boa noite.*

**Presidente** — Boa noite, Ney.



**PROGRAMA Nº XXVI**

**30 de janeiro de 1983**

**ABERTURA**

**DESPERDÍCIO**

**SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO**

**INAMPS**

**CRÉDITO BANCÁRIO**

**IMPOSTO URBANO E RURAL**

**ENCERRAMENTO**

## ABERTURA

**Apresentador** — *Boa noite, brasileiros. Senhor Presidente, a primeira pergunta de hoje que é da produção do programa, aqui, do pessoal de Brasília, da Divisão de Jornalismo. Nós discutimos muito política salarial. Por que o Senhor adotou essa medida, Presidente, agora no começo de 83, de alteração da política salarial?*

**Presidente** — Ney, eu ouvi as autoridades financeiras do País e, dada a importância do assunto, e levando em conta a sua urgência, pesando bem as consequências de manter ou alterar a política salarial, eu cheguei à conclusão que a decisão adotada era aquela que menos prejuízos ia trazer ao assalariado, particularmente no que diz respeito ao desemprego. Daí a minha decisão.

## DESPERDÍCIO

**Apresentador** – *Presidente, eu tenho vários assuntos para discutir com o Senhor hoje, aqui, e vou utilizar algumas cartas através das quais nós vamos discutir esses assuntos. É o caso, por exemplo, da Tânia Maria Kusen, de Florianópolis, Santa Catarina.*

*Ela sugere, aqui nesta primeira carta, deste programa, a reciclagem de embalagens de uma maneira geral. Criticando o desperdício consumista, indaga se a ordem é economia e se nós estamos, agora, numa economia de guerra. Ela quer dizer, “por que é que o Governo não dá o primeiro passo?”*

**Presidente** – Tânia, o que você sugere eu já adotei como diretriz de política do Governo e gostaria que todos os brasileiros adotassem, como padrão.

Devemos, todos, evitar o desperdício. Essa, inclusive, é a melhor maneira de combater as dificuldades econômicas que estamos atravessando.

Todos os anos, a Presidência da República envia instruções a todos os Ministérios, para evitar o desperdício, economizar recursos, cortar mordomias, etc. Este ano, as instruções são ainda mais rigorosas, e os administradores que se mostram irresponsáveis vão ser punidos.

Você tem toda a razão. O Governo deve dar o exemplo. Por isso, cortei drasticamente os orçamentos, tanto dos Ministérios como das empresas estatais.

O momento é difícil. Temos que enfrentá-lo com austeridade, mas é preciso enfrentar essa crise, todos juntos. O Governo, sozinho, não basta. Eu conto com os empresários, com os trabalhadores, com as donas-de-casas, com todos os brasileiros.

**Apresentador** – *Presidente, eu estava notando aqui, há poucos instantes, entre as razões que o Senhor mencionou para alterar a política salarial, ficou clara a sua preocupação com o desemprego, ou seja, não aumentar esse desemprego. Eu estou principalmente convencido que o povo compreende e vai apoiar o Senhor nessa política que o Senhor acaba de mencionar, de corte e de austeridade.*

*Agora eu pergunto para o Senhor o seguinte, Presidente: “Essas medidas não vão criar, esse corte de recursos, esse corte, não vai criar outras dificuldades na área do desemprego?”*

**Presidente** – Ney, as dificuldades existem e é por causa da crise econômica que temos de tomar essas medidas. Não é a política do Governo que cria as dificuldades. Pelo contrário, as medidas que o Governo adota são para diminuir as dificuldades.

Você falou em emprego. O que foi que nós fizemos enquanto a situação permitiu? Nós demos aos trabalhadores de menor salário uma vantagem de 10% acima do INPC. Todo esse tempo nós contávamos com os recursos que tomávamos emprestado no exterior, para financiar o nosso desenvolvimento.

No fim do ano passado, a crise mundial fez com que os bancos que emprestavam dinheiro se retraíssem. Ficou mais difícil conseguir empréstimos. Agora temos que viver, principalmente, com os recursos internos. Temos que poupar por todos os lados.

Eu já mandei os órgãos do Governo cortar despesas, todas as que pudermos cortar. Mas é preciso manter o nível de emprego. Não podemos tirar o emprego dos trabalhadores. O salário do trabalhador não vai continuar sendo aumentado como antes, mas eu vou fazer o possível para que ele não fique sem emprego. Espero que os empresários tenham consciência social e abram mão de uma parcela do seu lucro em benefício dos trabalhadores.

Repito: Temos de manter o nível de emprego.

**Apresentador** — *Presidente, agora eu acho que, caberia uma pergunta ao Senhor: E a exportação, Senhor Presidente? Como é que as coisas vão?*

**Presidente** — Temos que produzir o máximo e tentar exportar muito para obter mais recursos. Foi isso que outros países fizeram, quando estavam em dificuldades. Exportar o máximo.

Felizmente, os outros países acreditam no Brasil. Os recursos de que precisamos em relação à dívida externa estão chegando. Vamos trabalhar, vamos aguentar as dificuldades. Os sacrifícios aqui, ali e acolá, eu tenho a certeza de que vamos chegar do outro lado da ponte. As crises passam, Ney.



## SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO

**Apresentador** – *Presidente Figueiredo, a Nílelsa da Cruz Meyer, do Rio de Janeiro, manda uma carta ampla que, em resumo, ela quer dizer o seguinte: Ela comprou um apartamento pelo Sistema Financeiro da Habitação e o apartamento foi entregue a ela inacabado, inclusive faltando luz. E ela acha que isso desacredita o processo, o Plano Nacional de Habitação. E quer saber do Senhor o seguinte: Se o Senhor não pode evitar e tomar providências para impedir que problemas dessa ordem, paralelos, prejudiquem os adquirentes da casa própria.*

**Presidente** – O Sistema Financeiro da Habitação, o SFH, atende aos interessados na compra da casa própria de várias maneiras. Pode ser na compra de uma casa pronta, construída por empresários e companhias de habitação popular, as COHABs, ou através de uma cooperativa que contrata a construção com uma empresa. Nesses dois casos, as moradias são financiadas pelo preço do custo.

No caso de Dona Nílelsa, eu fui informado de que a entrega do imóvel inacabado foi decisão da própria cooperativa. A construtora faliu e a cooperativa concluiu que havia condições de habitação para evitar que seus associados continuassem pagando aluguel e, ao mesmo tempo, o aumento do custo das casas durante a paralização da obra.

Sendo a cooperativa uma sociedade de pessoas sem fins lucrativos, é também a responsável pelas despesas de juros e correção dos financiamentos recebidos, até a conclusão e entrega dos imóveis aos cooperativados. A rescisão contratual com a firma em falência é realmente problemática porque há interesse de credores que se habilitam na massa falida, devendo ser obedecido o processo judicial.

No seu caso, Dona Nílelsa, posso afirmar que o imóvel será concluído por outra construtora tão logo a cooperativa seja autorizada, pela Justiça, a rescindir o contrato de empreitada com a firma falida.

**Apresentador** – *Presidente Figueiredo, qual é a dimensão desse programa do Sistema Financeiro da Habitação através das cooperativas?*

**Presidente** – O BNH já financiou 362 mil casas pelo Programa de Cooperativas Habitacionais, estando em construção mais 85 mil. E foram poucas as reclamações, o que bem demonstra se tratar de uma exceção o caso de Dona Nílelsa.

## INAMPS

**Apresentador** – *Presidente, a Maria José Carvalho de Pontes, do Rio de Janeiro, é uma tecelã desempregada. Trabalhava numa empresa têxtil. Sugere que o INAMPS amplie a sua faixa de atendimento, incluindo o tratamento dentário, pois, segundo ela, os dentistas estão explorando muito. Está entre aspas, aqui.*

*Agora a pergunta, Presidente: “Por que o INAMPS não faz tratamento dos dentes de adultos, só extrações?”*

**Presidente** – Ele não põe, só tira.

Maria José, o INAMPS realiza, sim, tratamento dentário de todo tipo em adultos. Mas é verdade que o atendimento do INAMPS não alcança, ainda, toda a população brasileira. E digo ainda porque o INAMPS criou um novo modelo de assistência odontológica para atender às reais necessidades da população brasileira.

Portanto, a sua sugestão para ampliar a faixa de atendimento odontológico da população, está perfeitamente de acordo com os objetivos do INAMPS.

**Apresentador** – *Presidente, como é que o INAMPS vai tratar de tantos dentes de tanta gente?*

*É porque nós tivemos um congresso, recentemente, falando no grande número de brasileiros que necessitavam de tratamento dentário.*

*O INAMPS tem número de dentistas, número suficiente para esse atendimento que o Senhor está dizendo?*

**Presidente** – Não vai ser feito só nas unidades do INAMPS. O INAMPS tem convênio com empresas, com órgãos municipais, estaduais, faculdades de odontologia e universidades justamente para atender o maior número possível de segurados da Previdência Social que, como você sabe, Ney, já são 100 milhões de brasileiros.

## CRÉDITO BANCÁRIO

**Apresentador** — *Presidente Figueiredo, esta carta aqui é de Mesquita, no Rio de Janeiro. É do Pedro Rangel da Silva. Ele tem 58 anos de idade, é um pequeno comerciante. Depois de elogiar as realizações do Governo nos campos político e econômico, diz que em sua atividade ele sente falta de recursos financeiros para tocar o seu negócio. Depois, ele pergunta: “Por que o Senhor não instituiu uma Carteira de Crédito para pequenos comerciantes, com juros baixos e prazo longo para amortizações?”*

**Presidente** — Pedro, uma das diretrizes que estabeleci para o meu Governo, foi ajudar, com o crédito bancário, o maior número possível de pequenos e médios comerciantes, industriais e agricultores. E temos feito um grande esforço para alcançar esse objetivo. O crédito comercial do Banco do Brasil é dirigido, preferencialmente, para os pequenos e médios empresários.

Os subsídios de crédito têm sido mais amplos para os pequenos agricultores. O Banco do Brasil opera uma linha de crédito para pequenos e médios empresários que, como o senhor, necessitam de capital de giro para tocar os seus negócios. Os juros são baixos, de 50 por cento ao ano, no Nordeste, e de 60 por cento no resto do País. Além disso, os bancos comerciais estão obrigados a emprestar às pequenas e médias empresas de 12 a 16% dos depósitos que captam, nas mesmas condições do Banco do Brasil.

Eu gostaria que os recursos dessas linhas de crédito fossem suficientes para atender às necessidades de todos os pequenos e médios empresários do Brasil, mas o senhor deve compreender que não dispomos de recursos ilimitados, e só podemos chegar onde nos permitem as nossas disponibilidades.

**Apresentador** — *Presidente, eu entendi perfeitamente a resposta que o Senhor deu ao telespectador. Agora, que conselho o Senhor daria para o nosso missivista aqui?*

**Presidente** — A procurar uma agência do Banco do Brasil ou de um banco comercial, pois o gerente pode orientá-lo sobre a maneira de obter os benefícios dessas linhas de crédito.

## IMPOSTO URBANO E RURAL

**Apresentador** – *Presidente Figueiredo, a última carta do Programa de hoje vem de Uberaba, Minas Gerais, e está assinada por Celso Eurípedes S. R. Ribeiro. Ele começa dizendo que está satisfeito pela maneira como o Senhor trata os problemas brasileiros.*

*Depois, chamando os trabalhadores rurais de “forças vivas” que o Brasil precisa, indaga, em tom de sugestão: “Por que que não é feita uma reformulação tributária para terras urbanas e rurais, para forçar os especuladores e proprietários negligentes, com altas taxas de impostos, para que eles produzam, para que estes produzam ou vendam suas terras aos que querem trabalhar nas mesmas?”*

*Que é uma crítica antiga que o Senhor conhece. Foi uma região do Centro-Sul, Sudeste do Brasil, uma concentração de terras inativas, sem aproveitamento.*

**Presidente** – O Imposto Predial e o Territorial Urbano – o IPTU – são de competência municipal, conforme o Código Tributário Nacional. Cabe às prefeituras tomarem medidas para desestimular a especulação urbana.

Já na área federal, o Governo está premiando a quem efetivamente produz e também penalizando fortemente aqueles que não dão à terra a sua função social.

O Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – o ITR – varia de acordo com o tamanho do imóvel. Para atender aqueles que produzem, a legislação prevê uma redução de até 90 por cento no imposto, em função do uso da terra e da eficiência na sua exploração. Caso o imóvel não atinja um grau mínimo de utilização da terra, estabelecido em lei, o imposto é multiplicado por dois, no primeiro ano em diante. Assim, quem produz mais paga menos. E aqueles que não produzem são penalizados com impostos progressivos sobre as terras improdutivas.

**Apresentador** – *Presidente, deixe eu perguntar uma coisa para o Senhor. Um dia desses o Senhor falou aqui para toda Nação, sobre informação. O Senhor falou assim: “Se você pode aí em Pernambuco, dar...” e no fim dizia assim: “diminuiu a minha produção...” e o Senhor pegou e disse para ele assim: “Eu estou pagando imposto maior...”, você vai dar nova informação...”. Quer dizer, há alguma posição do INCRA, este ano, com relação a este problema?*

**Presidente** – O INCRA iniciará um processo de fiscalização dos imóveis já neste ano, os imóveis rurais para verificar a veracidade das informações prestadas ao órgão.

## ENCERRAMENTO

**Apresentador** – *Presidente Figueiredo, eu queria fazer uma pergunta para o Senhor, no final do programa de hoje. Nós estamos num ano aí, com perspectivas – a afirmação é minha – há assim uma perspectiva de fatos políticos relevantes, neste ano, uma vez que, segundo entendem muitos aí, a política econômica estaria já encaminhada para este ano, e fechamento do balanço de pagamentos etc.*

*Presidente, eu assisti terça-feira, me parece que terça-feira, no Jornal Nacional desta empresa da Rede Globo de Televisão, o Senhor recebendo alunos que passaram em exames ligados à diplomacia, qualquer coisa assim, e me lembro que o Senhor apanhou um livro e leu alguns pensamentos políticos do livro. E foi rapidamente, passou.*

*Presidente, o que aconteceu nesse dia? Por que o Senhor fez um comentário? O Senhor estava comentando um texto, ou o Senhor disse alguma coisa do Senhor mesmo? Eu queria saber.*

**Presidente** – Não, o que aconteceu foi uma simples coincidência, Ney. Eu tinha recebido aquele livro uns 40 minutos antes do meu primeiro despacho do dia, que foi às três horas da tarde. E passei os olhos no livro, apenas porque o livro era dedicado a mim pelo autor. E notei ali algumas curiosidades a respeito de alguns pensadores clássicos. E, no primeiro despacho que eu tive, com o Doutor Leitão, o General Venturini, o General Medeiros e o Ministro Delfim Netto, eu fiz um comentário: “Olha aqui, esse livro aqui compila um pensamento de todos os clássicos que escreveram sobre Política”.

Daí a pouco, então, vêm os rapazes daquele programa, idealizado pelo O Globo, pelos dois Colégios, e me apresentam aos 40 primeiros classificados.

Então eu perguntei o que você vai ser e então, uma menina me disse que ia ser política. “Então, está bem; então eu vou ler para vocês alguns conceitos clássicos de Política”. E fui lendo, assim, ao sabor das páginas, o que tinha lido meia hora antes. Não foi nada preparado, o livro estava em cima da minha mesa. Eu nem li o livro.

Apenas quero acrescentar que os pensamentos não são meus. Eu quisera ter aqueles pensamentos e, 100 anos depois, poderem ser repetidos por alguém. Os pensamentos estão aí nos livros clássicos. Isso não quer dizer que eu não discorde de alguns, e não concorde com muitos.

**Apresentador** – *É, eu estou perguntando ao Senhor porque parece que, no fim o Senhor dá a entender, com o comentário que o Senhor faz, o seguinte: “Você vai se dedicar à atividade política? Olha aqui, eu tenho o livro aqui, estão dizendo isso, isso, isso, que nem sempre correspon-*

*de ou pode corresponder. Quer dizer, o pensamento de uma pessoa. . .”.*

**Presidente** — Não, se eu não me engano, fiz até um comentário: “Que tristeza! Os maiores pensadores do mundo pensam isso sobre Política. E Política em várias épocas e em vários países”. O comentário que eu fiz foi esse.

**Apresentador** — *Presidente, eu vou fazer uma pergunta para o Senhor. E o Senhor, o que é que pensa de Política hoje, neste ano de 83? Uma observação rápida, assim.*

**Presidente** — Olha, eu diria a você, Ney, que eu não penso igual aos clássicos, mas que bato palmas para muitas coisas do que eles dizem.

**Apresentador** — *Muito obrigado, Senhor Presidente. Muito boa noite.*



**PROGRAMA Nº XXVII**

**6 de fevereiro de 1983**

**ABERTURA**

**“A VOZ DO BRASIL”**

**PESQUISA AGRÍCOLA**

**“FIEL” – BNH**

**FUNRURAL**

**TRÓLEBUS**

**ENCERRAMENTO**



## ABERTURA

**Apresentador** - *Boa noite, brasileiros. Vocês assistiram, nos quatro cantos do País, pelo noticiário da Rede Globo de Televisão, pelo Jornal Nacional, a festa de Brasília, nesta semana, da posse dos eleitos para a Câmara e para o Senado.*

*Senhor Presidente, o que o Senhor achou dessa festa?*

**Presidente** — De fato é uma festa para todos nós. Para todos nós brasileiros e, em particular, para mim também foi uma festa.

Você se lembra, Ney, que durante a campanha muitos duvidavam da minha promessa de realizar as eleições de 15 de novembro. Muitos até duvidaram, inclusive, depois das eleições, da posse dos eleitos.

Ontem, a primeira etapa da minha promessa foi cumprida, com a posse dos deputados e dos senadores. A 1ª de março, a última etapa, em relação aos deputados e senadores, será efetivada quando eles começarão a trabalhar e fazer jus à confiança que o povo depositou em cada um, dando a eles o seu voto.

A última etapa da minha promessa será a 15 de março, quando os governadores eleitos em 15 de novembro, tomarão posse.

**Apresentador** — *A abertura prossegue. Quer dizer, a eleição e a posse dos eleitos ainda constituem uma etapa encerrada do processo de abertura.*

**Presidente** — Quer dizer que, até você, Ney, está duvidando da minha palavra?

**Apresentador** — *Presidente, eu não tenho motivos, creio firmemente. Até porque o Senhor tem provado, através dos atos ao longo da Presidência da República, que o Senhor não precisa de seis meses para cumprir as promessas que o Senhor faz. Eu e a Nação cremos no Senhor.*

**Presidente** — Muito obrigado, Ney.

## “A VOZ DO BRASIL”

**Apresentador** – *Presidente Figueiredo, vamos à primeira carta de hoje. Presidente, esta carta é o do aposentado Carlos Martins dos Santos. A carta é um pouco longa e me permito resumir para o Senhor. Ele diz assim: “. . . ele ouve muito noticiário, que se informa através das emissoras de rádio, que ele ouve, também, a “A Voz do Brasil” e que ele acha que ela repete as notícias de outras emissoras”. Então ele pergunta, e está sugerindo aqui, para o Senhor liberar as emissoras particulares, eventualmente, da obrigação de transmitir a “A Voz do Brasil”. O que é que o Senhor acha dessa sugestão, Presidente?*

**Presidente** – Meu caro Carlos, a “A Voz do Brasil” é um dos mais antigos canais de comunicação entre o Governo e a população. Através da “A Voz do Brasil” os brasileiros, em todo o nosso território, conhecem o que está fazendo o Governo Federal e, também, os acontecimentos mais importantes das administrações estaduais e municipais.

O jornal, a rádio, a televisão, são empresas comerciais. O noticiário de um jornal, de uma rádio, da televisão, se concentra nos fatos que tenham alguma coisa de extraordinário, que fogem à normalidade. O interesse é de chamar a atenção do público. Isso porque o jornal, a rádio, a televisão, são empresas comerciais que realizam um serviço público do mais alto interesse mas, ao mesmo tempo, não podem deixar de estar atentas para o lucro. Se não tiverem público, se não venderem publicidade, vão à falência como qualquer empresa comercial.

E quantas fracassaram . . .

Temos de considerar também que, numa democracia, com liberdade de opinião e liberdade de imprensa, as empresas de notícias e os jornalistas têm posições políticas próprias e usam o noticiário para veicular as suas posições.

Dessa forma, um jornal ou uma rádio ou uma televisão, quando quer combater o Governo, elimina do seu noticiário tudo o que o Governo faz de bom, de útil para a coletividade, e só apresenta os problemas ou apresenta as medidas difíceis. E isso fica muito fácil, porque em todos os países, em todos os tempos, Ney, existem problemas, existem dificuldades e todos os Governos são forçados a adotar medidas que não agradam a todos.

**Apresentador** – *Presidente Figueiredo, e a Censura?*

**Presidente** – Bom, ficaria muito fácil censurar as notícias e dar a impressão de que vivemos no melhor dos mundos. Mas isso não seria uma prática

democrática. O que é preciso é desenvolver o sentido de responsabilidade.

As empresas que fazem notícias, que vendem notícias, devem ter critérios sérios de responsabilidade e informação. O leitor e o telespectador desejam e merecem saber a verdade.

Vamos voltar à “A Voz do Brasil”.

Também num contexto democrático é preciso que se dê ampla divulgação aos trabalhos do Governo, aos trabalhos normais de todos os dias, para que cada pessoa possa conhecer. Afinal, para quem o Governo trabalha senão para o povo?

Essa é a função que a “A Voz do Brasil” tem preservado. Embora o programa tenha, e não poderia deixar de ser assim, todo um clima de noticiário oficial, eu gostaria de pedir ao Carlos que o escutasse mais atentamente e observasse a quantidade importante de notícias que nem sempre podem ser transmitidas em extensão e em profundidade pelos noticiários das empresas comerciais. Ela informa, no mesmo dia, e quase na mesma hora, o que se passa nos três Poderes da República. Além disso, o programa sempre apresentou informações úteis para a agricultura, para a navegação marítima e aérea, e que só têm valor quando transmitidas imediatamente.

**Apresentador** — *Presidente Figueiredo, o Senhor falou, aqui, na necessidade de se ter audiência para se ter publicidade e as empresas poderem cumprir a sua missão. E “A Voz do Brasil” tem grande audiência, Presidente?*

**Presidente** — Para completar, Carlos, tenho que discordar de sua opinião de que a “A Voz do Brasil” é um programa pouco ouvido pelos brasileiros. O grande volume de correspondência recebida pela Empresa Brasileira de Notícias, responsável pela edição e transmissão do programa, tem demonstrado que milhões de brasileiros, inclusive de regiões isoladas, são assíduos ouvintes daquele horário das 19 às 20 horas, o que dá à transmissão um importantíssimo papel no trabalho de integração nacional.

## PESQUISA AGRÍCOLA

**Apresentador** – *Presidente Figueiredo, a segunda carta é de José Leiva Pinto Guimarães, de Belém do Pará. Elogia o que ele chama de “modelo agrícola” do Governo, e faz um paralelo com a política agrícola dos Estados Unidos, por volta de 47/53. Diz, então, que no período foram criados, naquele país, pela iniciativa privada, nada menos que 73 subprodutos industrializados do amendoim, por exemplo.*

*Aí, ele indaga ao Senhor o seguinte: “Presidente Figueiredo, por que que o Governo não estimula, através de incentivos fiscais, o desenvolvimento da pesquisa a nível empresarial para a transformação dos excedentes da produção agrícola?”*

**Presidente** – O Brasil é, dentre os países em desenvolvimento, um dos que mais investem em pesquisas científicas e tecnológicas. E o setor agropecuário é justamente o que tem merecido mais atenção. Este é um ponto de honra de meu Governo, uma diretriz prioritária. Temos de melhorar a mesa do brasileiro, e estamos aumentando a produção de alimentos.

Justamente na agropecuária, a simples importação de tecnologias estrangeiras dá menos certo. A linha que temos seguido é de concentrar os investimentos no setor público, através de organismos como a EMBRAPA, empresa vinculada ao Ministério da Agricultura. Dessa forma, as patentes dos novos inventos e processos de produção ficam pertencendo ao Brasil.

Temos tido muitos sucessos. Vou destacar o caso da farinha de milho, que pôde ser misturada à farinha de trigo, em até 20%, no fabrico do pão. É um resultado testado e aprovado, que vai nos economizar milhões de dólares na importação de trigo, além de produzir pão mais nutritivo com o mesmo sabor atual.

É, também, o caso dos corantes que estamos obtendo a partir da beterraba, batata-roxa, da uva e de outras matérias-primas, e que têm larga utilização na indústria de alimentos. Com eles, vamos substituir corantes artificiais importados, que nos custam divisas e são mais tóxicos para o organismo humano.

**Apresentador** – *Presidente Figueiredo, e na terra de José Leiva, lá na região Amazônica, o Senhor conhece alguma coisa da EMBRAPA lá?*

**Presidente** – Na sua região, senhor José, é o caso do guaraná em pó solúvel, tecnologia desenvolvida no Centro de Pesquisas da EMBRAPA, para o Trópico Úmido, em Belém, e que hoje já se encontra no comércio.

Nesse mesmo Centro, foi desenvolvida toda a tecnologia do leite de

búfala, para a fabricação de queijos, doces e iogurtes, inclusive com o sabor de frutas regionais, como o taperebá, o cupuaçu e o bacuri. Estamos pesquisando, também, o açaí, o tucumã e o próprio tucupi. Enfim, há uma grande lista de pesquisas para aproveitamento das matérias-primas agropecuárias regionais.

## “FIEL” – BNH

**Apresentador** – *Presidente Figueiredo, tem uma carta aqui, de Santo André, que reflete uma preocupação de milhares de brasileiros, hoje. De Santo André, Estado de São Paulo. É do metalúrgico desempregado João Morais Costa, que se refere ao pagamento das prestações da casa própria, e pergunta ao Senhor: “Presidente Figueiredo, na crise do desemprego que estamos, quais são as garantias que temos, em caso de se passar até um ano desempregado? Pois se estamos desempregados, não podemos pagar as prestações”.*

**Presidente** – Olha Ney, de fato, o problema de garantia à proteção ao trabalho é uma das primeiras preocupações do Governo, especialmente em tempos difíceis como os que estamos atravessando. Por isso, a minha resposta ao meu xará João é a seguinte.

O BNH dispõe de um fundo especial para o pagamento da prestação, no caso de perda de renda por desemprego ou por invalidez temporária. Esse fundo é denominado “Fiel”, e os trabalhadores que perderem o emprego e estiverem pagando sua casa própria podem recorrer a ele.

**Apresentador** – *Presidente, eu não sabia disso, não. Quais são as condições para a utilização do “Fiel”?*

**Presidente** – Qualquer trabalhador que precisar de recorrer ao “Fiel” pode escrever ao BNH, e será informado de como recorrer a ele. Eles dão um prazo e condições de acordo com as necessidades de cada um.

## FUNRURAL

**Apresentador** — *Presidente João Figueiredo, o João Marcos Renório de Souza, um pescador de Caravelas, na Bahia, é o autor desta carta. Ele quer saber por que o pescador profissional, autônomo, como ele, não tem o mesmo direito do trabalhador rural, podendo se aposentar, por idade, pelo Funrural.*

**Presidente** — Mas Ney, quem é que diz que não tem? Tem. Nós já temos 100 milhões de brasileiros amparados pela Previdência e o pescador profissional está entre esses 100 milhões. Ele também tem direito à Previdência Social. Ele está incluído no Sistema de Previdência Social Rural, junto com os agricultores e os garimpeiros. Essas três categorias são amparadas pelo Funrural.

**Apresentador** — *Presidente, e o que é que é preciso fazer para que esses pescadores entrem para o INPS?*

**Presidente** — É muito simples. O João Marcos, não é esse o nome dele, João Marcos?

**Apresentador** — *É João Marcos.*

**Presidente** — João Marcos falou em carteira de trabalho assinada. Não é preciso carteira assinada. O que ele e seus companheiros pescadores devem fazer é procurar a agência ou representação da Previdência Social no lugar, para se inscreverem como pescadores profissionais. Aí, vão receber uma carteira de inscrição pessoal e com ela podem requerer os benefícios do INPS.

## TRÓLEBUS

**Apresentador** – *Presidente Figueiredo, esta aqui é a última carta de hoje. Também vem de Belém do Pará. Ela é assinada pelos universitários Antônio Afonso Navegantes e Jasson de Souza. Eles indagam por que, tendo em vista os excedentes energéticos provocados pelas usinas de Itaipu e Tucuruí, não se implantam os sistemas de ônibus elétricos em todas as capitais estaduais.*

**Presidente** – Além de usar energia elétrica, em lugar de petróleo importado, o ônibus elétrico ou trólebus não traz poluição e é mais confortável. Por isso, o Governo está implantando o trólebus, mas não pode ser em toda a parte, ao mesmo tempo. Vamos devagar, porque o investimento inicial na implantação do sistema, é muito alto.

O Ministério dos Transportes está revitalizando e expandindo o trólebus nas quatro cidades que já contavam com esse sistema: São Paulo, Santos, Araraquara e Recife, e está implantando em Ribeirão Preto. Já temos uns 600 desses veículos em operação.

**Apresentador** – *Presidente, esse sistema precisa de tecnologia estrangeira?*

**Presidente** – Não. Essa é uma outra vantagem que, graças a esse esforço recente do Ministério dos Transportes, a indústria nacional absorveu a tecnologia do trólebus e, hoje, somos independentes nesse campo. Não é preciso importar nada. Tudo é fabricado aqui.

**Apresentador** – *Presidente, eu moro numa cidade grande, que é São Paulo. Essa semana tivemos chuva lá, uma série de complicações no transporte urbano. A gente observa que, apesar de algumas opções, o problema de transporte urbano é complicado. O Senhor também o considera complicado?*

**Presidente** – É muito complicado, Ney. Muito, mesmo. Mas temos de resolvê-lo a todo o custo, porque é essencial para todos.

Nos últimos 10 anos, as populações das Capitais dos Estados cresceram demais, principalmente no Rio e em São Paulo. Se houver problema não vai ser por falta de transporte. O que vai ser preciso é uma administração racional e atenta aos interesses da comunidade.



## ENCERRAMENTO

**Apresentador** — *Presidente Figueiredo, essa é a minha última pergunta de hoje. Nós vamos voltar aqui, com o “O Povo e o Presidente”, no último domingo deste mês de fevereiro, porque nós paramos agora, na semana do carnaval. Presidente, eu estava vendo aqui a agenda do Senhor. O Senhor não fica em Brasília, no carnaval, não?*

**Presidente** — Não, eu vou passar os três dias de carnaval em Nogueira, Estado do Rio.

**Apresentador** — *Presidente, os políticos . . . Antigamente . . . , um político antigo, no País . . . , um ex-governador de São Paulo . . . , costumava fazer retiro no carnaval. Cada um tem uma opção: vai pescar e coisa e tal, outros vão ler, outros vão estudar, outros vão trabalhar, outros vão atualizar, outros vão descansar e outros vão recompor energias. O que é que o Senhor pretende fazer em Nogueira, no Estado do Rio, nesses dias de carnaval? Porque o Senhor volta quarta-feira a Brasília para retomar . . .*

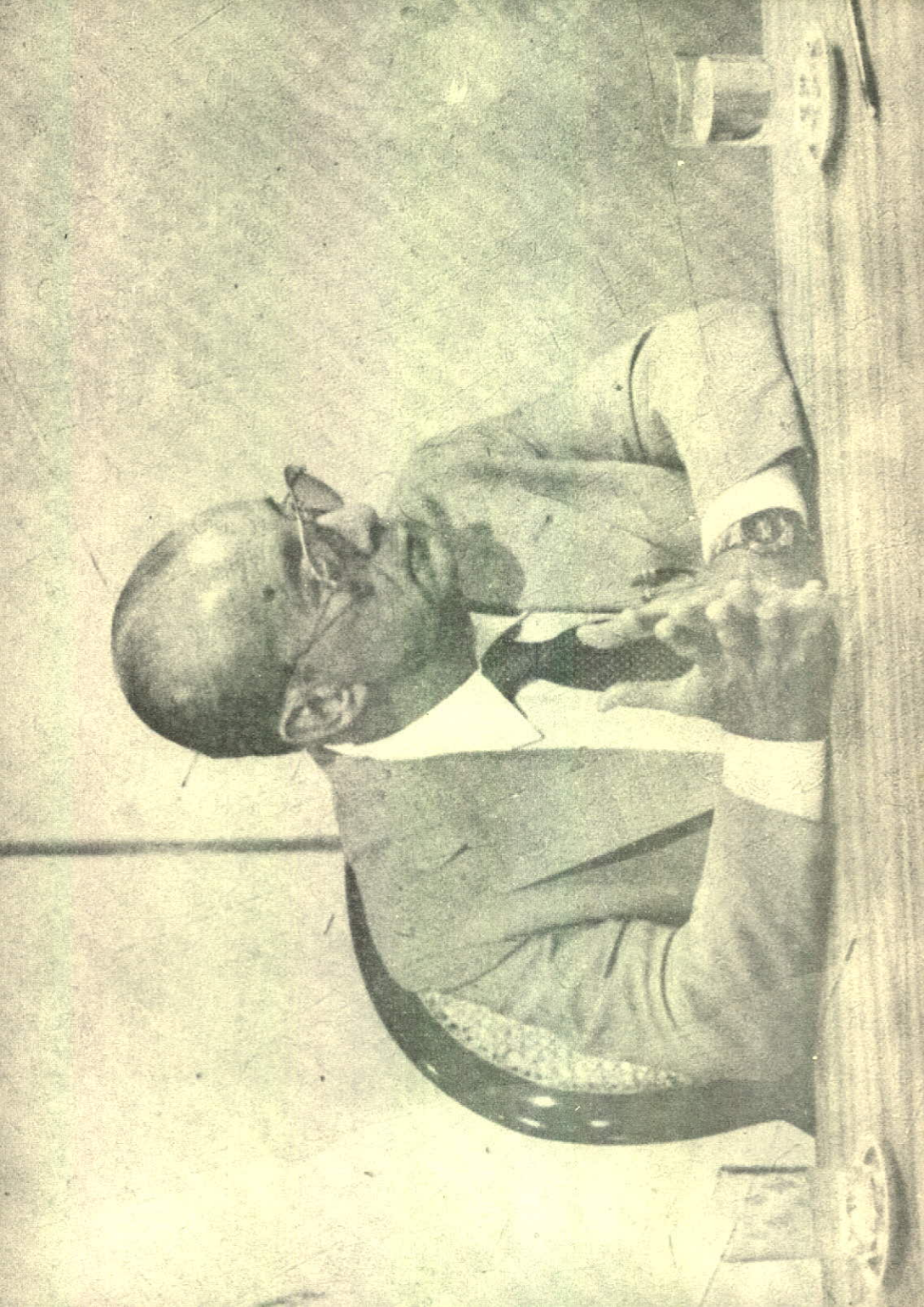
**Presidente** — Quarta-feira eu estarei em Brasília, quarta-feira de Cinzas eu estarei em Brasília. Qual foi a sua pergunta, Ney? O que é que eu pretendo fazer?

**Apresentador** — *Sim, o Senhor vai ler, pescar, vai cuidar da horta? Porque eu soube que o Senhor é um hortifrutigranjeiro privado.*

**Presidente** — Bom, da horta eu não posso cuidar porque eu ainda não tenho horta, lá em Nogueira. Mas eu vou ler, pretendo ler muito. Ler e pensar.

**Apresentador** — *Senhor Presidente, muito boa noite e muito obrigado.*

**Presidente** — Obrigado, Ney.



**PROGRAMA Nº XXVIII**

**6 de março de 1983**

**ABERTURA**

**CONTROLE DA NATALIDADE**

**ENCERRAMENTO**

## ABERTURA

**Apresentador** — *Boa noite, brasileiros. Retomamos aqui a apresentação do "O Povo e o Presidente", depois de um ano em que o Presidente João Figueiredo respondeu a cartas que lhes foram enviadas pela Produção à Divisão de Jornalismo aqui em Brasília, respondendo cartas de brasileiros de todas as partes do País, além das cartas que foram respondidas pelo Presidente, por telex ou por telegrama, a quem o escreveu. Mas hoje, Presidente, eu queria conversar com o Senhor sobre dois pronunciamentos: a mensagem que o Senhor enviou ao Congresso Nacional, na semana que passou, e, principalmente, Presidente, o pronunciamento que o Senhor fez na segunda-feira. Então, eu queria saber do Senhor o seguinte: Como é que o Senhor sentiu a repercussão, Presidente, do pronunciamento que o Senhor fez na segunda-feira passada?*

**Presidente** — Olha Ney, o objetivo do meu pronunciamento foi dar a todo o nosso povo uma explicação tão completa quanto possível sobre todos esses problemas financeiros e comerciais que estão preocupando o mundo inteiro. E que são os fatores principais responsáveis pelas dificuldades que nós estamos enfrentando. Eu vinha, obviamente, acompanhando a todo dia, a cada hora, a luta que os Ministros e o Presidente do Banco Central estavam enfrentando lá fora, para negociar com os bancos estrangeiros a renovação dos empréstimos de que nós precisávamos. E via, também, aqui, o noticiário e os comentários, muitas vezes parciais, sobre o mesmo assunto. Nós estávamos esperando a conclusão dessas negociações para poder trazer à opinião pública, ao País, a todos os brasileiros, como eu e o meu Governo vemos a situação.

**Apresentador** — *Presidente, eu queria fazer uma pergunta para o Senhor aqui. E como está a situação agora, Presidente?*

**Presidente** — Bem, com os empréstimos do FMI e dos bancos estrangeiros, podemos respirar, por enquanto. Mas eu fui muito claro no discurso. O Brasil está passando por um momento difícil, como quase todos os países do mundo.

**Apresentador** — *Presidente, perdoe eu interromper. Quando o Senhor falou em trégua, na mensagem ao Congresso, o Senhor fez um apelo de cruzada ao País. Eu pergunto ao Senhor: O Senhor acha que o Senhor foi bem compreendido quando se dirigiu à Nação, na segunda-feira?*

**Presidente** — Eu li e ouvi os comentários de muita gente. Todo mundo sa-

be que há uma crise mundial, cujos efeitos repercutem, inevitavelmente, aqui no Brasil. Muitos países já estão em situação muito pior do que a nossa. Nós temos lutado de todo jeito para enfrentar essas dificuldades, com o menor sacrifício para o nosso povo.

Mas a verdade, Ney, é que algum sacrifício é impossível evitar. Isso nós temos que reconhecer. E foi o que eu disse.

Nesse quadro, Ney, essa situação, é evidentemente muito injusto atribuir ao Governo a culpa do que está acontecendo. Mas alguns insistem em fechar os olhos, negar a verdade, e insistem em dizer que a culpa é do Governo. Esses, não têm mais jeito. Na verdade, a reação deles não me surpreende.

Alguns jornais também contornam e deformam a realidade, para atacar o Governo. Isso é um desserviço à opinião pública e um mau uso da liberdade de imprensa. Felizmente, esses não passam de minoria, Ney, e são sempre os mesmos.

Aliás, eu posso lembrar que até mesmo alguns políticos da Oposição, que tratam com seriedade a coisa pública, reconheceram a validade da minha proposta. Junto com a unanimidade do meu Partido, eles demonstraram entender perfeitamente a situação que enfrentamos, em toda a sua dimensão, e que aproveitam a oportunidade para mostrar a sua seriedade de propósito.

Eu sei que tem gente insatisfeita, que tem gente reclamando de tudo e de todos. Mas reclamar não constrói nada; temos de trabalhar. Eu também não estou contente. Eu também, como Presidente, gostaria que todos estivessem vivendo felizes e satisfeitos no melhor dos mundos.

Alguns jornais perguntam: "O que o Governo está fazendo?" E eu respondo: Está fazendo o melhor que pode.

Nós agimos sobre aquilo que podemos alterar. A realidade lá fora, no estrangeiro, não depende só de nossa ação. As medidas que tomamos não agradam a todos? Eu gostaria de só tomar medidas que agradassem. Elas estão erradas? Quais as alternativas?

**Apresentador** — *Senhor Presidente, a maxidesvalorização é uma alternativa?*

**Presidente** — É sim Ney. Nossa situação, na verdade, pode ser definida de maneira muito simples. Tivemos de tomar empréstimos no exterior para criar empregos, transportes, energia para 120 milhões de brasileiros. Sem esses empréstimos, sem essa dívida, muitos milhões de pessoas não teriam empregos, escolas, alimentos, transporte e energia. Agora, temos de pagar o dinheiro que tomamos emprestado. Para pagá-lo, precisamos aumentar as nossas exportações, aumentar a produção e reduzir as despesas.

Acontece que enfrentamos, em todo o mundo, a concorrência dos exportadores de outros países. Temos de vencer essa concorrência ofere-

cendo bons produtos a bons preços.

A desvalorização dá aos nossos exportadores uma vantagem de 30% nos seus custos. Dá vantagem, Ney, para competir com outros exportadores nos mercados do mundo.

Você viu o que fez o Whitaker, da IMBEL. O Whitaker, você sabe, é um dos nossos grandes exportadores. Um homem que concorre nos mercados mais difíceis do mundo. Em vez de reclamar, saiu correndo para vender tudo o que tem. Eu espero que muitos outros sigam o exemplo dele. Maiores exportações significam maior produção; maior produção significa mais emprego.

**Apresentador** – *Senhor Presidente, e as empresas brasileiras que tinham empréstimos no exterior?*

**Presidente** – Eu reconheci, no discurso, que a medida afetou as empresas privadas e públicas com essas dívidas. Mas afirmei que o Governo vai dar assistência a essas empresas e vai, também, forçar a baixa das taxas de juros bancários para níveis mais favoráveis.

Por outro lado, eu espero minorar a situação para o consumidor através do controle de preços.

Na mensagem ao Congresso, aliás, eu disse que o setor privado terá os menores impactos possíveis, e que o peso do ajuste econômico deve recair sobre o Governo. Nessa política de austeridade, devem engajar-se todos os escalões do Governo.

**Apresentador** – *Presidente, Senhor Presidente, o Senhor mencionou agora a mensagem que o Senhor enviou ao Congresso. É um assunto que eu ia entrar mais para frente, mas já que o Senhor colocou agora, quais as principais diretrizes que o Senhor incluiu na mensagem para 1983?*

**Presidente** – A principal diretriz que eu proponho na mensagem é a da união de esforços. A adesão integral de toda a comunidade brasileira para enfrentar a crise mundial e superá-la com o nosso esforço e mesmo com algum sacrifício. Também pedi isso na reunião ministerial.

**Apresentador** – *Senhor Presidente, mas no campo econômico e no campo político, quais são os caminhos que o Senhor aponta à Nação?*

**Presidente** – No campo econômico, atribui prioridade ao programa de ajustamento, que temos de executar para conseguirmos saldos comerciais maiores. Para isso, temos de poupar, reduzir as despesas, enganjar toda a Nação nesse esforço, nessa política de austeridade. E, principalmente, todos os escalões do Governo.

E vou dizer outra coisa. Minha diretriz é de lançar o ônus desse ajuste

sobre o setor público, para reduzir ao menor possível o impacto sobre o setor privado, empresários e trabalhadores.

**Apresentador** – *Senhor Presidente, e no campo político?*

**Presidente** – Ney, eu disse na mensagem que a democracia é o regime que, bem praticado, resolve melhor os problemas sociais e políticos. E disse que, num período de crise, como estamos agora, de crise mundial, a solução dos problemas exige o trabalho de todos, que é o fruto do consenso.

Então, no campo político, a minha principal diretriz é a busca do consenso pelo debate, pela negociação, pelo entendimento. Enfim, temos de chegar ao consenso nas grandes decisões políticas nacionais, mas, para isso, evidentemente, é preciso a boa-fé, a honestidade de propósitos dos dois lados. Eu acredito que essa boa-fé existe. Nós vamos conseguir o consenso.

## CONTROLE DA NATALIDADE

**Apresentador** – *Presidente, eu estou empolgado aqui com a explicação que o Senhor está dando, e com a sinceridade como o Senhor está expondo esses dois assuntos que são assuntos que estão respondendo a milhares de cartas de telespectadores que hoje eu vou sacrificar aqui as cartas que constituem o tema do nosso programa e vou destacar apenas uma, Presidente, que é a do Júlio César da Silveira, de Brumado, na Bahia, exatamente entrando nesta área da mensagem do Senhor ao Congresso.*

*E ele pergunta: “Seu Governo, Presidente Figueiredo, julga oportuna a implantação de um programa de longo alcance visando ao controle da natalidade no Brasil?”*

**Presidente** – Júlio, esse é um tema muito importante para o País. Nos últimos 40 anos a nossa população aumentou de mais de 50 milhões de pessoas.

Você viu, Ney, com uma população de mais de 120 milhões, nós tivemos 50 milhões de eleitores nas últimas eleições. Isso quer dizer que praticamente a outra metade da população, excluídos os analfabetos, são menores de idade e nada produzem, por enquanto.

**Apresentador** – *Eu não quero fazer nenhuma conclusão sobre o que o Senhor está falando. Mas, Presidente, quer dizer que metade da população brasileira sustenta a outra metade?*

**Presidente** – Exatamente. Por isso eu disse na mensagem ao Congresso que crescimento explosivo, desordenado, da população, devora o crescimento econômico. Por isso que na mensagem eu proponho o amplo debate da questão pelo Congresso. No crescimento desordenado da nossa população está uma das causas básicas dos nossos desequilíbrios sociais, econômicos, culturais e políticos. Não há nem nunca haverá recursos suficientes para cobrir os custos gerados por crescimento de população desse jeito. Os nossos recursos são poucos para dar assistência infantil, escola, apoio médico e emprego para tanta gente.

Basta dizer, Ney, que a nossa Previdência Social já beneficia a mais de 100 milhões de pessoas. Você faz a idéia de quanto custa isso ao Governo e aos próprios segurados?

**Apresentador** – *E, Senhor Presidente, eu acredito, tenho certeza que é muito dinheiro. Mas, eu ainda queria perguntar para o Senhor: O que que o Governo do Senhor está fazendo para controlar, hoje, o crescimento da população?*



**Presidente** — O tema é muito sensível. Afinal, ele mexe com a coisa mais valiosa da família: os nossos filhos. O Governo adotou, até agora, a política de planificação familiar e não de controle da natalidade.

**Apresentador** — *Ah! E qual é a diferença, Senhor Presidente?*

**Presidente** — Boa pergunta, Ney. O controle da natalidade se faz com medidas obrigatórias, para reduzir ou paralisar o crescimento populacional. Essas medidas não consideram princípios religiosos ou morais. Já a planificação familiar não é obrigatória, não tem conotação política. Depende da responsabilidade de cada pessoa e da família e respeita as convicções morais e religiosas. O objetivo é preparar o casal para, através de decisão livre, planejar o número de filhos segundo sua consciência e seus recursos.

**Apresentador** — *Vamos exemplificar, Senhor Presidente. Suponhamos, que um telespectador queira utilizar essa planificação familiar que o Senhor acaba de mencionar. A quem que o telespectador deve procurar, Presidente?*

**Presidente** — O Ministério da Saúde já promove a educação e assistência em matéria de planificação familiar, junto com as Secretarias de Saúde Estaduais. Mas toda a sociedade brasileira, e não apenas o Governo, deve se voltar para esse problema. Temos crianças abandonadas pelos pais ou pelas mães solteiras que não podem sustentar essas crianças. As famílias de poucos recursos e os jovens devem procurar assistência dos órgãos de Saúde, para evitar que aumente o número dessas crianças abandonadas.

Esse, inclusive, é o tipo de campanha que eu gostaria de ver desenvolvida pelas empresas de comunicação de massa, que estariam, assim, prestando um imenso serviço ao nosso povo.

## ENCERRAMENTO

**Apresentador** — *Senhor Presidente, o nosso tempo chegou ao fim, e eu descarto aqui a possibilidade de a gente atender a qualquer outra carta. Mas eu estou satisfeito; eu tenho absoluta certeza, Senhor Presidente, de que nós tratamos aqui de assuntos que o senhor e a senhora estão escrevendo para "O Povo e o Presidente" perguntando, que são os pronunciamentos dessa semana que passou, de segunda-feira, que o Presidente fez à Nação, e no Congresso Nacional, e que provocaram as mais variadas reações e que você gostaria de ter um outro esclarecimento que o Presidente, me parece, deu aqui eu tenho certeza — cabalmente, esse esclarecimento. Muito obrigado, Senhor Presidente, e muito boa noite.*

**Presidente** — Muito obrigado, Ney. Muito obrigado à sua equipe, também. Muito obrigado aos seus telespectadores.



## **PROGRAMA Nº XXIX**

**13 de março de 1983**

**ABERTURA**

**ELEIÇÃO DIRETA PARA PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

**NOVA CONSTITUIÇÃO**

**REELEIÇÃO**

**GOVERNO DE OPOSIÇÃO**

## ABERTURA

**Apresentador** — *Boa noite, brasileiros. Senhor Presidente, no programa anterior a gente só fez uma pergunta para o Senhor, aqui, de um telespectador, e a gente trabalhou sobre aquele pronunciamento que o Senhor fez aos Ministros, ao Congresso, a mensagem que o Governo enviou ao Congresso Nacional. E havia muita pergunta no ar, dos telespectadores, e eu tenho a impressão que nós respondemos, naquele momento, a milhares de questões.*

*E, como o Senhor respondeu a todas aquelas perguntas sobre a realidade nacional, o momento político que nós estamos atravessando, um ano político, eu queria pedir licença para o Senhor, para fazer algumas perguntas nesta mesma linha.*

*O Senhor concorda, Senhor Presidente?*

**Presidente** — Está claro, concordo, Ney.

Num momento de transição política, como esse que estamos vivendo, e com as dificuldades econômicas que temos de enfrentar, eu acho essencial o esclarecimento da opinião pública.

Quero que a opinião pública, o povo, todos os meus patrícios, saibam que o meu Governo pensa, o que o Governo quer fazer.

Eu sempre fui muito franco; nunca enganei ninguém, Ney. Faça as perguntas que você quizer e eu vou respondê-las com sinceridade.

Agora, eu não tenho bola de cristal. Não posso adivinhar o futuro. Eu conto com as informações que os meus Ministros, os meus auxiliares me trazem diariamente. Ou com as informações, as opiniões, as avaliações de muitos brasileiros que me procuram. Somos todos humanos. Não podemos adivinhar o futuro. Nem sempre podemos influir no curso dos acontecimentos quando eles são maiores do que nós. Mas podemos fazer algumas previsões e alguns planos para seguir o nosso curso neste período de tempestade. E eu tenho a confiança de que, com a ajuda de Deus, e a união de todos os brasileiros, vamos chegar do outro lado. Inclusive porque. . .

**Apresentador** — *Presidente, deixe eu interromper o Senhor um instantinho. Eu fiz uma anotação — essas perguntas aqui são da Rede Globo, Presidente, de Televisão —, eu queria interromper o Senhor e perguntar uma coisa para o Senhor nessa mesma linha.*

*O Senhor falou, Presidente, no discurso ministerial, na mensagem ao Congresso Nacional, no aniversário dos Fuzileiros Navais, o Senhor usou a expressão: “A união de todos os brasileiros”.*

*Então, eu agora faço uma pergunta específica ao Senhor: Como é que o Senhor vê essa união, Presidente, neste momento de transição política, de dificuldades econômicas, como o Senhor qualificou?*

**Presidente** — Ney, todo mundo sabe que estamos vivendo uma crise econômica mundial, que nos deu três socos no estômago.

O primeiro, o aumento do petróleo que encareceu tudo no Brasil. E lá se foi o nosso custo de vida para cima!

O segundo, os países compradores dos nossos produtos fecharam os mercados. E lá se foi uma parte de nossa exportação! Você viu o que aconteceu com a nossa exportação de açúcar: Caiu de um bilhão de dólares para 250 milhões no ano passado.

**Apresentador** — *Senhor Presidente, e o terceiro soco, qual é, qual foi?*

**Presidente** — Esse foi no fim do ano passado. Foi o retraimento dos banqueiros estrangeiros que financiavam a nossa dívida externa. Essa atitude foi inesperada e nós não tivemos qualquer responsabilidade sobre ela. Tivemos de fazer um esforço enorme de negociação para continuar operando nos mercados financeiros e comerciais.

Eu acredito que nós temos garra e potencial para isso.

Temos de ter confiança em nós mesmos. As crises passam.

**Apresentador** — *Presidente, é claro que eu não quero que o Senhor tire nenhum coelho da cartola nem faça nenhuma mágica. Mas, e esta crise atual?*

*Na opinião do Senhor — o Senhor que está lidando com esse problema, o Senhor esteve no exterior, esteve na ONU, o Senhor está vivendo no dia-a-dia — na opinião do Senhor esta atual crise vai passar logo, Presidente?*

**Presidente** — Neste ano é difícil Ney. Mas já há sinais de recuperação econômica no mundo e, talvez, no ano que vem, as coisas já estejam mais favoráveis.

**Apresentador** — *Tá bom, então já temos uma data provável, que é o ano que vem.*

*Agora, eu faço outra pergunta para o Senhor: E até lá, Senhor Presidente?*

**Presidente** — O importante Ney, o essencial, é a união. A lição é simples e bem conhecida: a união faz a força.

Se os brasileiros ficarem desunidos, todos seremos prejudicados. Por isso, eu falo em união.

Aliás, Ney, para mim o processo de abertura democrática é um processo de união, de conciliação nacional, de participação de todos, de conjunção de esforços, na busca do destino comum, do melhor para todos os brasileiros.

**Apresentador** — *Senhor Presidente, agora eu vou fazer uma pergunta, que é uma pergunta objetiva, assim em termos instrumentais. E como fazer essa união que o Senhor preconiza?*

**Presidente** — Ney, na última terça-feira eu disse à diretoria da Associação Brasileira de Municípios que a conciliação nacional deve começar no município e irradiar-se para todos os níveis.

Com a abertura democrática, com um maior número de partidos, com as eleições e com a divisão das responsabilidades administrativas entre os homens de vários partidos, o nosso processo político tem necessariamente que se desenvolver pelo diálogo, pela troca de opiniões, pela busca de consenso. E isso não é fácil. Isso implica uma vontade de diálogo aberto, de entendimento da posição real dos interlocutores. E é preciso, acima de tudo, que cada líder político de cada partido tenha uma avaliação precisa, realista, da posição e dos interesses dos outros líderes e dos outros partidos. É preciso conhecer bem o que cada um pode e quer fazer. Até onde pode ir.

Em resumo, Ney, a união se faz através da boa vontade, do diálogo e do consenso.

## ELEIÇÃO DIRETA PARA PRESIDENTE DA REPÚBLICA

**Apresentador** – *Se o Senhor me permitir, eu vou acrescentar aqui uma carta, agora, do Delmo Menezes, de Brasília, aqui do Distrito Federal, que diz acompanhar os bons resultados da abertura política, e indaga quando é que vamos ter eleições diretas para Presidente da República.*

**Presidente** – Ney, essa é uma questão que está sendo levantada por algumas correntes políticas. Eu tenho acompanhado pela imprensa, as várias declarações e artigos sobre a eleição direta ou indireta para a Presidência. Essas e outras questões de natureza institucional, como as idéias sobre reforma da Constituição, pertencem ao universo do debate político.

Eu acho, meu caro Delmo. . . Delmo, não é?

**Apresentador** – *Sim, Delmo, Delmo Menezes.*

**Presidente** – Eu acho meu caro Delmo, que, numa democracia todas as idéias devem ser debatidas, livremente, por todos. Afinal, a liberdade de opinião e a liberdade de imprensa são essenciais ao fortalecimento do processo democrático.

**Apresentador** – *Senhor Presidente, o Senhor me permite que eu me coloque no lugar do Delmo por um instante?*

*Eu compreendi claramente. O Senhor aceita que a questão seja debatida – e é o pressuposto básico da formação democrática – agora, mas, e a sua opinião, Senhor Presidente, qual é?*

**Presidente** – Eu sou a favor da manutenção do processo indireto de eleição do Presidente. Em primeiro lugar porque é um processo tão democrático quanto o direto. Em segundo lugar, porque ele garante, naturalmente, um bom entrosamento entre os dois poderes, eminentemente político. Quer dizer, entre o Legislativo e o Executivo.

Além disso, a eleição indireta garante melhor o equilíbrio político da influência das unidades da Federação na escolha do Presidente. Assim, a eleição indireta me parece mais adequada para um regime federativo. Ela ajuda a fortalecer a Federação porque distribui melhor o poder entre os vários estados do País.

A experiência brasileira mostrou, eu acho, que as eleições diretas para Presidente levaram quase sempre a um confronto entre o Executivo e um Congresso adverso. Da mesma forma, entre grupos de estados e o Presidente. E daí as crises freqüentes. E isso aconteceu repetidamente desde os tempos de Epitácio Pessoa. Por isso acho que a adoção do



sistema de eleição indireta foi um aperfeiçoamento do nosso processo eleitoral.

**Apresentador** – *Presidente, voltando ainda à eleição direta para Presidente da República.*

*Mas tem gente que pensa diferente do Senhor, não é Presidente?*

**Presidente** – Claro Ney. Eu sei disso. Sobretudo quem pertence a partidos que não têm maioria no Colégio Eleitoral. De toda forma, independentemente das razões e dos interesses que explicam as suas posições, ainda assim eu respeito a opinião deles. Mas mantenho a minha e espero que a respeitem também.

Sobretudo porque, neste caso, eu estou com a maioria do meu lado.

## NOVA CONSTITUIÇÃO

**Apresentador** — *Presidente, eu tenho aqui uma carta que fala de um assunto extremamente atual. É da Dineuma Ferreira da Mata, de Belém do Pará, que faz uma pergunta ao Senhor dentro dessa linha que nós estamos tratando dos assuntos aqui.*

*Ela pergunta: "Presidente João Figueiredo, há algum projeto de se elaborar uma nova Constituição?"*

**Presidente** — Ney, eu reconheço que as questões institucionais formam a moldura do quadro em que se desenvolve o País. A nossa Constituição é o resultado de um processo político autêntico, ligado à Nação, nascido na Revolução de 1964. Ela tem raízes históricas profundas. Isso não significa que ela seja perfeita, ou que esteja acabada. Nenhuma Constituição é ou pode ser imutável. Ela precisa acompanhar as necessidades da evolução político-social do País. E a nossa, também.

Eu mesmo, durante a campanha eleitoral, e até antes, quando candidato, reconheci isso. Acho que há pontos em que nossa Constituição pode ser aperfeiçoada. O processo, para isso, está previsto na própria Constituição. Ela pode ser emendada pelo voto de 2/3 do Congresso.

**Apresentador** — *Presidente João Figueiredo, mas existe algum projeto para fazer uma nova Constituição no Brasil?*

**Presidente** — Uma nova Constituição não, Ney. Poderemos cogitar de uma ou outra emenda. Mas, ainda assim, não é projeto para já. Aliás, temos questões mais prementes, de muita importância imediata, e que precisamos resolver antes.

**Apresentador** — *Presidente, então deixa eu ver se eu entendi.*

*A gente não deve se limitar a debater a moldura do quadro que o Senhor acabou de identificar como sendo a estrutura institucional. E o Senhor está convidando o País a se interessar a debater sobre o próprio quadro.*

*Agora, eu lhe faço uma pergunta então: E quais são Presidente João Figueiredo, essas outras questões que o Senhor propõe ao povo brasileiro?*

**Presidente** — Exatamente Ney. Se limitarmos as nossas preocupações e levarmos o debate político apenas para o quadro institucional, sere-mos todos vítimas da nossa cegueira e a história do nosso País nunca nos perdoará.

Quando eu falo em trégua, conciliação, união, vontade, diálogo e consenso, eu não vejo nessas palavras apenas o sentido de manobra entre pessoas, partidos e posições. Eu vejo objetivos. A manobra sem objetivo não tem sentido.

E você pergunta quais são os objetivos que eu vejo para a união, para a conciliação, para o consenso. Eu vejo o objetivo de um jeito muito simples: o objetivo é aquilo que o povo brasileiro deseja. E o que é isso? Como definir esse objetivo?

**Apresentador** – *Sim, Presidente. Agora, como é que o Senhor define o que o povo brasileiro deseja?*

**Presidente** – A minha avaliação, a avaliação do meu Governo, sobre o que o povo brasileiro quer, eu passei às mãos do Congresso na minha mensagem. Ela encerra dois grandes objetivos: no primeiro, está a questão institucional. O Brasil queria a democracia, eleições. Queria e teve. E o processo democrático está em marcha.

**Apresentador** – *Bem, e o segundo objetivo, Presidente? O que é que os brasileiros querem na avaliação do Senhor?*

**Presidente** – O meu segundo objetivo, Ney, é a questão social.

Ela está retratada na mensagem com todas as tintas e eu vejo o horizonte carregado se não nos unirmos para enfrentá-la.

Temos o crescimento demográfico desordenado, temos milhões de brasileiros com rendas baixíssimas nas cidades e nos campos, e não temos recursos para dar educação, emprego, estrutura social, para todos.

Até o ano passado, conseguimos recursos externos para manter um certo ritmo de desenvolvimento. Agora, temos de contar mais com os nossos próprios recursos. Temos de contornar os efeitos do crescimento demográfico desordenado e melhorar o padrão de vida das camadas sociais mais carentes.

Para isso, temos de nos unir. Uma união de esforços com certa dose de sacrifícios, mesmo. Para isso, é preciso a vontade, o diálogo, o consenso.

## REELEIÇÃO

**Apresentador** – *Presidente, esse objetivo não é muito grande para os dois anos de mandato? E eu acrescentaria: Haverá tempo para o Senhor alcançar esse objetivo ou o Senhor está pensando em ser Presidente outra vez em 1985?*

*Essa é uma pergunta, Presidente, que muitos telespectadores enviam, como a carta, por exemplo, do Cláudio Lúcio Monteiro, de Macapá.*

*Quer dizer, se os objetivos são tão longos e tão profundos, se em dois anos o tempo é insuficiente para resolvê-los – eventualmente o Senhor vai dizer se o tempo é insuficiente ou não –, então se pergunta: O Senhor pretende resolvê-los, mas em um outro mandato, de seis anos?*

**Presidente** – Ncy, ser Presidente é uma coisa fantástica na vida de um homem. Tão fantástica que eu, pessoalmente, só quero uma vez. É um desafio infinito que se repete todos os dias.

Os problemas são todos grandes como o País. Eu espero, com a ajuda de Deus, chegar ao fim do meu mandato com a certeza de que cumpri o meu dever para com a minha Pátria, fazendo o melhor possível nas circunstâncias que tenho de atravessar. Não quero um novo mandato.

Nesses próximos dois anos vou seguir em frente, voltado para os dois objetivos que eu me tracei. Não vamos gastar tempo agora com questões que pertencem ao futuro. Eu sempre... eu sei que alguns nomes já apareceram nos jornais como candidatos, mas acho que não é hora de tratar da sucessão presidencial nem de candidatura. Acho mais oportuno, para o momento que estamos vivendo, tratar de outra parte da sua pergunta.

A questão social no Brasil não é uma tarefa para dois anos. Nem só para mim. Ela é um problema para todos os brasileiros e para muitos anos. Mas é preciso, antes de mais nada, que se defina a consciência desse problema, que essa consciência penetre em todas as categorias sociais e que a sociedade se mobilize para vencê-la. Por isso eu a incluí na mensagem. Por isso que eu propus na mensagem ao Congresso, uma cruzada que reúna os esforços de todos os brasileiro. Essa mobilização eu pretendo fazer nestes dois anos de Governo.

**Apresentador** – *Presidente Figueiredo, por falar no seu mandato atual, dos dois anos que faltam, agora, no dia 15, o seu Governo, o Senhor completa quatro anos frente ao Governo brasileiro. Como é que o Senhor pretende marcar essa comemoração, Presidente?*

**Presidente** — Ney, no dia 15, o meu Governo comemora quatro anos com um fato de grande expressão, que é a posse dos novos governadores estaduais.

Você queria alguma coisa mais expressiva para o meu projeto de abertura democrática?

Será um aniversário muito bem comemorado com tantas posses de governadores.

## GOVERNO DE OPOSIÇÃO

**Apresentador** – *Presidente, eu tenho aqui uma carta de uma carioca, a Asta Rodrigues Bastos, que se refere à eleição de Leonel Brizolla e faz uma pergunta ao Senhor. Eu vou repetir exatamente a pergunta dela. “É verdade que Vossa Excelência não dará ajuda ao Estado do Rio de Janeiro? Segundo: Como ficará o povo carioca, que também é brasileiro?”*

*Evidentemente ela faz essa pergunta pela carta que eu li, em função da eleição do Senhor Leonel Brizolla, um homem marcado... um tipo de oposição marcado. . . Um Governo de oposição no Rio de Janeiro.*

**Presidente** – Dona Asta, não me faça essa injustiça!

O Governador Chagas Freitas não pertence ao PDS e o Rio de Janeiro recebeu sempre do Governo Federal todo o apoio possível.

Como brasileiro, e como carioca que eu sou, o que me preocupa é o bem-estar dos meus patrícios do Rio de Janeiro. Isso, para mim, está acima de outras contingências políticas.

**Apresentador** – *Senhor Presidente, muito obrigado e muito boa noite.*

**Presidente** – Muito obrigado, Ney. Muito obrigado aos senhores.



## **PROGRAMA Nº XXX**

**20 de março de 1983**

**ABERTURA**

**OBJETIVOS DOS GOVERNANTES**

**CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO**

**APOIO ÀS PEQUENAS EMPRESAS**

**DEMOCRACIA**



## ABERTURA

**Apresentador** – *Boa noite, brasileiros. Presidente Figueiredo, o nosso programa deste domingo vem na esteira de um fato muito importante na vida do País. O Governo que o Senhor preside completou quatro anos, agora, dia 15, exatamente no dia 15, em que tivemos – e eu vi pela Rede Globo de Televisão, todos nós vimos – aquelas festas das posses dos novos governadores.*

**Presidente** – É verdade, Ney. Foi uma data comemorada com muita alegria em todo o País. É um novo momento, uma nova etapa em nosso processo de abertura democrática. Vamos começá-la cheios de esperança e de confiança.

Isso eu senti nas palavras dos novos governadores. E graças à Rede Globo, eu pude ver essa alegria, essa segurança, essa segurança no futuro, estampadas nos rostos de brasileiros de todos os nossos estados.

Eu também estou contente. Muito contente. Você sabe que muitos dos meus opositores duvidaram das eleições e duvidaram da posse dos novos governadores. E eu respondo com os fatos.

Alguns continuam a duvidar em relação aos passos que vamos ter que dar no futuro. A esses que duvidam sobre o futuro eu digo, agora, que esperem, como eu estou esperando, um momento oportuno, um momento apropriado para uma definição.

## OBJETIVOS DOS GOVERNANTES

**Apresentador** – *Presidente Figueiredo, vou fazer uma pergunta para o Senhor aqui, e eu tenho certeza que isso não vai acontecer, não está acontecendo. Mas como as pessoas estão perguntando. . .*

*É o caso do Luiz Fernando Fulher que é de Alvorada, no Rio Grande do Sul. Ele diz que não votou em 15 de novembro porque ele completava 18 anos próximo às eleições.*

*Então, ele pergunta para o Senhor: “Dizem que quando o Governador for do PDS ele vai destinar verbas unicamente aos prefeitos do mesmo partido? Isto é verdade?”*

*É claro que é uma pergunta que eu deveria fazer a cada Governador do PDS. Mas aqui ele sugere, na carta, que haja uma orientação para isso. Por isso que eu chego ao Senhor.*

**Presidente** – Meu caro Luiz Fernando, os governadores e os prefeitos foram eleitos com o dever de ajudar os brasileiros e não prejudicar a nossa gente.

Eu espero, sinceramente, que todos os governadores e todos os prefeitos, de todos os partidos – repito, de todos os partidos – nunca se esqueçam disso.

O cargo público é um dever, é um serviço, e não é um instrumento para colher benefícios, ajudar amigos e punir os antagonistas. E todos os que exercem cargos públicos devem prestar contas de seus atos.

**Apresentador** – *Aliás, Presidente, isso aí ficou muito claro no último discurso que o Senhor fez, respondendo à saudação do Ministro Walter Pires, no dia 14. Eu anotei aqui, quando o Senhor disse “que não vai tolerar que a liberdade degenera em abusos, e que não permitirá desvios de conduta na gestão dos negócios públicos”.*

**Presidente** – Foi, eu disse isso. E isso vale para todos. Eu disse mais: que a hora é de austeridade, disciplina e respeito à Lei.

É preciso que esses valores, aliados aos princípios éticos, sejam respeitados por todos os dirigentes políticos e todos os agentes do Governo. Nesse sentido estou seguro de que a opinião pública será o melhor juiz da conduta dos nossos governantes.

Numa democracia, cada ato, cada decisão do governante, seja ele Prefeito, Governador, Ministro e até Presidente da República, está sujeito ao julgamento da opinião pública. É preciso que os governantes dirijam o melhor de seus esforços para ajudar os seus eleitores.

**Apresentador** – *Presidente, uma perguntinha: Ajudar como, Presidente?*

**Presidente** — Fazendo uma boa administração, voltada para a busca de caminhos que favoreçam a iniciativa dos nossos patrícios.

Nós temos muitos problemas, mas o homem brasileiro é esperto e trabalhador, tem muita imaginação e, como se diz popularmente, “sabe se virar”.

Isso quer dizer, Ney, de maneira informal, que somos gente com muita iniciativa. Estamos passando um momento difícil. Os mercados externos se fecharam e isso trouxe dificuldades para as nossas empresas. Caiu a produção de muitas delas. Temos gente que perdeu o emprego por causa disso. O Governo Federal está empenhado em apoiar as empresas para reabrir ou conquistar novos mercados e ampliar outra vez a oferta de empregos.

**Apresentador** — *Presidente Figueiredo, então, se os brasileiros tem que “se virar”, e o Governo? O que que o Governo deve fazer, Presidente?*

**Presidente** — Olha Ney, eu disse que o Governo, isto é, os prefeitos, os governadores, ministros, todos devem administrar voltados para abrir caminhos para o povo. Eu quero dizer: primeiro, que a administração não deve se voltar para os objetivos próprios de cada um, estabelecidos teoricamente.

Segundo, que a Administração não deve ser preferencial, voltada só para proteger os seus afilhados e afastar os opositores. Somos todos brasileiros, estamos no mesmo País, partilhando as mesmas dificuldades. Juntos podemos passar por elas; desunidos, vamos nos prejudicar uns aos outros e perdemos todos.

**Apresentador** — *Presidente, o Senhor me desculpe, a sua resposta me parece ser excludente, ou seja, o Senhor disse como não é administrar em benefício do povo. Então eu lhe pergunto agora: Presidente Figueiredo e o que é administrar em benefício do povo?*

**Presidente** — Eu vou completar, Ney. No programa passado eu mencionei que uma manobra sem objetivos não tem sentido. Numa democracia, para o governante eleito e sujeito ao julgamento da opinião pública, a sua capacidade de manobra está limitada aos objetivos que o próprio povo do Estado ou do Município espera dele.

**Apresentador** — *Tá bom. Então entramos com o povo aqui. E o que é que o povo espera, Presidente?*

**Presidente** — O que define o objetivo do governante é a esperança concreta dos brasileiros da sua área. Essa esperança tem de ser atingida acima de tudo. Como ela se concretiza e como satisfazer, em nível municipal ou

em cada Estado, é a principal tarefa de cada Prefeito ou Governador. Agora, eu quero somente recomendar que é preciso, acima de tudo, apoiar a iniciativa e a produtividade.

**Apresentador** — *Ah! Então é por isso que no discurso que o Senhor proferiu no dia 14, respondendo ao Ministro Walter Pires, o Senhor mencionou claramente isso, que o Senhor disse “que manteria relações funcionais construtivas entre o Governo Federal e os governos estaduais”. Não é isso?*

**Presidente** — Isso mesmo, Ney. Eu não falei em governos estaduais do PDS ou de outros partidos. Eu falei em todos os governos estaduais, não importa o partido. O Governo Federal manterá relações funcionais construtivas com os governos estaduais.

**Apresentador** — *Com licença, Presidente. E o que que o Senhor chama de relações funcionais construtivas?*

**Presidente** — São as atividades voltadas para beneficiar as populações desses estados. Para ser bem claro: Se um Governador do PDS ou de outro partido, me apresenta uma proposta para beneficiar o povo do seu Estado, terá todo o apoio possível do Governo Federal.

## CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO

**Apresentador** — *Presidente Figueiredo, não mudando de assunto, mas na mesma área de prioridade, um dia desse nós mencionamos o problema do crescimento desordenado da população. Eu ainda me recordo claramente, a Nação inteira se recorda, que o Senhor ainda chamou a atenção para o caráter de um problema difícil, um problema melindroso, não é?*

*Então eu tenho aqui três cartas, que me permito passar ao Senhor. A primeira é de Audízio Martins, de Iguatu, no Ceará. Funcionário aposentado do Banco do Brasil com sete filhos, ainda seus dependentes, pergunta como garantir a assistência médica aos filhos.*

*A segunda é de Ana Pereira Silva, de Pindamonhangaba, São Paulo. Empregada doméstica, com seis filhos, cuja renda mensal não chega a 30 mil cruzeiros, pede ajuda para conseguir indenização do Funrural pela morte do marido.*

*A terceira carta também veio de São Paulo, de Mogi-das-Cruzes. A Irene Silva Leonel, viúva e mãe de oito filhos, recebe uma pensão de 14 mil cruzeiros e pede ajuda junto ao Ministério da Fazenda para rever essa pensão.*

*São essas cartas que eu coloco, cartas do povo que eu coloco na mesa, para análise do Senhor.*

**Presidente** — *Aí está, Ney. Examinar o nosso crescimento demográfico com índices numéricos, já assusta. Veja como é terrível quando aquele aparece com gente, como essas pessoas que você acaba de citar.*

*Mas, vamos primeiro tentar fazer alguma coisa nos três casos. Essas cartas vão ter tratamento prioritário nos órgãos competentes e você vai me cobrar a resposta.*

*Vamos ver o que se pode fazer nos casos concretos do . . . Quais são os nomes?*

**Apresentador** — *Da Dona Irene, do Audízio e da Dona Ana.*

**Presidente** — *Da Irene, do Audízio e da Dona Ana.*

**Apresentador** — *Senhor Presidente, como esses três casos aqui, se o Senhor me permite, eu não quero ser impertinente, mas deve haver muita gente com seis, oito, 10 filhos e muito pouco dinheiro para sustentar essa gente.*

**Presidente** — *É verdade Ney. E é muito triste. Nada é mais triste do que uma criança abandonada ou um pai ou mãe que não tem recurso para*

dar aos filhos o que eles precisam. Mas não podemos ficar só lamentando. Temos muito o que fazer sobre isso.

**Apresentador** — *O Senhor acha que a sociedade brasileira vai responder a essa sua iniciativa, Presidente?*

**Presidente** — Eu estou certo que sim. Afinal, o problema é de todos nós. Temos que avaliá-lo. É preciso diagnosticar as suas dimensões e nos prepararmos para contornar os seus efeitos negativos.

Afinal de contas, não podemos esquecer a dimensão humana dos nossos planos. E a dimensão humana quem define é a avaliação demográfica.

Já temos a reação do Senado Federal à minha mensagem ao Congresso. Na sua primeira resolução deste ano, o Senado criou uma Comissão Parlamentar de Inquérito exatamente para investigar problemas vinculados ao aumento populacional brasileiro, presidida pelo Senador Mário Maia, do PMDB, e o relator é o Senador Almir Pinto, do PDS.

**Apresentador** — *Presidente, e essa Comissão Parlamentar de Inquérito, essa CPI, tem prazo?*

**Presidente** — Tem sim, Ney. A Comissão foi instalada no dia 10 de março e recebeu um prazo de 120 dias, que termina no dia 19 de agosto deste ano.

Os Senadores que a integram receberão todo o apoio e as informações que precisarem de parte do Executivo. Já dei orientação nesse sentido.

Aliás, os Ministros da Previdência e da Saúde já estão muito engajados nessa avaliação. Afinal, são as duas áreas que já recebem o impacto desse problema em toda a sua extensão.

Estou certo de que o trabalho e a cooperação dos senhores senadores, tanto do PDS como do PMDB, resultarão num diagnóstico muito importante para o País.

**Apresentador** — *Presidente, eu tenho acompanhado esse assunto, pelo lado da Igreja, desde o tempo do Papa Paulo VI. E eu pergunto para o Senhor: E a Igreja, Presidente Figueiredo? Como que o Senhor vê a atitude da Igreja nessa matéria?*

**Presidente** — A atitude da Igreja, Ney, na matéria, merece todo o meu respeito. O pensamento da Igreja, em qualquer campo, tem raízes profundas no Brasil. Somos um País cristão.

Veja só, Ney. Eu não estou propondo o controle da natalidade, restri-

ção à natalidade. Nada disso. O que eu proponho é que a sociedade brasileira desenvolva a consciência dos problemas causados pelo crescimento demográfico desordenado, nas dimensões em que ele ocorre no nosso País.

Eu vejo isso como uma tarefa educacional. A ação do Governo na matéria tem sido essencialmente educativa, na evolução do tratamento do assunto. A sociedade brasileira vai contar, sem dúvida, também, com o pensamento da Igreja, com os aspectos religiosos e morais que já pautam a nossa vida.

**Apresentador** – *Presidente Figueiredo, antes de entrarmos especificamente na posição da Igreja aqui, na análise dessa posição, o Senhor falou expressamente na cooperação entre um Senador do PMDB e um Senador do PDS. É isso que o Senhor chama de trégua, Presidente?*

**Presidente** – É certo, Ney. É isso mesmo. É mais do que uma trégua. O crescimento demográfico desordenado e os seus efeitos, atingem a todos e podem representar uma ameaça ao nosso futuro, em termos de desenvolvimento, de nível de renda, de estabilidade social. Dimencionar esse problema é uma tarefa tanto do PDS como do PMDB, e dos outros partidos.

Então, você tem aí um terreno comum aos dois partidos e aos outros. Nessa fase preliminar, temos aí uma zona de entendimento identificado. A partir daí, o diálogo se desenvolve, e os partidos podem chegar a um resultado consensual na matéria. Obviamente, cada partido definirá a sua posição conforme os pontos de vista de cada um. Mas eu estou certo que, em muitos pontos, os dois enfoques convergirão e aí teremos um campo comum, um consenso definido. Esse é o processo democrático.

## APOIO ÀS PEQUENAS EMPRESAS

**Apresentador** – *Presidente Figueiredo, entrando agora um pouquinho na área econômica, eu tenho visto e ouvido muitas referências de proteção, inclusive de promessas do Governo com relação à pequena empresa e à média empresa.*

*Eu tenho aqui, Presidente, a carta de Francisco Redondo Munhoz, de São José dos Campos, São Paulo. Diz que muitos brasileiros não criam pequenas empresas por causa da burocracia. Então, ele pergunta se existe algum projeto do Governo para facilitar isso.*

**Presidente** – Meu caro Francisco, eu sei: as pequenas empresas tinham de cumprir as mesmas obrigações burocráticas das grandes. Mas a situação já mudou. O Programa Nacional de Desburocratização tem como um dos seus objetivos específicos facilitar a vida da pequena empresa e, em particular, a empresa individual que vamos chamar de microempresa. Já foram adotadas várias providências para beneficiar essas microempresas.

**Apresentador** – *Que providências, Senhor Presidente?*

**Presidente** – Bom, o Francisco falou na criação da empresa.

Agora o registro na Junta Comercial passou a ser feito em 72 horas no máximo. E os registros no Ministério da Fazenda e no IAPAS são feitos simultaneamente com o registro na Junta.

Outra coisa: o Governo dispensou de escrituração fiscal do Imposto de Renda e do IPI e ainda, isentou do Imposto de Renda quando o faturamento anual ficar abaixo dos 13 milhões de cruzeiros. Isto é, cerca de quatro mil ORTNs. Assim, já ficou mais fácil para quem quiser criar uma empresa.

O Ministro Beltrão vai me apresentar um Estatuto da Microempresa, que vou encaminhar, logo, ao Congresso.

Com esse estatuto, quero eliminar os entraves burocráticos e fiscais que restam na esfera municipal e estadual, inclusive.

**Apresentador** – *Presidente, isso é uma grande notícia e eu vou continuar nela. Eu tenho a impressão de que, daqui para frente, nós vamos ter aí, vão surgir milhares de novas pequenas, de novas microempresas.*

**Presidente** – Ney, eu disse há uns poucos instantes, que os brasileiros sabem se virar. Nós temos muita iniciativa. Todo esse esforço do Governo Federal para facilitar a criação de pequenas e microempresas visa exatamente a abrir caminhos para os brasileiros empreendedores.



O trabalhador, especialmente o trabalhador especializado e qualificado, não precisa, necessariamente, ter um patrão, um emprego. Ele pode trabalhar por conta própria. Em suma: eu acho que muito mais gente no Brasil pode se tornar empresário.

Pois bem. Vamos ajudá-los a crescer, a criar empresas.

Quantos brasileiros começaram assim e já se tornaram grandes empresários!

**Apresentador** – *Se o Senhor não se ofender com um depoimento pessoal, eu, por exemplo, conheço em São Paulo, e em outras partes do País, muita gente nessa condição.*

**Presidente** – Eu também, Ney. Olha aqui: 60% do mundo empresarial brasileiro é de pequenas empresas. Elas produzem muito e criam muito emprego. Temos que apoiá-las de todas as maneiras e de todo o jeito.

**Apresentador** – *Quer dizer que quando o Senhor falou, no começo do programa de hoje, que “prefeitos e governadores tinham que ajudar o povo, administrar em benefício do povo”, o Senhor estava se referindo na abertura de novos caminhos de proteção a essa pequena, a essa microempresa?*

**Presidente** – Claro. A pequena e a microempresa fortalecem o Município. O Prefeito deve ter todo o interesse em apoiá-las, porque ela faz prosperar o Município.

No nível Federal, eu faço o que posso para ajudar. Mas o apoio do Governo Estadual e do Municipal são essenciais.

Os prefeitos devem apoiar os que têm iniciativa, e vão ver isso até ajuda a administração.

## DEMOCRACIA

**Apresentador** — *Eu volto para a política, agora. Tem uma carta aqui do Manoel Francisco de Almeida, de Fortaleza, Ceará. Ele faz uma pergunta aqui que é uma coisa que muita gente anda falando por aí. Sempre esse assunto vem a tona.*

*Ele diz, tendo em vista os fatos ocorridos com a abertura política, com a posse, com a eleição dessa ou daquela personalidade, então ele pergunta o seguinte: "O Senhor Presidente acredita que o brasileiro esteja preparado para uma Democracia?"*

**Presidente** — Senhor Almeida, essa pergunta já me foi feita várias vezes. É claro que sim! Eu acredito que o povo brasileiro está preparado para a Democracia. Mas do que isso, eu estou seguro de que o povo brasileiro quer a Democracia. Nada tem mais força que a vontade, e a vontade coletiva, a vontade social, a vontade do povo. Por isso somos, hoje, uma Democracia. Porque nós todos brasileiros queremos uma Democracia. Quando essa vontade existe, as pessoas estão preparadas. É claro que a nossa população tem níveis diferentes de preparo, tem maneiras diferentes de ser democrata. A uniformidade de pensamento e de ação é muito difícil numa Democracia.

**Apresentador** — *Presidente Figueiredo, vou lhe fazer a última pergunta, que eu acabei de anotar aqui. A última pergunta dessa noite, Presidente.*

*O Senhor acha, Presidente João Figueiredo, que alguns brasileiros ainda não querem a Democracia?*

**Presidente** — Claro, as exceções existem. Por isso eu disse, no dia 14, que combaterei a contestação dos extremistas que tentem se opor ao progresso democrático. Temos que superar o radicalismo e as divergências, através do diálogo e da formação do consenso.

Cabe neste momento, ao meu Governo, ao Congresso Nacional, aos novos governantes, a todos os partidos, zelar dia e noite pela consolidação das instituições democráticas, para que o nosso País possa continuar a gozar de paz interna e estabilidade política, como disse o General Walter Pires ao saudar os quatro anos do meu Governo.

**Apresentador** — *Senhor Presidente, muito obrigado ao Senhor e muito boa noite.*

**Presidente** — Boa noite, Ney. Muito obrigado, senhores.



## **PROGRAMA Nº XXXI**

**27 de março de 1983**

**ABERTURA**

**TAXA DE JUROS**

**CRISE ECONÔMICA**

**ENCERRAMENTO**

## ABERTURA

**Apresentador** – *Boa noite, brasileiros.*

*Presidente, eu recebi, essa semana que passou, vários telefonemas aí reclamando que eu estou interrompendo muito o Senhor, inclusive, de gente muito importante. Então, eu apresento aqui as minhas escusas. Mas o interesse é realmente de complementar algumas perguntas que faço, mas jamais hei de interromper as respostas que o Senhor dá.*

**Presidente** – Ora, absolutamente Ney. Eu prefiro assim. Eu não vejo nenhum desrespeito nisso. Faça as perguntas que quizer, no momento que lhe ocorrer. Isso até me ajuda a esclarecer os assuntos.

**Apresentador** – *Presidente Figueiredo, nos dois últimos programas, a Rede Globo de Televisão selecionou, para nós aqui, algumas cartas de natureza eminentemente política, institucional, que possibilitou aí realizarmos três grandes programas.*

*Agora, os novos governadores se empossaram e me parece que as atenções se voltam para a área político-administrativa.*

*O Senhor mesmo, no programa passado, deu ênfase do que era não administrar bem e, depois, o Senhor disse o que lhe parecia administrar bem. Então, a minha proposta de hoje, Presidente, é a gente fazer aqui um apanhado, aproveitar essas cartas, verificando pelo menos uma coisa fundamental. Nós temos recursos escassos, temos muita coisa para fazer, e são estas as cartas que eu selecionei para conversar com o Senhor hoje.*

**Presidente** – Você disse muito bem, Ney. O desafio, do momento, é administrar; e administrar com inteligência, criatividade, dedicação. Como você disse, há muito por fazer e os recursos são escassos. A nossa produtividade é muito baixa, as nossas necessidades são bem maiores do que os recursos que conseguimos produzir.

Este ano não podemos contar com os recursos externos, com o que contamos até o ano passado. E temos de procurar manter os níveis de emprego e de desenvolvimento econômico, pelo menos perto dos níveis do ano passado. Esse é um desafio muito grande para os administradores tanto no nível federal como no nível estadual. Este é um ano difícil, cada vez mais difícil. Não é hora de manobras políticas.

**Apresentador** – *Presidente Figueiredo, antes de entrar propriamente no assunto, eu queria fazer uma pergunta para o Senhor. Mas Presidente, as manobras políticas como podem parar?*

**Presidente** – Eu sei. O jogo político não pára. A política é dinâmica. Os in-

teresses e as manobras seguem um curso próprio. Mas eu já defini a minha posição. Para mim a hora é de administrar e o objetivo é administrar o melhor possível. O que eu quero dizer é que as manobras políticas dirigidas para uma administração melhor contam com o meu apoio. As outras não.

E vamos deixar de lado essa história de candidaturas e candidatos. Tratar disso agora é inoportuno. Eu tenho, sim, dois anos de Governo pela frente. Dois anos difíceis, e estou preocupado é com os problemas do País e com a situação do povo, e não com as ambições pessoais.

Espero que a imprensa, os políticos e os administradores parem de se preocupar com a minha sucessão e tratem de me ajudar a enfrentar as dificuldades desses dois anos.

## TAXAS DE JUROS

**Apresentador** — *Presidente Figueiredo, eu tenho aqui uma carta do Décio Estrela Maia, de São José do Rio Preto, São Paulo. Ele disse que a imprensa tem noticiado que o Brasil está levando vantagens com a queda de juros em sua dívida externa. Entretanto, para nós brasileiros, sem qualquer repasse de tais vantagens, houve um acréscimo galopante nos juros internos.*

*A pergunta dele é a seguinte: "Presidente João Figueiredo, qual a razão de ser desse desequilíbrio econômico-financeiro para o País?"*

**Presidente** — De fato, meu caro Décio, todos nós reconhecemos que as taxas de juros bancários no Brasil estão excessivamente altas, onerando os custos financeiros das empresas e encarecendo o preço dos produtos adquiridos a prazo pelos consumidores. Mas eu já determinei aos Ministros competentes que adotem, com urgência, as medidas necessárias para fazer baixar as taxas de juros.

**Apresentador** — *Presidente, eu não gosto de voltar para trás, mas vamos deixar uma coisa bem clara aqui. Como é que foi que isso aconteceu, Presidente Figueiredo? Por que que as taxas de juros subiram tanto?*

**Presidente** — A explicação básica, Ney, está no déficit de nosso balanço de pagamentos. Para financiar esse déficit, tivemos que aumentar nossa dívida externa. Tomamos mais empréstimos no exterior que foram destinados a investimentos de capital de giro das empresas. Para estimular as empresas a se financiarem no mercado internacional e, assim, gerarem divisas para equilibrar o balanço de pagamentos, tivemos que conviver com taxas internas de juros mais altas do que o custo dos empréstimos externos.

**Apresentador** — *Presidente, mais uma coisa. O Décio diz aqui que as taxas de juros externas diminuíram, e aqui no Brasil as taxas de juros continuam num patamar elevado, continuam altas. Portanto, eu pergunto ao Senhor o seguinte: Por que é que as nossas não acompanham? Por exemplo: Os empresários têm se queixado seguidamente — a grande queixa do comércio e da indústria do Brasil são as taxas de juros — e dizem que isso não aumenta a produção e isso, portanto, não vai ajudar a exportação.*

**Presidente** — A exportação é prioritária, no momento. Temos de aumentá-la e, portanto, temos de aumentar a produção. Isso significa que temos de concentrar esforços e recursos no setor empresarial que produz para a exportação.

Para beneficiar esses setores já foi feita a maxidesvalorização e agora é preciso baixar a taxa de juros.

Eu disse, na mensagem ao Congresso Nacional, que temos de obter um saldo comercial de seis bilhões de dólares como limite mínimo indispensável.

**Apresentador** – *Presidente Figueiredo, já que o Senhor falou na mensagem do Governo, na mensagem que o Senhor enviou, o Senhor disse que tencionava manter os níveis de crescimento econômico e de emprego próximos dos obtidos no ano passado. Eu anotei bem isso aqui. Agora, eu pergunto ao Senhor o seguinte: A queda da taxa de juros, aqui, internamente, também ajudaria a alcançar esses objetivos?*

**Presidente** – É claro. Se a queda da taxa de juros beneficiar o setor de produção e a exportação, vai ajudar, sem dúvida, a sustentação do nível de emprego e o crescimento econômico do País.

**Apresentador** – *Presidente, eu não quero ser impertinente, mas neste ano nós já tivemos vários rebates falsos sobre esse negócio de taxa de juros: “Vai baixar, porque tem gente que não está satisfeito”.*

*Então, o Senhor sabe disso, vai criando uma expectativa na área empresarial e se fica meio desanimado às vezes.*

*Agora eu perguntaria para o Senhor: O Senhor poderia antecipar para os telespectadores um prazo?*

*Eu sei que o Senhor não gosta de dar prazo e que o Senhor cumpre as coisas antes dos prazos que as pessoas imaginam. É assim que foi o projeto político do Senhor.*

*Mas Presidente, não dá para dar um prazo? Quando é que o Governo vai adotar medidas no sentido de abaixar a taxa de juros, aqui dentro?*

**Presidente** – Como eu disse no início do programa, a minha determinação foi dada aos Ministros competentes. Eles estão preparando, em caráter de urgência, um elenco de medidas nesse sentido. E eu tenciono que o Governo as ponha em ação o mais cedo possível.

De outra maneira, elas não nos ajudariam no ano em curso, você não acha?



## CRISE ECONÔMICA

**Apresentador** – *Presidente Figueiredo, eu tenho aqui seis perguntas do Luiz Armando dos Santos, de Gravatá, Pernambuco, e que pergunta o seguinte:*

*Primeiro – Qual a solução para salvar nossa agricultura?*

*Segundo – Quem salvará o nosso País do desemprego?*

*Terceiro – Como sobreviver nessa inflação galopante, Presidente Figueiredo?*

*Quarto – Quais os problemas não resolvidos, de higiene, saúde, educação ou outros?*

*Quinto – Presidente Figueiredo, como resolver nossas angústias sociais?*

*Sexto – Como alimentar, Presidente, 212 milhões de brasileiros no ano 2000?*

*O Senhor está vendo que tem aqui um elenco de perguntas.*

**Presidente** – Como é o nome do rapaz, Ney?

**Apresentador** – *É Luiz Armando, Presidente.*

**Presidente** – Luiz Armando, com seis perguntas você armou o quebra-cabeça que eu enfrento todos os dias, desde que acordo até que vou dormir. Ele aparece na superfície como uma crise econômica mas, na verdade, ele é um “iceberg”. É a questão social como eu mencionei na mensagem ao Congresso, este ano.

Esse quebra-cabeça está aí na nossa frente e o Governo está lutando com ele. Mas é preciso um esforço total. 120 milhões de brasileiros, hoje, ou 212 milhões no ano 2000, podem escolher o nosso caminho. Podemos ser vencidos por essas dificuldades ou podemos trabalhar juntos para vencê-las.

Desde que assumi o Governo, a minha proposta é de união nacional, de participação de todos os brasileiros nessa tarefa, que eu conheço, de enfrentar esse quebra-cabeça. União e trabalho, para mim, são as palavras mágicas para arrumar esse quebra-cabeça. Mas é preciso não ficar nas palavras. É preciso agir. Vamos nos unir e vamos trabalhar.

**Apresentador** – *Presidente, o Senhor deu aí a solução geral, as palavras mágicas, a receita que o Luiz Armando pediu.*

*Mas como é que o Senhor propõe atacar cada um dos problemas enumerados por ele.*

**Presidente** – Eles já estão sendo atacados, Ney.

Eu disse que não podemos ficar nas palavras. É preciso agir e isso o

Governo já vem fazendo. Vamos continuar.

O Luiz Armando falou na agricultura. Eu já repeti, em centenas de discursos, em todos os lugares do Brasil, e tantas vezes aqui neste programa, que o aumento da produção agrícola teve e tem prioridade na ação do Governo. E ela está aumentando todos esses anos. E por quê? Porque eu sabia e sei que nosso povo precisa de alimentos. Hoje temos de alimentar 120 milhões e no ano 2000 vamos ter de alimentar 200 milhões.

O Brasil precisava importar feijão e arroz e hoje não precisa mais. Mesmo com o aumento da população.

Estamos fazendo uma reforma agrária de grande dimensão e por meios pacíficos. O Governo já distribuiu terras, equivalentes ao tamanho do Estado do Rio Grande do Sul, antes improdutivas e agora produzindo. No ano passado, confiei o Programa Nacional de Assuntos Fundiários ao General Venturini, em nível ministerial. Vamos impulsionar o ajustamento da nossa estrutura agrária à necessidade de produzir alimentos para mais 80 milhões de brasileiros nos próximos 20 anos, como disse o Luiz Armando.

*Apresentador – Presidente Figueiredo, algumas pessoas que privam com o Senhor me dão o testemunho de duas coisas: primeiro, que o Senhor está permanentemente sintonizado com os problemas, quer dizer, não há momento de calma ou de paz e tranqüilidade. Está ligado a alguma coisa. Segundo, que o Senhor tem uma obsessão com relação a alimentos e preços.*

*Então, eu vou fazer uma pergunta: E os preços, Presidente? Porque, na realidade, o Senhor sabe melhor que eu, que o povo quer alimento, mas o povo quer alimento mais barato, Presidente.*

**Presidente** — Claro. É preciso que o preço dos alimentos esteja ao alcance de todos. E é preciso que mesmo as pessoas de baixo nível de renda, os que recebem salário mínimo, tenham o alimento a preços acessíveis.

Mas também é preciso remunerar bem o produto para que ele produza mais e melhor. Essa é a política do Governo através do crédito especial e subsídios à produção; de desenvolvimento dos sistemas de transportes para levar os produtos ao mercado; de controle de preços; de fornecimento de alimentos mais baratos pela Rede Somar.

Vou citar um dado só, um dado global muito expressivo. No ano passado, o índice global de preços, por atacado, de produtos agrícolas, cresceu de 73%. Portanto, ficou 20% abaixo do índice da inflação. Isso significa que, em termos gerais, já conseguimos alguns resultados na luta dos preços dos alimentos.

*Apresentador – Presidente Figueiredo, tudo bem. E agora, para 1983? Nós*

*estamos com falta de recursos. O que é que nós vamos fazer na agricultura, Presidente, esse ano?*

**Presidente** — Para o ano agrícola de 1982/1983, foram mantidas as mesmas taxas de juros subsidiados de antes. Determinei também que os bancos comerciais destinassem ao setor rural mais 10% de suas aplicações a juros baixos.

A EMBRAPA, a EMBRATER, o PROVÁRZEAS e o PROFIR estão avançando no apoio técnico para produção agrícola de alta rentabilidade.

No Norte e no Nordeste o agricultor tem crédito de financiamento com juros ainda mais baixos e vários programas de emergência. Tudo isso, como objetivo de dar ao agricultor condições de produzir mais e mais barato.

**Apresentador** — *Presidente Figueiredo, com relação à outra pergunta do Luiz Armando, aqui, sobre educação e saúde?*

**Presidente** — Na área da saúde, a diretriz política é de levar o apoio, os serviços básicos de saúde, a todos os nossos 120 milhões de brasileiros. Essa é a tarefa dos Ministros da Saúde e da Previdência Social, que, inclusive, trabalham muito articulados.

Como a Previdência já conta com 105 milhões de beneficiários, estamos quase chegando lá.

Em 1982 houve mais de 200 milhões de consultas no âmbito do INAMPS e a Central de Medicamentos, a CEME, já distribui, gratuitamente, os medicamentos mais usuais em quase todos os municípios.

Estamos combatendo as grandes endemias, como a febre amarela e a doença de Chagas. No ano passado, acabamos com o barbeiro em cerca de 300 municípios.

Mas há uma coisa que mostra do que somos capazes: são as campanhas de vacinação infantil. Em dois dias nós vacinamos 20 milhões de crianças. E sabe como foi possível? Mediante cooperação total entre os serviços federais, estaduais e municipais.

Como eu disse há pouco: união e trabalho.

**Apresentador** — *Presidente Figueiredo, ainda ficou faltando a educação.*

**Presidente** — A educação é o nosso maior desafio e dele depende o nosso futuro.

O General Ludwig, quando Ministro, redirecionou o esforço maior do MEC para dar acesso à educação básica às faixas de população de baixa renda. E isso está sendo continuado pela Ministra Esther Ferraz.

**Apresentador** — *E o Senhor considera isso importante, Presidente?*

**Presidente** — É claro. Esse é o objetivo fundamental de uma política educacional voltada para nossa realidade. O brasileiro, sem o primeiro grau, nunca passa de um ou dois salários mínimos, em toda sua vida. Ele ganha pouco e produz muito pouco.

Agora, o brasileiro que termina o primeiro grau — já foi verificado que ele alcança renumeração de até cinco salários mínimos e até mais — ele tem condições de vencer na vida, de ter uma profissão bem renumerada, de dar conforto à sua família e de produzir para o País.

**Apresentador** — *Presidente Figueiredo, tem muita gente ainda sem escola no País?*

**Presidente** — No ano passado, conseguimos dar escola para 20 milhões de meninos no pré-escolar e no primeiro grau. Isso colocando o orçamento do MEC no nível mais alto dos orçamentos ministeriais e ainda reforçando com recursos do FINSOCIAL. Mesmo assim, ficaram de fora sete milhões de crianças.

Eu conto com um esforço especial dos novos prefeitos e governadores nesse campo. Mesmo porque a escola primária está na esfera específica da ação municipal.

Posso assegurar o maior empenho e todo o apoio possível do Governo Federal aos esforços nesse campo.

**Apresentador** — *Presidente Figueiredo, agora vamos aos dois problemas, aos dois pontos que talvez sejam os dois pontos de maior angústia social do País.*

*Eu até vou tomar um fôlego para fazer essa pergunta para o Senhor, Presidente Figueiredo.*

*O que é que o Senhor tem a dizer ao Luiz Armando e aos brasileiros sobre desemprego e inflação?*

**Presidente** — É. Eles são inteligentes, os dois. São dois inimigos do nosso custo de vida e do nosso progresso. Apesar de todas as dificuldades, apesar da crise econômico-financeira mundial, apesar de nossa questão social, do nosso crescimento demográfico desordenado, o País está crescendo.

A nossa produção agrícola, a nossa produção industrial, a produção de energia, estão crescendo. Isso, em números globais. O problema é que alguns setores muito importantes enfrentam dificuldades de mercado, como é o caso do setor automobilístico, e aí temos o desemprego setorial. Mas, no plano global da economia, temos crescido.

Então, eu acho que estamos progredindo. O saldo é muito positivo e pode ser medido em termos materiais de conforto e de renda pessoal. Mas é preciso muito mais para atender a muita gente. Temos ainda milhões de brasileiros com rendas baixas, com dificuldades de emprego.

Eu disse, na mensagem ao Congresso, que o nosso crescimento populacional devora o crescimento econômico. Isso significa que muita gente fica fora do mercado de trabalho.

**Apresentador** — *Presidente Figueiredo, muita gente se queixa. À vezes, as pessoas se encontram comigo na rua, no aeroporto, em qualquer lugar e dizem assim: a gente quer saber qual é a diretriz, o que é que o Governo vai fazer.*

*Então pergunto ao Senhor: Neste ano de 1983, o que é que o Governo vai fazer, Presidente? Qual é a sua diretriz, a diretriz do Senhor?*

**Presidente** — A minha diretriz é de uma política econômica que possa incentivar o crescimento econômico e o emprego. Como temos menos recursos externos para isso, precisamos primeiro de uma política mais austera no setor público, em todos os níveis, para evitar esbanjamentos.

Segundo: do engajamento de toda a sociedade brasileira no esforço do crescimento da atividade econômica, particularmente nos setores que criam emprego.

E terceiro: do incentivo à iniciativa pessoal, à expansão da pequena empresa, da empresa individual ou familiar, que é um fator básico para a estabilidade social.

**Apresentador** — *Presidente Figueiredo, claro.*

*Agora eu pergunto ao Senhor o seguinte: Como é que nós vamos combater a inflação em 1983?*

**Presidente** — Temos um programa de ajustamento econômico cujo peso deve recair sobre o setor público e, com o menor impacto possível, sobre o setor privado. O combate à inflação é feito, basicamente, através da política orçamentária e da política monetária. A austeridade e o controle rígido dos gastos públicos são os primeiros instrumentos de que eu espero um bom resultado anti-inflacionário.

No ano passado, tivemos gastos acima das previsões, porque foi preciso alocar recursos adicionais para a agricultura e para a exportação. Mas, para evitar os efeitos no nível de preços, foi aumentado o depósito compulsório dos bancos comerciais e estabelecidos limites para os seus empréstimos.

Tivemos, assim, um déficit consolidado de 6% do Produto Interno Bruto.

## ENCERRAMENTO

**Apresentador** — *Presidente Figueiredo, eu vou fazer a última pergunta para o Senhor.*

*É, Presidente, eu tenho observado duas coisas no mundo, hoje. Os países em desenvolvimento obrigados a uma interdependência internacional e cada pessoa que habita no Brasil, hoje, não habita mais isoladamente. Quer dizer, o senhor Ney Gonçalves Dias se não procurar um pouco das coisas, entender e participar, ele vai dançar porque, quanto melhor for o Governo do Senhor tanto é melhor para mim.*

*Quer dizer, hoje cada cidadão tem de torcer para que a coisa dê certo e dê certo lá em cima.*

*Então, eu quero fazer uma Pergunta para o Senhor. Essa, eu é que estou fazendo, Para resolver então uma curiosidade pessoal minha e um problema meu: E a política monetária, Presidente, como é que vai ser?*

**Presidente** — Na faixa da política monetária já conseguimos baixar em 5% a taxa anual de aumento da oferta monetária de 81. Isso foi possível através da captação de recursos dos depósitos compulsórios, depósitos de poupança, controle de empréstimos, redução de subsídios. Trata-se de uma operação muito delicada.

Para combater a inflação temos de reduzir os gastos nacionais, mas não a ponto de abalar o nível de emprego existente.

Temos de nos manter numa faixa de equilíbrio instável, que exige um cuidado imenso de todos os responsáveis, empresários ou assalariados. Temos de caminhar com cuidado para não cair nem para um lado — a inflação galopante —, nem para o outro — o desemprego em massa.

Para isso, eu vou repetir: é preciso união e trabalho.

**Apresentador** — *Presidente Figueiredo, muito obrigado. Tenho certeza que todos os Brasileiros, nosso povo, ficou hoje claramente informado. De todas as classes sociais — se é que as pessoas podem ser divididas em classes — mas todas as pessoas ficaram sabendo hoje dos problemas econômicos que vamos ter em 83 e as perspectivas.*

*Realmente, a economia não é uma coisa muito saudável, não é muito, deixa eu ver o que vou dizer direitinho. Economia não é uma coisa assim muito, . . não é como discutir futebol, por exemplo, não é como discutir esporte, não é como discutir por exemplo às vezes política. Outros assuntos são mais fáceis. Economia é uma coisa mais. . . Mas há gente tem que aprender. E o povo tem que começar a entender, Presidente. E na hora em que entende, participa com mais facilidade. O que lhe parece?*

**Presidente** — Eu acho que você tem razão, Ney. Quanto mais a gente pro-

curar, na maneira mais simples possível, dar explicações à opinião pública de decisões do Governo nessa área, tanto melhor.

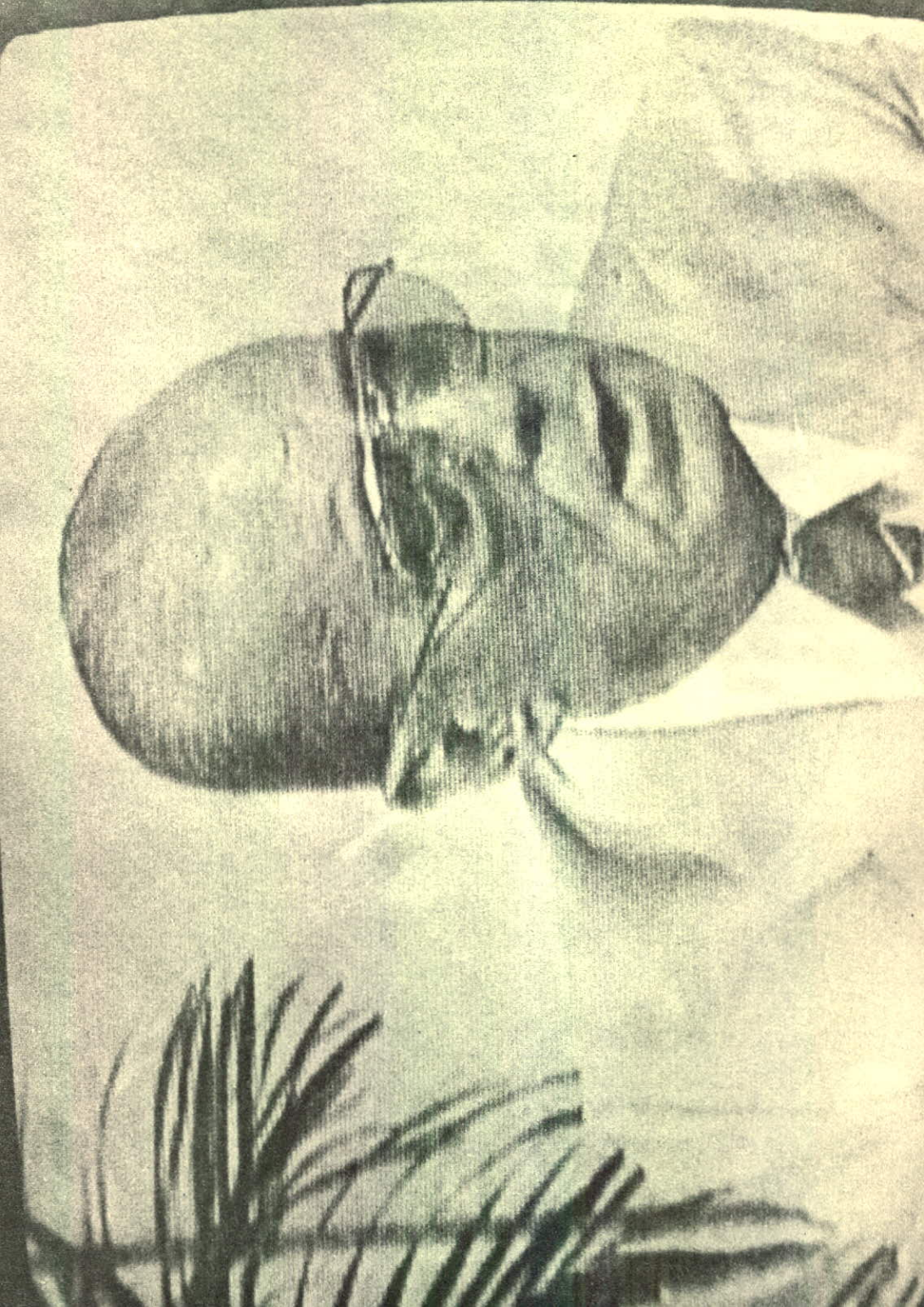
Às vezes não é fácil. Às vezes não é fácil trazer um problema complexo como, por exemplo, o problema do petróleo, a comercialização do petróleo. Levar ao público, fazê-lo compreender certas nuances. Mas, de qualquer maneira, eu tenho tentado fazer isso.

**Apresentador** – *Muito obrigado, Presidente.*

**Presidente** – Muito obrigado, Ney.

**Apresentador** – *E muito obrigado, principalmente, porque eu sei que o Senhor está trabalhando três, quatro vezes mais e eu não quero tomar mais o tempo do Senhor. Muito obrigado e muito boa noite.*

**Presidente** – Obrigado Ney, Boa noite.





## **PROGRAMA Nº XXXII**

**17 de abril de 1983**

**ABERTURA**

**POLÍTICA SALARIAL**

**DIRIGENTES SINDICAIS**

**CADERNETA DE POUPANÇA**

## ABERTURA

**Apresentador** – *Boa noite brasileiros. Presidente, domingo passado nós não tivemos “O Povo e o Presidente” porque o Senhor viajou para Rondônia. Mas, em compensação, o Senhor fez um discurso no Forte do Príncipe da Beira e o Senhor fez uma mensagem curta, direta, para todo o Brasil no sábado à noite. Eu pergunto ao Senhor, Presidente, isso demonstra uma presença pessoal sua ou uma ofensiva do Governo através da comunicação?*

**Presidente** – Ney, através da comunicação de todos os meios que dispõe o Governo. Mas não vamos chamar de ofensiva do Governo. É uma ação necessária. Todos sabem que estamos atravessando um ano difícil. Mas já podemos ver a luz no fim do túnel. Então não podemos perder o rumo no meio do caminho. Não podemos seguir as vozes dos falsos líderes que aproveitam as dificuldades para confundir as pessoas. Gritar na praça pública, dizer que a culpa é do processo histórico brasileiro, isso é fácil. Governar é difícil e mais difícil é governar com recursos limitados.

**Apresentador** – *Presidente, então o Senhor estava muito preocupado com aquilo que estava acontecendo em São Paulo? Com os acontecimentos de São Paulo, naquela semana?*

**Presidente** – Claro que estava. Só os diletantes, os amadores acham que podem promover movimentos de rua totalmente controlados conforme os seus objetivos. A multidão solta na rua tem comportamentos imprevisíveis.

E foi isso que ocorreu em São Paulo, fazendo coisas que os organizadores não esperavam e assustando esses organizadores. Basta lembrar as cenas de televisão e as fotografias das revistas, onde estavam até deputados.

O primeiro dever do Governo, o primeiro dever de um governo, é manter a tranquilidade e a paz social. E ele deve cuidar disso com firmeza. Um governante fraco, tímido, titubeia entre as diversas correntes dos seus seguidores, cada uma tratando de conduzi-lo. E quem paga, quem sofre as consequências dessas lutas é o povo. No quebra-quebra muita gente sofreu prejuízos enormes. Houve feridos e até um morto. Gente ordeira, trabalhando para viver, vítima dessas manobras. Isso eu não aceito.

Como Presidente da República é meu dever exigir de todos os homens que governam esse país, que governem com responsabilidade e firmeza. O progresso político e econômico, o avanço da democracia e a me-

lhoria do nosso padrão de vida dependem da estabilidade e da paz social.

**Apresentador** — *Presidente Figueiredo, é claro que aqueles episódios tristes, lamentáveis, trágicos, têm uma base que nós não podemos esquecer, que é o desemprego. Então eu pergunto para o Senhor: Presidente Figueiredo e o desemprego?*

**Presidente** — Há dois problemas. Temos um problema localizado do desemprego em certos setores industriais atingidos pela situação econômica. E temos um outro problema, mais antigo e mais complexo, que é a falta de emprego para a população como a nossa, que cresceu desordenadamente nos últimos 20 anos.

**Apresentador** — *E o que é que o Governo vai fazer para resolver esses problemas, Presidente?*

**Presidente** — Vai fazer não. Já está fazendo há muito tempo. Porque você acha que o Governo, todos esses anos, vem investindo em grandes projetos de infra-estrutura, de energia e de transportes? É para criar empregos, para assentar a base de uma estrutura econômica capaz de multiplicar o número de empregos para essa enorme necessidade que vem do aumento da população. Todos os anos temos de criar mais um milhão de novos empregos em todo o País.

Isso é um esforço gigantesco que requer a ação do Governo Federal, dos governos estaduais, dos empresários e banqueiros, de todos enfim. Vou citar especificamente o gigantesco programa habitacional e toda a obra imensa de infra-estrutura urbana e rural no Ministério do Interior. Esses programas, além de construir casas, dar água, luz, saneamento, irrigação onde não havia, criaram emprego para milhões de trabalhadores em todo o Brasil. No ano passado, o Governo Federal criou o FINSOCIAL justamente para aplicar mais recursos ainda, em benefício dos trabalhadores e dos setores de menor renda.

**Apresentador** — *Presidente Figueiredo, vamos tentar estabelecer aqui responsabilidades. O Senhor falou do Governo Federal. E os governos estaduais, Senhor Presidente? O que é que os governos estaduais podem fazer contra o desemprego?*

**Presidente** — Os governadores estaduais são autônomos. Podem fazer muito ou podem não fazer nada. Isso vai depender do interesse real e da capacidade administrativa de cada governador. É claro que vão precisar de recursos e que vão precisar aplicar bem esses recursos.

Hoje, muitos governadores não têm recursos disponíveis imediatos, pa-

ra ajudar a criar empregos para os trabalhadores, porque há poucos meses atrás os partidos da Oposição impediram o Senado de aprovar o repasse de recursos federais para os estados. Por exemplo: o Governo Federal tem o FAS, o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social, com recursos à disposição dos governadores e dos prefeitos. Mas, é preciso que o Senado aprove os projetos. E todo mundo se lembra que, durante todo o ano passado, o PMDB obstruiu sistematicamente a aprovação dos projetos no Senado procurando prejudicar a ação dos governadores do PDS.

Posso revelar que hoje estão pendentes de aprovação pelo Senado projetos num total de 50 bilhões de cruzeiros. Desses 50, mais de 20 bilhões destinados ao Nordeste e 10 bilhões para São Paulo.

**Apresentador** — *Bom, Presidente, e como é que o Senhor interpreta essa situação?*

**Presidente** — O povo não pode pagar pelas atitudes demagógicas de alguns políticos. Os governos estaduais precisam desses recursos do Governo Federal para criar empregos imediatamente. O povo precisa desses empregos o quanto antes. Eu espero que, agora, os políticos da Oposição tenham entendido que as dificuldades que criam junto ao Governo Federal, com fins demagógicos, só vão prejudicar os seus governadores. E, o que é pior, vão prejudicar o povo brasileiro.

## POLÍTICA SALARIAL

**Apresentador** — *Presidente Figueiredo, a Rede Globo de Televisão escolheu para hoje cartas sobre a situação do trabalhador, neste ano difícil. São cartas sobre salário e poupança, sobre o que vai acontecer com o nosso dinheirinho. Eu estava fazendo perguntas ao Senhor antes do programa porque, no programa passado, o Senhor nos liberou para fazermos qualquer tipo de pergunta durante o programa do Senhor.*

**Presidente** — Ney, pergunte o que você quiser. Esses temas, os salários e a poupança são da maior importância para mim e para qualquer governante. O objetivo principal de qualquer Governo é o bem-estar dos cidadãos e o bem-estar é resultado do salário de cada um, da sua poupança e de sua renda. Por que este ano é difícil? Porque a situação econômica afeta o bem-estar de cada um de nós, de cada telespectador e afeta em termos de salário e de poupança. Afeta os trabalhadores, empresários, os funcionários civis e militares, afeta os deputados e senadores, afeta os novos governadores e também a mim. A crise é de todos e todos temos de enfrentá-la juntos. O Governo tem que proteger o salário e a poupança. Mas, um ano mais difícil do que o ano passado quer dizer que cada um de nós vai obter um pouco menos do que no ano passado.

Todos nós vamos ter que fazer algum sacrifício.

**Apresentador** — *O Jaime Júlio de Freitas, de Sorocaba, Presidente, São Paulo, acha que a crise econômica pode levar o Governo a acabar com a semestralidade dos salários. Eu pergunto ao Senhor o seguinte: Vossa Excelência não acha injusto que os assalariados não possam ter seus salários reajustados, pelo menos, duas vezes ao ano?*

**Presidente** — Bom, eu já disse que o Governo quer proteger a poupança e o salário dos brasileiros. E eu respondo ao Jaime, e a todos os trabalhadores brasileiros, que o Governo quer proteger os trabalhadores. O Governo está do lado dos trabalhadores e não contra eles.

Os meus opositores dizem que o Governo adota esta ou aquela medida em prejuízo do trabalhador. Mas, vamos deixar as coisas claras: esse é um ano difícil. Temos que adotar medidas austeras para trabalhadores e empresários. Este ano todo mundo perde. Ninguém está satisfeito, mas podemos fugir à realidade. Vamos lutar para melhorar a situação. Essa a regra geral para todos.

**Apresentador** — *Mas Presidente, e o salário do trabalhador?*

**Presidente** — Eu repito, Ney, o Governo está do lado dos trabalhadores e quer proteger o salário do trabalhador. Vamos ao fundo da questão. Proteger contra quem? Contra o FMI? Contra os empresários? Contra as multinacionais? Não é nada disso. É preciso proteger o salário do trabalhador contra a inflação. O que quer dizer isso? Que o Brasil ainda produz pouco e gasta mais do que pode. Gasta porque precisa. Com 70 milhões de habitantes que não produzem e só consomem, é preciso gastar muito mais para ter emprego, casa, alimentos, escola para todos. Nós não temos petróleo. É preciso dinheiro para importar. Nós exportamos pouco. Não temos divisa, não temos dólares para importar o petróleo, para montar fábricas, para criar empregos. Daí, a inflação e a dívida externa.

**Apresentador** — *Presidente, deixa eu ver se entendi direitinho. Nós temos a inflação e temos a dívida externa porque nós gastamos mais do que aquilo que nós produzimos. É isso?*

**Presidente** — É isso. E gastamos, porque precisamos. Eu disse que o Governo está do lado do trabalhador. Vamos ver como. Tome a Previdência Social e a Assistência Médica. São mais de 100 milhões de pessoas protegidas.

Isso significa aposentadoria, pensões, médicos, remédios, hospitais, em que cada pessoa paga uma parcela mínima do custo e outro tanto corresponde aquilo que gastamos, mais do que podemos. Isso é inflação, mais também é política do Governo para proteger o trabalhador.

E a escola gratuita, a universidade gratuita, que favorecem toda a população estudantil, seja qual for o nível de renda. Isso custa dinheiro, custa mais do que podemos. Isso é inflação, mas beneficia o filho do empresário e o filho do operário.

**Apresentador** — *Então, Presidente, se o Governo de repente termina com todos esses programas, diminui a inflação?*

**Presidente** — Claro que diminui. Mas, e se parar com esses programas? E as escolas e os hospitais e os milhares de médicos, professores, funcionários e operários, que sustentam suas famílias, que usam esses benefícios, e quantos, apesar disso, se queixam do Governo? Mas vamos ao problema da fixação dos salários.

**Apresentador** — *Sim, Presidente, como é a política salarial?*

**Presidente** — Para proteger o salário do trabalhador contra o efeito negativo da inflação, o Governo adotou a política de fixar o nível do salário com base na avaliação que fazemos do aumento da inflação. E essa avaliação vale para toda a economia brasileira. Enquanto a situação

permitiu, enquanto havia espaço de manobra, o salário do trabalhador teve uma vantagem especial: os 10 por cento de produtividade. O trabalhador tinha uma quantia extra acima da avaliação inflacionária. Aqui entre nós, isso era possível porque contávamos com os recursos do endividamento externo para fazer essa espécie de repasse. Isso acabou. Agora temos de produzir mais e diminuir os gastos.

**Apresentador** — *Presidente e os aumentos semestrais que o Jaime lá de Sorocaba, São Paulo, mencionou.*

**Presidente** — Numa resposta direta à pergunta do Jaime, o importante é que o salário do trabalhador, sempre, todo o tempo, seja protegido da inflação. Como? Por um aumento que acompanhe o aumento da inflação. Então o trabalhador não perde o poder aquisitivo. Não vê o salário diminuir. Acho justo que o salário seja recomposto para defendê-lo da inflação. Neste momento, a política do Governo é de promover o reajuste semestral.

Mas a política salarial está sendo debatida em toda parte, no Congresso, nos Ministérios, nas empresas e nos sindicatos. Eu aprovo esse debate, porque ele é próprio do processo democrático. Vamos ver até onde chegamos.

**Apresentador** — *Presidente, entendi claramente. Agora quero fazer uma pergunta para o Senhor: E por que, então, o novo decreto-lei?*

**Presidente** — Porque a situação mudou. No ano passado os países compradores dos nossos produtos fecharam os mercados. E os bancos internacionais reduziram as faixas de empréstimos. Isso trouxe dificuldades para toda a economia brasileira. São dificuldades para todos nós. Temos que produzir mais, diminuir os nossos custos, gastar menos e tentar exportar tudo. Então, qual a primeira preocupação do Governo? Em momento de crise, a primeira preocupação do Governo tem que ser a condição do trabalhador, a proteção do trabalhador, acima de tudo a proteção do emprego. É preciso evitar e combater o desemprego.

**Apresentador** — *Está bom, Presidente, eu fico na palavra do Senhor. E como é que o Governo quer evitar e combater o desemprego?*

**Presidente** — Em primeiro lugar, garantindo o emprego dos que já têm empregos. Esse é o objetivo do novo decreto-lei que o Governo enviou ao Congresso. Como as empresas têm de diminuir custos, iriam promover demissões em massa por não poder arcar com os custos de salários que aumentam com base numa produtividade que acabou. Com esse decreto-lei e o seu efeito suspensivo, estamos ganhando um tempo precioso

no custo da produção, que é vital, neste momento, para todo o país. É um sacrifício necessário, mas seria pior a demissão em massa.

Ney, os empresários são livres para demitir trabalhadores e até para fechar as fábricas, mas o Governo tem de zelar pela paz social e pela proteção do trabalhador. Então, o Governo fez uma concessão aos empresários para apoiá-los nesse momento em matéria de custo da produção. Mas isso tem uma contrapartida. O Governo também está do lado dos trabalhadores. Os empresários têm uma responsabilidade social e não poderão fugir a ela. Já temos uma questão social difícil e o desemprego só virá agravá-la.

Não é hora para isso.

**Apresentador** — *Presidente Figueiredo, e outras medidas?*

**Presidente** — Aqui mesmo nesse programa eu disse que o Ministro do Trabalho está ultimando uma série de medidas para melhorar a Consolidação das Leis de Trabalho em benefício do trabalhador. Mas eu quero me referir, também, a outra coisa: à livre iniciativa e ao pequeno empresário.

Se uma pessoa tem algum preparo técnico, ela não precisa ser um empregado. Pode ser autônomo. Ter a sua própria micro-empresa.

**Apresentador** — *É, o Senhor realmente mencionou aqui que, inclusive, está ultimando uma espécie de estatuto para a pequena empresa.*

**Presidente** — Exatamente. Eu acho que precisamos incentivar no máximo a iniciativa das pessoas. O país é grande e tem muita gente. Estamos terminando de montar uma infra-estrutura de energia e transportes adequados. Com a iniciativa de cada um podemos criar milhares de empresas individuais, familiares, pequenas empresas, que darão renda e independência econômica a milhares de brasileiros.

Isso aconteceu na Europa, nos Estados Unidos e, eu estou certo, vai acontecer aqui.



## DIRIGENTES SINDICAIS

**Apresentador** — *Presidente, tem uma outra carta aqui, do Sr. Nixon de Souza Dantas, que relata caso de detentores de mandatos sindicais que se eternizam nos mesmos, ficam muito tempo por lá. Ele sugere a proibição de reeleição e indaga se existe interesse do Governo em manter essas pessoas no exercício desses cargos, desses mandatos?*

**Presidente** — Eu, pessoalmente, acho que ninguém deve se eternizar nos cargos ou funções que exercem. Isso é mal para o cargo, é mal para a organização e é mal para os outros.

Nas Forças Armadas, antigamente, os oficiais-generais podiam permanecer muitos anos na ativa. Isso foi mudado em benefício geral no Exército. Um oficial-general só fica na ativa, no máximo, por 12 anos. E isso somado às três categorias, de general-de-brigada, general-de-divisão e general-de-exército. Assim, temos agora uma renovação de quadros mais eficaz.

Acho que a sugestão do Nixon deve ser examinada, pois conduz a uma renovação mais freqüente nas lideranças sindicais, em benefício dos mais jovens. E o Brasil é um país de jovens. Vou encaminhar essa sugestão ao Ministro do Trabalho para que estude e veja as suas implicações. Acho que ela deve ser estudada em conjunto pelos trabalhadores, pelo Legislativo e pelo Executivo. Este é o melhor caminho, o caminho de acordo com o processo democrático que está em marcha.

## CADERNETA DE POUPANÇA

**Apresentador** — *Presidente Figueiredo, eu tenho aqui uma carta de Aparecido Hélio da Rocha, de Glória de Dourados, do Mato Grosso do Sul. Como ele é bancário, ele pensa juntar um dinheiro e pergunta: "Que garantias dá o Governo aos poupadores?"*

**Presidente** — Meu caro Aparecido, eu vou repetir: a poupança dos brasileiros é uma das coisas mais importantes para mim e para o Governo. Você quer garantia eu dou todas. Existe uma preocupação constante, uma atenção permanente do Governo em acompanhar o sistema de poupança nacional e evitar que ocorram acidentes que possam afetar esse sistema. Toda vez que ocorre um acidente, o Governo, de imediato, intervém e dá todas as garantias aos poupadores.

**Apresentador** — *Presidente Figueiredo, foi o que aconteceu no caso da Delfin?*

**Presidente** — Exatamente. O Governo assumiu o controle da situação e evitou um incidente gravíssimo. Os milhões de depositantes que se sentiram ameaçados no primeiro momento, hoje dormem tranquilos porque sabem que a sua poupança está bem protegida pela Caixa Econômica Federal.

**Apresentador** — *Então, Presidente, quem tem caderneta de poupança está protegido pelo Governo?*

**Presidente** — Conta sim. Pode contar com todo o apoio, com toda a proteção que o Governo dá ao sistema de poupança. Proteger a caderneta de poupança dos efeitos da crise é política do Governo.

**Apresentador** — *Presidente Figueiredo, a propósito dessa carta, o Senhor tem caderneta de poupança?*

**Presidente** — Tenho Ney. Eu e mais outros milhões de brasileiros.

**Apresentador** — *Está bom. Então eu lhe faço mais uma pergunta. E por que?*

**Presidente** — Em primeiro lugar, porque a caderneta de poupança protege o nosso dinheiro contra a inflação. Em segundo, porque a caderneta de poupança tem grande importância para todos nós. É com esse di-

nheiro junto com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, que estão construindo mais moradias e também gerando muitos empregos. Cerca de nove por cento de nossos trabalhadores vivem hoje da construção civil. Por isso, a caderneta de poupança é para mim um dos principais instrumentos de estímulo ao crescimento da poupança interna. Nós precisamos dela, agora mais do que nunca, para continuarmos a crescer. Por esta razão é que meu Governo vem dando todo o apoio à caderneta de poupança. Ainda agora acabamos de igualar as correções monetárias e cambial à taxa de inflação. Com isso, o dono da caderneta tem a certeza de um ganho de, pelo menos, seis por cento ao ano acima da inflação.

**Apresentador** — *Presidente Figueiredo, o meu tempo já terminou e o Senhor já terminou muito antes do meu. Então eu lhe faço a última pergunta. O Governo também elevou aí o nível de garantia. Quer dizer, mesmo que o sujeito coloque numa empresa que não seja do Governo, o Governo garante aquele depósito. Aumentou agora, não é?*

**Presidente** — Sim, elevamos também — a garantia do Governo Federal, que equivale hoje a 12 milhões e meio de cruzeiros. Assim, a caderneta de poupança é uma aplicação sem risco. Estou convicto de que o aumento da poupança interna é um dos caminhos que nós temos para mais rapidamente sairmos da crise que nos atinge.

**Apresentador** — *Presidente Figueiredo, muito boa noite, muito obrigado.*

**Presidente** — Muito obrigado, Ney.



## **PROGRAMA Nº XXXIII**

**22 de abril de 1983**

**ABERTURA**

**GOVERNADORES OPOSICIONISTAS**

## ABERTURA

**Apresentador** – *Boa noite, brasileiros. Boa noite, Senhor Presidente.*

**Presidente** – *Boa noite, Ney.*

**Apresentador** – *Presidente Figueiredo, o Senhor viaja depois de amanhã para o exterior, para o México. E nós, a Rede Globo de Televisão, está preparando o lançamento do programa “O Povo e o Presidente” para todas as quarta-feiras, durante 10 minutos. E a nossa intenção é a seguinte, Presidente: é colocar no ar o programa no mesmo dia em que o programa é gravado ou, eventualmente, realizado ao vivo, aqui em Brasília. Nós vamos ter 10 minutos. Fica mais dinâmico e fica mais em cima dos assuntos que o Senhor trata aqui.*

*No começo, Presidente, a gente respondia cartas assim em termos jornalísticos, intemporais, do povo brasileiro. Agora, o Senhor tem tratado de assuntos do dia-a-dia da vida brasileira. Então, nós vamos levar esse assunto no dia em que o Senhor tratou, inclusive com uma força jornalística de chegar poucas horas depois à casa do telespectador. E vamos continuar discutindo aqui, com o Senhor, os temas que interessam ao povo brasileiro e as decisões que o Senhor toma, todos os dias, de interesse da população do País.*

**Presidente** – *Ney, você interpretou fielmente os meus motivos. A comunicação entre o Governo e o povo é uma das vigas-mestras da democracia. A democracia cresce com o contato entre o povo e o Governo.*

*Eu aceitei o convite do Dr. Roberto Marinho para fazer este programa, no ano passado, com a expectativa de que ele ajudaria no esforço de fazer deste País uma democracia.*

**Apresentador** – *Presidente, foi também com esta disposição que o Dr. Roberto Marinho colocou a Rede Globo de Televisão à disposição, ao seu dispor. Seria uma maneira valiosa, acredito eu, de a Rede Globo se colocar a serviço da abertura política.*

**Presidente** – *Seria não, Ney; foi e continua sendo. A Rede Globo, pelo seu alcance, pode prestar serviços inestimáveis à democracia. Graças a Deus, vamos indo bem.*

*A avenida democrática está ficando cada vez mais larga, e a comunicação direta, clara, aberta, sincera, entre o meu Governo e todos os brasileiros, eu considero essencial. Faço questão absoluta de ser sempre sincero, franco, aberto com os brasileiros. Eles querem isso e eu também.*

Se a situação está difícil, eu digo que está difícil. Se o Governo não tem meios para ajudar este ou aquele setor, eu não vou enganar ninguém. A democracia exige um jogo aberto, franco, leal. E isso eu estou fazendo, e isso está fazendo o Governo e o PDS. Estamos discutindo e vamos continuar discutindo, abertamente, a nosso caminho político, as nossas diretrizes de Governo, sempre em busca do melhor consenso que se possa chegar.

**Apresentador** — *Presidente Figueiredo, às vésperas de mais uma viagem do Senhor ao exterior, para cuidar de assuntos da Nação brasileira — e agora já não há mais quem discorde da interdependência das nações com relação aos seus problemas — se pode discutir o índice maior ou menor dessa posição. Então, Presidente, a situação continua difícil, não é?*

**Presidente** — Continua. Mas vamos debater as nossas dificuldades, vamos examiná-las com realismo, mas sem medo e sem pessimismo. Os novos governadores, tanto do meu partido como da Oposição, estão vindo me visitar. Todos trazem um retrato de dificuldades. Essas dificuldades eu já conheço; conheço, palmo a palmo, alguns milhões de quilômetros quadrados de nosso País. Conheço os problemas dos nossos brasileiros, do Oiapoque ao Chuí.

**Apresentador** — *Presidente Figueiredo, o Senhor está convivendo, depois de muito tempo, com governadores que foram eleitos em eleições diretas promovidas pelo Senhor. O que que o Senhor, Presidente, espera dos Governadores?*

**Presidente** — Ney, eu espero que me ajudem a governar, a encontrar caminhos novos para os nossos problemas. E que me ajudem, com a sua vontade de vencer os problemas e com a disposição de trabalhar com afinco para vencer os problemas. O povo acredita, o povo espera muito da vontade, do trabalho e da imaginação dos nossos governadores. E eu também.

**Apresentador** — *Presidente Figueiredo, eu pergunto para o Senhor o seguinte: O Senhor falou do que o Senhor espera dos governadores eleitos. E o Governo Federal, Presidente?*

**Presidente** — O Governo Federal já está neste campo de batalha há muito tempo, e com tudo o que tem. Ney, os soldados veteranos adivinham de onde vem o tiroteio, por isso conseguem se proteger e contra-atacar.

**Apresentador** — *Por exemplo, foi o que aconteceu na semana passada, com o desemprego e o Finsocial, Presidente?*

**Presidente** — Foi. No ano passado, quando eu criei o Finsocial, os políticos da Oposição me atacaram e alguns empresários foram contra. Diziam que o Finsocial era para as eleições. Não quiseram reconhecer que eu criei o Finsocial para ajudar os brasileiros de nível salarial baixo e os brasileiros sem emprego. Os programas e projetos de aplicação estavam sendo preparados.

Então, de repente, temos uma crise que agita a bandeira do desemprego, e a Oposição vem me falar de desemprego como uma grande novidade. Eu esperava sugestões brilhantes, soluções para o problema.

Nada disso! Vieram me trazer a novidade de que o problema existe e que o Governo Federal tem de ajudar.

Graças a Deus, os meus veteranos estavam preparados. Eu não podia deixar os novos governadores, mesmo da Oposição, sem a meu apoio. Eles começam agora a governar e, afinal, desemprego afeta trabalhadores brasileiros, que merecem todo o meu respeito e tudo o que eu puder fazer.

**Apresentador** — *Presidente Figueiredo, eu vou traduzir a sua imagem numa pergunta jornalística, mais objetiva para mim.*

*Quer dizer que então o Senhor, quando lançou o Finsocial, o Senhor o fez como arma para usar contra o desemprego?*

**Presidente** — Isso mesmo. Diante da esperança dos trabalhadores sem emprego e diante da expectativa dos novos governadores, todos voltados para a ajuda do Governo Federal. Eu não podia desampará-los. E mandei aplicar, imediatamente, o Finsocial para criar empregos. Liberei 250 bilhões de cruzeiros para criar empregos em São Paulo, no Nordeste e em muitos lugares. E vou aplicar outros 250 bilhões ainda este ano.

**Apresentador** — *Presidente Figueiredo, a Rede Globo de Televisão recebeu várias cartas com preocupação do telespectador com relação ao desemprego. Muitas. . .; outras sobre os salários. . . Centenas de cartas que pedem emprego através deste programa.*

*O que o Senhor teria a dizer neste momento sobre isto, Presidente?*

**Presidente** — Que as condições de vida do trabalhador brasileiro devem estar, neste momento, no centro das preocupações de toda a sociedade brasileira. E eu espero uma resposta adequada e rápida de todos os setores responsáveis.

O Governo já se definiu e está do lado do trabalhador. Temos de manter o nível de emprego a todo custo. Temos de evitar demissões em massa. Temos de criar novos empregos.

Estamos passando pelo centenário de Getúlio Vargas. Meu pai, que



era um democrata liberal, combateu o ditador Getúlio Vargas. Mas ele reconhecia, como eu reconheço — e o Brasil reconhece — que Getúlio deu aos trabalhadores do Brasil um lugar que tinham direito na nossa sociedade.

Em Volta Redonda, eu abracei Dona Alzira Vargas do Amaral Peixoto, a filha de Getúlio; e o candidato do PDS no Rio de Janeiro, Wellington Moreira Franco, está ligado à família Vargas.

Para o Governo e para o PDS, os valores positivos do Trabalhismo, a herança positiva do Getulismo em benefício do trabalhador, merecem todo o respeito.

E o que tenho em vista, quando falo em “resposta imediata de todos os setores”, é uma aliança em benefício do emprego e do trabalhador; é uma aliança que se contrapõe à idéia de luta de classes.

## GOVERNADORES OPOSICIONISTAS

**Apresentador** — *Presidente Figueiredo, a Rede Globo recebeu muitas cartas que trazem uma preocupação comum — até eu anotei aqui —: A atitude de alguns novos governadores, primeiro, limitando o apoio estadual aos prefeitos do seu próprio partido e, segundo, despedindo funcionários com a alegação de que seriam do PDS.*

*Eu tenho aqui, por exemplo, a carta do senhor Jamil Seba, de Catalão, no Estado de Goiás, nesse sentido.*

*Qual é a sua posição a respeito desse problema, Presidente?*

**Presidente** — Ney, eu espero que os novos governadores meditem com muito cuidado e examinem todas as implicações e consequências de um gesto impensado como esse, de que possam vir a se arrepender depois. Isso seria perseguição política, incompatível com o processo democrático. Eles esquecem que para consolidar o caminho democrático, o meu Governo e o meu partido fizeram a anistia. Alguns dos novos governantes puderam ser eleitos — e hoje governam — graças a essa atitude democrática, à confiança na fraternidade nacional, que se deve colocar acima dos jogos políticos. E hoje, alguns desses homens querem perseguir os meus correligionários! Eu não vou admitir isso. Esses funcionários ameaçados de demissão são brasileiros, têm famílias para sustentar, merecem todo o meu apoio e terão todo o meu apoio. Eles vestem a camisa do meu time e eu ainda sou o capitão do time. Eu também conheço o jogo bruto. Mas, volto a insistir. Esses comportamentos biliosos são incompatíveis com os métodos democráticos.

É claro que um governador deve alterar o escalão de seu assessoramento imediato e ocupar com pessoas de sua confiança as posições-chave da estrutura administrativa estadual. Ou dar apoio maior à ação dos prefeitos mais ligados a ele. Agora, a demissão em massa de funcionários administrativos, por perseguição política, isso não é democrático. Isso prejudica o Estado e prejudica o povo.

**Apresentador** — *Presidente, o Senhor falou em métodos democráticos. E o que que o Senhor chama de métodos democráticos, Presidente?*

**Presidente** — Em duas palavras: conciliação e consenso, em lugar da confrontação, da luta e da agressão entre radicais e extremistas. No processo político-democrático deve prevalecer a ação conciliadora, o respeito mútuo, o debate, a busca inteligente de soluções que conciliem os interesses diversos.

Com frieza, tranquilidade, firmeza e espírito conciliador, estamos levando adiante o processo democrático. Eu conto, para isso, com o es-

forço de todos. E eu digo, porque é preciso um esforço muito maior dos moderados, dos conciliadores, dos democratas, para neutralizar, para superar a veemência e a agressividade dos radicais que só prejudicam a democracia.

**Apresentador** – *Presidente, eu tenho ouvido várias opiniões sobre os debates do novo Congresso. Uns dizem que há excesso de agressividade, outros dizem que não há agressividade e outros dizem que o debate é normal.*

*Então, eu queria perguntar ao Senhor como é que o Senhor, o Presidente Figueiredo, está vendo o novo Legislativo?*

**Presidente** – Ney, esse é outro campo. Sobre o Legislativo, eu só falo a respeito do meu partido, dos parlamentares do PDS. O comportamento dos deputados e senadores dos outros partidos é problema para os seus chefes ou das presidências do Senado e da Câmara.

Temos um novo Congresso, com muita gente nova, ainda motivada pelo fogo da campanha eleitoral. Os procedimentos parlamentares, o decoro parlamentar, têm regras que, com o tempo, vão sendo percebidas e adotadas.

O Congresso é essencialmente um fórum de negociações, de conciliação, de formação de consenso entre as várias correntes políticas do País. Num País complexo como o nosso, há gosto para tudo. O povo elege os candidatos de que gosta. Uma coisa é ser candidato, outra coisa é exercer o mandato com dignidade, com seriedade, com responsabilidade.

**Apresentador** – *Presidente Figueiredo, quando o Senhor estiver regressando da sua viagem que se inicia – vai se iniciar – nas próximas 48 horas, nós estaremos aqui, levando “O Povo e o Presidente” para todo o Brasil, todas as quartas-feiras, durante 10 minutos, e estaremos apresentando quatro vezes por mês, como é o costume e apresentando o programa no dia em que ele é gravado aqui ou realizado ao vivo diretamente aqui do Palácio da Alvorada.*

*Senhor Presidente, muito obrigado, muito boa noite e que o Senhor obtenha na viagem as expectativas que o povo e o Senhor depositam nessa missão.*

**Presidente** – Muito obrigado, Ney. Muito obrigado, senhores.



## PROGRAMA Nº XXXIV

4 de maio de 1983

**Apresentador** — *Boa noite, brasileiros. Boa noite, Senhor Presidente.*

**Presidente** — Boa noite, Ney.

**Apresentador** — *Nós começamos hoje uma nova etapa do programa “O Povo e o Presidente”. O programa será apresentado às quartas-feiras, terá 10 minutos de duração, e o Presidente João Figueiredo vai tratar aqui de assuntos de interesse do povo brasileiro, mostrando a sua posição, o seu ponto de vista, sobre as questões do momento da vida do nosso País. Presidente, nesses últimos dias, o Senhor encontrou-se com o Presidente do México, e o Senhor encerrou o ciclo de contatos com os novos governadores, com a audiência que o Senhor concedeu ao governador eleito do Rio de Janeiro, o senhor Leonel Brizola. O Senhor nos diria, no começo do programa de hoje, alguma coisa sobre esse encontro, Presidente?*

**Presidente** — Pois não, Ney. Eu estou particularmente feliz com as conversas que tive com o presidente mexicano, Miguel de la Madrid. Foi uma viagem muito oportuna. Ela teve lugar num clima de coincidência política, e estou certo de que vai nos trazer grandes benefícios. Com essa coincidência política, fica mais fácil encontrarmos novos caminhos na área econômica para desenvolver o comércio do Brasil com o México. Esse clima de coincidência política e esse potencial, vinham sendo detectados pelo Governo, e daí o nosso interesse em realizar o encontro.

**Apresentador** — *Presidente, assim uma pergunta mais terra-a-terra. Que vantagens essa visita pode trazer ao povo brasileiro?*

**Presidente** — Ney, todos os atos do Governo, a ação do Governo, tanto internamente como no exterior, é sempre voltada para beneficiar o povo. No caso da viagem ao México, concretamente, eu me referi ao clima de coincidência política e ao potencial de comércio. Isso quer dizer que os dois governos se aproximaram muito pela coincidência política, e decidimos trabalhar para aumentar o nosso comércio. Isso quer dizer mais exportações para os nossos empresários e mais empregos para os nossos trabalhadores. Aí estão as vantagens para todos nós.

Minha maior preocupação, neste momento, é com a situação dos nossos trabalhadores. Isso eu quero deixar claro, aqui. A preocupação central do Presidente é a situação do trabalhador. Em todos os programas e

projetos que me apresentam, eu quero saber, em primeiro lugar, qual a vantagem que trazem para ajudar a encontrar emprego, a criar emprego, enfim, para melhorar as condições de vida dos trabalhadores. Essa satisfação eu tive com a viagem ao México. Essa viagem vai ajudar a situação do emprego no Brasil.

**Apresentador** — *Presidente Figueiredo, e essa aproximação do PDS com o PTB? Essa aproximação, Presidente, vai influir sobre a escolha do próximo presidente?*

**Presidente** — Mas até você, Ney? Todo mundo só fala em candidatura presidencial. Bom, vou dizer qual a minha atitude neste momento. Temos que assegurar a continuidade, a permanência do processo democrático. Não podemos permitir situações que nos levem à instabilidade social, à intranquilidade política, à insegurança. Essa é uma premissa fundamental para a escolha do candidato à Presidência.

Então, antes de buscar um nome, temos de pensar nas aptidões, no desempenho, no sucesso em administrar crises. O mundo atravessa um período difícil, e o Brasil está nele, e com o peso das suas dificuldades próprias.

Os contatos para a coordenação de um nome para candidato presidencial têm de levar em conta, também, essa dinâmica de crise. Por isso, o processo de coordenação será cauteloso. Eu não quero precipitar escolhas ou simpatias que podem até ser válidas agora, mas talvez sejam inadequadas dentro de alguns meses.

**Apresentador** — *Presidente, o Senhor falou em aptidões. Então eu perguntaria ao Senhor o seguinte: Quais as aptidões que o Senhor já identificou para o perfil do candidato?*

**Presidente** — Ney, quando eu fui escolhido candidato, a minha primeira preocupação foi de procurar responder aos anseios nacionais. Eu tentei fazer isso com todo o meu empenho, com todo o meu coração. Espero ter correspondido e trato de corresponder a esses anseios na medida das circunstâncias em que fui candidato, nas circunstâncias em que tenho de governar e com os recursos existentes.

Nos contatos para a coordenação da candidatura, eu vou considerar essencial que o nome do candidato corresponda aos anseios nacionais. Precisamos levar em conta que tipo de governante a Nação deseja.

**Apresentador** — *Agora eu queria fazer uma pergunta para o Senhor. Presidente, e o Senhor sabe, o Senhor, Presidente Figueiredo, sabe, que tipo de candidato a Nação brasileira deseja?*

**Presidente** — Eu não quero impor um candidato que eu escolha sozinho. Eu

já disse isso no fim do ano passado. Por isso, o Governo e o PDS definiram que o método de escolha será de coordenação. Eu vou conduzir essa coordenação de maneira que o candidato conte com a confiança e preencha as expectativas nacionais.

Agora, o que a Nação espera, aí está a chave, a chave de toda a questão. Eu diria, em linhas gerais, que os brasileiros esperam que o seu próximo presidente seja um homem capaz de entender o nosso povo, capaz de assegurar tranquilidade política, paz social; que tenha uma grande sensibilidade voltada para as questões sociais, para as bases reais do progresso do indivíduo, que são a educação e o emprego.

A população brasileira cresceu muito nos últimos anos. É uma população extremamente jovem, que vai amadurecer, que vai ter necessidades, e vai, muito justamente, querer ver suas expectativas atendidas no próximo período governamental. As aspirações, os valores políticos e sociais dessas novas gerações, constituem um panorama novo, que tem de ser conhecido pelos governantes do futuro. Esse é o principal desafio para a coordenação do nome do candidato do PDS à Presidência.

**Apresentador** — *Muito bem, Presidente, todos os brasileiros lhe desejam os melhores votos nessa tarefa. Agora, Senhor Presidente, a minha última pergunta de hoje. E o seu encontro com o Governador Brizola?*

**Presidente** — Nada de especial, Ney. Recebi o governador do Estado do Rio de Janeiro, que é do PDT, como recebi todos os governadores do PMDB. Eles foram eleitos para administrar os seus estados e vão ter de cuidar dos problemas estaduais. Se precisarem de auxílio federal, eu estou pronto a apoiar todas as iniciativas em benefício do povo desses estados, na medida do possível. Isso eu disse ao governador do Rio de Janeiro.

É claro que os governadores do PDS são meus correligionários, e eu os recebi com o carinho de companheiros de lutas eleitorais, como homens que têm comigo e com o Governo Federal, um laço maior de interesses comuns e de amizade pessoal. Os governadores do PDS são meus amigos, meus companheiros de partido. Eles me apóiam e eu quero ajudá-los. Numa democracia, o Governo e o partido do Governo se entrelaçam e esse entrelaçamento deve ser promovido em todos os níveis. Dessa forma, não apenas os governadores do PDS, mas os senadores, deputados, prefeitos, vereadores, todos os políticos do PDS, me dão o seu apoio, e devem receber todo o apoio do Governo, em todos os níveis.

**Apresentador** — *Senhor Presidente, muito obrigado e muito boa noite.*

**Presidente** — Boa noite, Ney. Muito obrigado, senhores.







## PROGRAMA Nº XXXV

11 de maio de 1983

**Apresentador** — *Boa noite, Presidente.*

**Presidente** — Boa noite, Ney.

**Apresentador** — *Parece que nós começamos muito bem, Presidente, essa nova fase do programa "O Povo e o Presidente". Até hoje, uma semana, toda a imprensa ainda repercute o pronunciamento que o Senhor fez aqui na última quarta-feira, sobre o candidato presidencial. E alguns interessados, Presidente, já estão tratando de se ajustar ao molde que o Senhor disse aqui. Será que o Senhor já pode mencionar, hoje, nomes, Presidente?*

**Presidente** — Ainda é cedo para citar nomes, Ney. Afinal, o PDS vai apresentar um só candidato à Presidência da República. A minha coordenação só vai se fixar em um nome para candidato. Ainda é muito cedo.

**Apresentador** — *Presidente, nós temos hoje uma pauta variada aqui, uma coisa braba para tratar com o Senhor hoje. O Senhor está com a voz farruosa. Será que dá para a gente chegar até lá?*

**Presidente** — Dá sim, dá.

**Apresentador** — *Presidente, por que um só nome? O Senhor não aceita a hipótese da coordenação que o Senhor está fazendo e vai fazer concluir que dois ou três candidatos possam, por exemplo, dividir as preferências do PDS?*

**Presidente** — Não. Da minha coordenação, Ney, só vai resultar um único candidato. O PDS é forte porque está unido. E vai continuar forte enquanto estiver unido.

É claro que cada político do PDS, ou dos outros partidos, tenha as suas próprias opiniões pessoais. Adote as posições que lhe convenham e busque assegurar os seus objetivos próprios. Isso faz parte do jogo democrático. A minha coordenação vai considerar as opiniões dominantes, mas há limites para as jogadas individuais e as ambições pessoais.

**Apresentador** — *Senhor Presidente, e quais são esses limites?*

**Presidente** — O limite mais claro, Ney, para as jogadas individuais e para as

ambições pessoais, é o interesse nacional. Neste caso está em jogo o futuro do País.

Graças à vitória nas eleições, o PDS é o partido mais forte e, unido, vai escolher o Presidente da República. Por isso, a escolha do candidato do PDS não pode ficar sujeita a manobras ou ambições pessoais. Eu repito: na escolha do candidato presidencial está em jogo o futuro do Brasil e aqui acaba o espaço de manobra de cada jogador.

**Apresentador** — *Então eu vou fazer uma pergunta ao Senhor: É para isso, então, a sua coordenação?*

**Presidente** — É para isso. Foi para isso, para garantir uma escolha adequada ao nosso momento, capaz de responder às aspirações das forças políticas e sociais do País, que eu assumi, perante o PDS, perante o povo brasileiro, a responsabilidade de coordenar a escolha do candidato.

Afinal, para ser presidente, para exercer a Presidência com seriedade e firmeza, o presidente precisa de duas coisas juntas: primeiro do apoio de um partido forte e majoritário; segundo, do apoio, da esperança e da confiança do povo, de todas as classes, civis e militares.

Sem isso — nós já vimos no passado —, acabamos sofrendo crises que abalaram a vida do País. Acho que já chegou a hora de aprender a lição.

**Apresentador** — *Então, Senhor Presidente, aí estão duas condições para a escolha do candidato à Presidência da República. O Senhor poderia acrescentar mais algum retoque? Por exemplo, civil ou militar?*

**Presidente** — Mas, outra vez, Ney? Isso já está definido. O procedimento de escolha é civil, político, partidário! O candidato pode ser tanto civil como militar. A condição é preencher os requisitos legais. Esse tipo de distinção não tem cabimento numa democracia.

**Apresentador** — *Mas Presidente, eu não quero ser impertinente, mas na democracia o jogo político se faz pelos acertos de interesses, pelos compromissos entre políticos, quase de homem a homem. E como é que ficam esses compromissos, Senhor Presidente?*

**Presidente** — E para que serve a minha coordenação? Com o apoio do PDS, eu conduzi o processo de abertura, garanti as eleições livres, respeitamos fielmente os resultados eleitorais.

Agora, eu tenho uma delegação expressa do PDS para coordenar a escolha do candidato. Não vou tirar candidato do bolso do colete. Vou identificar as tendências do meu partido, examinar os interesses diversos, os compromissos políticos com toda latitude, e escolher um candidato que reúna aquelas condições e preencha as expectativas. Os compromissos assumidos na coordenação serão honrados pelos candidatos. Estou segu-

ro de que esses compromissos terão mais força e mais fidelidade do que outros compromissos de ocasião, feitos prematuramente.

**Apresentador** — *Presidente, e a posição dos convencionais do PDS?*

**Presidente** — Bom, eu vou dirigir uma mensagem pública ao PDS, numa só palavra: União! Um partido unido, forte e monolítico em torno do candidato que venha a ser escolhido. Eu tenho certeza de que os convencionais do PDS não assumirão compromissos pessoais antes do tempo. Eles sabem que o compromisso dos convencionais é com a direção do partido, com os interesses superiores do País e com ninguém mais. No nosso partido não cabem as divergências motivadas por interesses menores.

**Apresentador** — *E os candidatos a candidato, Senhor Presidente?*

**Presidente** — Para ser candidato a candidato, eu acho que é preciso um estado de espírito com dois elementos: desprendimento e fidelidade. Quero lembrar que todos os homens do meu Governo e do meu partido têm um compromisso comigo e com o PDS. Consultado o partido, feita a coordenação, escolhido um nome, conto com o esforço total de todos para uma vitória sólida. Para isso eu conto, antes de tudo, com o espírito de desprendimento e com a fidelidade de todos.

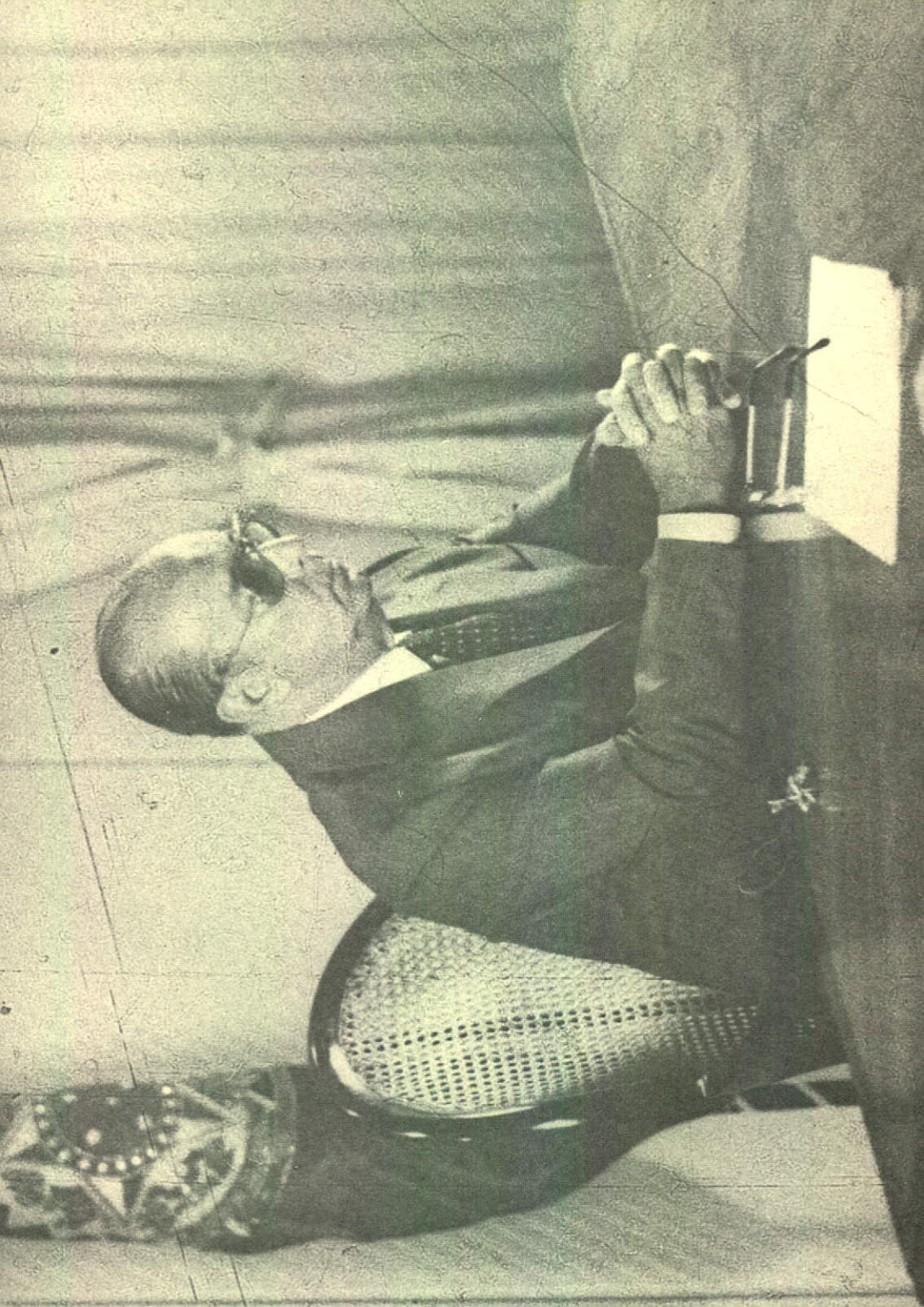
**Apresentador** — *Presidente Figueiredo, minha última pergunta. Desprendimento e fidelidade. Não é pedir demais, Senhor Presidente?*

**Presidente** — Eu diria, Ney, que é pedir tudo. Mas é pedir muito pouco, considerando que está em jogo o destino do nosso povo e a consolidação da democracia no Brasil.

Aliás, a propósito de consolidar a democracia, quero dizer que voltei a receber notícias de que alguns governadores continuam demitindo funcionários porque estes pertencem ao PDS. Eu já disse que não admito esse tipo de perseguição; ela fere, inclusive, dispositivo constitucional, que manda valorizar o trabalho humano. Não vou citar nomes aqui. Mas eu não vou esquecê-los. Espero, sinceramente, que eles parem com isso. Isso é um retrocesso do nosso avanço político.

**Apresentador** — *Senhor Presidente, muito obrigado e muito boa noite!*

**Presidente** — Boa noite, Ney. Boa noite, senhores.



## PROGRAMA Nº XXXVI

18 de maio de 1983

**Apresentador** — *Boa noite, Senhor Presidente.*

**Presidente** — *Boa noite, Ney.*

**Apresentador** — *Presidente Figueiredo, há tempos o Senhor respondeu aqui a várias cartas de telespectadores, de pessoas que sugeriam a sua reeleição. Nesta última semana, já não foram cartas, mas pedidos diretos de pessoas do povo que lhe fizeram em Porto Alegre, na sua recente visita ao Sul. Eu sei que o Senhor já respondeu a essa questão, lá no Sul, e aqui no programa "O Povo e o Presidente". Mas eu tenho que perguntar de novo ao Senhor e abrindo o programa de hoje: Presidente João Figueiredo, o Senhor quer ser reeleito?*

**Presidente** — *Eu já disse isso várias vezes e a imprensa já publicou: que a Presidência para mim, só uma vez. Reeleito eu não quero ser, mas parece que o que eu disse e repito, é esquecido, ou então, outra vez vêm os mesmos que não acreditaram quando eu falei na anistia ou nas eleições. Você se lembra?*

*Muita gente não acreditou. Quantos jornais disseram que não era para valer e eu fiz a anistia e fiz as eleições.*

*Agora eu digo que não quero ser reeleito, e outra vez não querem acreditar. Essas pessoas que não confiam em mim, agem assim porque talvez não confiam nem em si mesmas, que dizer nos outros.*

**Apresentador** — *Mas Presidente, e a emenda do Deputado José Camargo?*

**Presidente** — *O projeto do Deputado José Camargo é sobre reeleição, não é sobre a minha reeleição. É um projeto de emenda constitucional permitindo a reeleição para os cargos do Executivo. A decisão pertence aos partidos e ao Congresso. Democraticamente, ela é válida, ela pode ser examinada e debatida. Mas a aprovação dessa emenda constitucional requer dois terços do Congresso. Para isso, só com o apoio dos partidos da Oposição.*

*Então, o projeto do Deputado José Camargo não é uma manobra indireta, uma tentativa para me reeleger. É um projeto para o futuro e vai depender do encontro de vontades de todos os partidos. Se a emenda for aprovada, é porque houve um consenso nacional.*

**Apresentador** — *Mas, Presidente, o Ministro César Cals, que compõe o Governo do Senhor, propõe a sua reeleição, Presidente.*

**Presidente** — Ney, eu não quero ser reeleito. Eu não sou candidato à reeleição.

**Apresentador** — *Mas, Presidente, e as declarações do Ministro Leitão de Abreu, do Ministro Rubem Ludwig, admitindo a reeleição do Senhor em condições excepcionais?*

**Presidente** — Ney, em primeiro lugar, vou deixar claro uma coisa: não foram declarações espontâneas. A imprensa — quer dizer, repórteres, é que colocaram a questão, e eles tinham que responder.

Agora, pense bem: o que é que você pode responder num caso como esse? As perguntas foram orientadas para produzir aquelas respostas. Eles não poderiam dizer outra coisa. Eu li as declarações do Ministro Leitão de Abreu e do General Ludwig, “em condições excepcionais — como você disse —, diante de uma crise institucional, de uma situação em que esteja ameaçado o nosso regime, a democracia e a paz social”. Mas isso é uma simples hipótese. É mais um exercício dialético do que outra coisa.

Vamos esquecer as hipóteses anormais e voltar a falar nas condições de normalidade em que, felizmente, estamos vivendo. O nosso projeto democrático está avançando normalmente, e vai continuar assim.

O PDS vai escolher um candidato, o colégio eleitoral vai eleger o novo presidente. Eu vou levar adiante a coordenação da candidatura do PDS com toda tranquilidade. Como o PDS tem maioria no colégio eleitoral, eu espero passar a faixa presidencial ao nosso candidato, em 15 de março de 1985.

**Apresentador** — *Presidente, eu não quero ser impertinente, mas eu queria fazer uma pergunta para o Senhor. O Senhor já começou a coordenação? Como é essa coordenação?*

**Presidente** — Já comecei, sim, Ney. No Rio Grande do Sul já tive ocasião de ouvir as forças do partido no Estado. Tive um diálogo franco e aberto com as lideranças estaduais. Amanhã vou encontrar as lideranças nordestinas e também vou ouvir as opiniões. E vou continuar a conversar, trocar impressões, fazer contatos, sentir tendências, as preferências das bases do partido. Afinal, coordenar não é ordenar. Coordenar é conduzir harmonicamente. É ordenar com o auxílio dos outros. E é isso o que eu quero fazer. Coordenar ouvindo, conversando, identificando as tendências e as aspirações dominantes. É isso que eu vou fazer com tranquilidade e segurança, sem pressa.

Quero ter a certeza de que o nosso escolhido para candidato do PDS reúna qualificações para enfrentar os desafios da segunda metade desta década. Acho que um dos desafios mais importantes será o de continuar o processo de normalização democrática. E, para isso, a primeira qualificação é a capacidade de harmonizar as diversas correntes do partido.

Quero levar à convenção do PDS um nome que possa assegurar as preferências dos convencionais. Com isso, o partido vai estar unido em torno do candidato.

O PDS é um partido grande, bem estruturado, em todo o Brasil. Tem bases sólidas em todos os estados e municípios. Com a ampla votação que teve nas eleições, reunindo a maioria dos vereadores, dos prefeitos, dos governadores, dos deputados e senadores do País, o PDS representa a vontade política da grande maioria do nosso povo. Por isso, eu quero ouvir as bases do partido.

**Apresentador** — *Presidente Figueiredo, uma última pergunta, talvez uma pergunta indiscreta. O Senhor acha válido, Presidente, que colaboradores e correligionários seus, ainda com dois anos de Governo — o Senhor tem mais dois anos na Presidência da República —, comecem a digladiar-se, agora, pela Presidência?*

**Presidente** — A palavra-chave para mim, Ney, é democracia. Mas digladiar-se é a palavra errada. No meu Governo não haverá confrontação, não haverá disputa que possa ameaçar a solidez do Governo.

Todos têm tido o cuidado de sugerir suas aspirações dentro dos limites da minha coordenação, e têm tido o cuidado de resguardar suas atitudes de expectativa dentro dos limites que lhes são impostos pelos cargos e por sua fidelidade para comigo e com o meu Governo.

**Apresentador** — *Presidente Figueiredo, eu queria pedir licença ao Senhor para mandar um esclarecimento à opinião pública. "O Povo e o Presidente" tem mudado de dia, de horário e de conteúdo, porque o Brasil mudou. Porque as coisas estão mudando no País.*

*No ano passado, fazíamos um programa respondendo cartas de telespectadores. Era essa a primeira iniciativa, no mundo, que existia, de um Presidente da República, semanalmente, comparecer à televisão.*

*Em função da existência da Lei Falcão, que proibia qualquer assunto de natureza político-partidária, o Senhor, Presidente, também respondeu a cartas de telespectadores vindas de todas as partes do País.*

*Estamos num novo ano. Correram as eleições. Presidente João Figueiredo, há agora um novo processo desencadeado, que é o processo da sucessão presidencial. Então, estamos fazendo um outro programa, em outro horário, em outras condições.*

*Eu quero comunicar aos senhores telespectadores que, dado o crescente interesse jornalístico, e a repercussão dos pronunciamentos de S. Exa., o Presidente João Batista de Oliveira Figueiredo, aqui no programa "O Povo e o Presidente", entendeu a Rede Globo de Televisão fixar um dia definitivo, baseado em pesquisa, baseado na maneira de melhor atender a opinião pública e o Senhor Presidente da República.*

*Este programa, "O Povo e o Presidente", a partir do próximo dia 30,*

*deste mês, 30 de maio, será levado a sua casa, em todos os cantos do País, todas as segundas-feiras, às 21 horas e 30 minutos.*  
*Sr. Presidente, muito obrigado e muito boa noite.*

**Presidente** — Obrigado, Ney. Boa noite.





## PROGRAMA Nº XXXVII

30 de maio de 1983

**Apresentador** – *Boa noite, Presidente.*

**Presidente** – Boa noite, Ney.

**Apresentador** – *Boa noite, senhores telespectadores.*

*Estamos completando um ano de programa "O Povo e o Presidente" e, a partir de hoje, este programa terá lugar neste horário, e gravado há alguns instantes atrás, para que todos os brasileiros possam ter a palavra do Presidente João Figueiredo com a rapidez e a atualidade que todos desejam.*

*Presidente na semana passada o Senhor esteve em São Paulo; na semana anterior o Senhor esteve em Natal, conversando com os governadores do Nordeste. Antes, o senhor esteve no Rio Grande do Sul.*

*É a sua coordenação à candidatura presidencial que está em marcha, Presidente? Como é que vai isso? Qual a sua impressão desses contatos?*

**Presidente** – Bem, em vez de uma você já fez todas as perguntas. E quer saber logo de tudo? Mostre as cartas com essas perguntas.

**Apresentador** – *Presidente, eu não tenho as cartas aqui mas todo o mundo aí está perguntado...*

**Presidente** – Bem, eu vou responder porque estamos tratando do futuro do Brasil e isso interessa a todos os que estão assistindo a este programa, e a todos os brasileiros.

O PDS tem maioria no Colégio Eleitoral e vai eleger o próximo Presidente. Todo mundo sabe disso e, no estágio em que estamos do nosso avanço democrático, a escolha do candidato requer um trabalho extenso de coordenação e ajustamento de opiniões, interesses, pretensões. Então, a minha coordenação está em marcha. Nas últimas três semanas, eu estive no Rio Grande do Sul, no Nordeste e em São Paulo. E vou continuar os contatos para aglutinar as diversas tendências do partido. Você pediu as minhas impressões. Elas são muito boas. Nos três Estados, eu senti um grande interesse, uma participação fervilhante de sugestões e de alternativas. Isso é muito bom. Isso é ação democrática. São políticos do PDS que, desde o vereador até o senador e o governador, estão engajados no processo de coordenação, trazendo a mim a sua confiança, as suas posições, as suas opiniões. As negociações dentro do partido estão em curso. Isso é política partidária do mais alto quilate, em qualquer democracia madura.

**Apresentador** — *Presidente, o Senhor falou em ajustamento de pretensões, de interesses e de opiniões. Isso é necessário porque existem muitos candidatos a Presidente dentro do PDS?*

**Presidente** — E você é contra isso, Ney? Isso é natural numa democracia, no momento das preliminares. E isso é uma demonstração de vitalidade política do PDS. Nas preliminares, o PDS pode contar com um número substancial de candidatos. Mas o Partido sabe, e os pré-candidatos também sabem, que só teremos um candidato.

O Presidente da República não pode ser apenas o representante de uma facção. Ele tem de ser apoiado pelo seu Partido todo, e tem de ser capaz de promover o entendimento e a aglutinação das forças partidárias em todos os momentos necessários. Temos de pensar em candidatos mas com a consciência de que uma vez eleito, o Presidente da República é o primeiro servidor da Nação, responsável pelos interesses do país em sua totalidade, e aí cessam as reivindicações menores.

Bom, mas essa coordenação agora vai continuar o seu curso tranqüilamente, de acordo com os prazos e as datas para as convenções partidárias e com as regras constitucionais vigentes. Mas, vamos mudar de assunto.

Você me pediu as minhas impressões e hoje eu quero dizer que voltei do Nordeste mais impressionado do que nunca. Temos de fazer alguma coisa, e fazer já, para o Nordeste.

**Apresentador** — *Presidente, já que o Senhor mudou de assunto, e todos esses programas, esses projetos, todo esse dinheiro que tem sido carreado para o Nordeste, esses projetos já vêm sendo executados?*

**Presidente** — Em outras viagens passadas, diante de problemas nordestinos específicos, eu mandei criar programas, concentrei recursos de vários ministérios e autorizei ações de emergência, tudo isso para o Nordeste. Mas, na semana passada, eu voltei do Nordeste com a impressão, mais que isso, com a convicção profunda, de que tudo isso ainda não basta. E isso é doloroso para mim. Este é um País enorme, nós estamos fazendo tanta coisa, estamos entalados de problemas, mas é preciso tomar fôlego e nos lançarmos em mais um esforço adicional para ajudar o Nordeste. Eu voltei de Natal com essa preocupação e ela está na minha mente todo o tempo.

**Apresentador** — *Presidente, eu não quero interromper o Senhor. Mas, em Natal, os governadores nordestinos, os nove governadores, levaram ao Senhor sugestões novas, ou eles apenas trataram com o Senhor do assunto da sucessão presidencial?*

**Presidente** — Não. Eles me trouxeram um elenco de sugestões importantes.

Em matéria de sucessão, eles me deram a sua confiança e o seu apoio. Mas todos estavam preocupados, principalmente, em me trazer uma avaliação das necessidades da região, da urgência e da dimensão do problema. E eles conseguiram me transferir essa preocupação.

Estou estudando as sugestões, as propostas que os governadores me passaram. E quero dizer que vou agir com rapidez. Não é do meu feitio protelar coisas. Vamos encontrar novos caminhos, capazes de levar para o Nordeste os recursos econômicos e sociais possíveis e com a urgência necessária. O Nordeste precisa de água, precisa das condições mínimas para fixar o homem à terra e transformá-lo num produtor capaz de gerar renda, de ter lucro e de ter um padrão de vida semelhante ao das outras regiões do País.

**Apresentador** — *Então, nesse período que o Senhor tem ainda de Governo, mais de um ano e meio, o Senhor vai dar, no seu Governo, prioridade ao Nordeste?*

**Presidente** — Ney, no meu Governo, a ação pelo Nordeste sempre teve tratamento prioritário. Mas, agora, o que eu estou pensando é num esforço especial, engajando o Governo Federal e engajando fortemente os governos estaduais nordestinos.

Mas veja só, eu não estou falando de um esforço simplesmente regional. O Nordeste deu uma contribuição enorme ao desenvolvimento do Centro-Sul, à ocupação da Amazônia, etc. Agora, eu estou pensando em como coordenar, em como promover um grande esforço nacional voltado para o Nordeste. Um programa, um plano, um esforço em que caiba a aplicação de novos recursos, a transferência deliberada de investimentos públicos e privados, enfim, tudo o que os brasileiros possam fazer pelo Nordeste.

Na semana passada, em São Paulo, eu recebi uma manifestação de apoio das classes produtoras paulistas que eu considero importante. Eu gostaria que muita gente lesse o discurso do senhor Romeu Chap Chap naquela ocasião. Foi uma magnífica demonstração de vigor dos nossos empresários, de disposição para lutar e superar os nossos problemas, de confiança no seu próprio esforço. Eles cerraram fileiras comigo na luta pelo crescimento nacional.

É esse estado de espírito, é esse ânimo que eu quero se oriente em favor do Nordeste. Afinal, a situação do Nordeste pertence a todos nós. Não é um problema regional, é um problema nacional e é isso que eu peço a todos que compreendam. O problema do Nordeste é também de todos nós. E eu preciso do interesse dos brasileiros em trabalhar pelo Nordeste.

**Apresentador** — *E eu lhe faço a última pergunta: o Senhor tem alguma coisa de concreto já?*

**Presidente** — Ainda não, Ney. Ainda não deu tempo. Mas vamos tomar medidas urgentes.

**Apresentador** — *Senhor Presidente, muito boa noite, muito obrigado.*

**Presidente** — Muito obrigado, Ney. Muito obrigado, senhores.





## PROGRAMA Nº XXXVIII

6 de junho de 1983

**Apresentador** — *Boa noite, Senhor Presidente, boa noite senhores telespectadores.*

**Presidente** — Boa noite, Ney. Eu desejo uma boa noite para todos; para mim as noites não têm sido boas.

**Apresentador** — *Presidente, o Senhor está muito preocupado e eu lhe faço duas perguntas: É a sucessão presidencial que o preocupa ou é a situação econômica do país? São as medidas que estão sendo anunciadas ou anunciando por aí na área econômica que estão preocupando o Senhor?*

**Presidente** — Ney, eu estou muito preocupado e sei que milhões de brasileiros também estão muito preocupados com a nossa situação econômica. Estamos chegando a um ponto crítico, em que temos de tomar as medidas apropriadas. Temos de fazer as reavaliações que se impõem. Estou profundamente preocupado porque eu sei, tenho consciência, de que o nosso povo já está muito sacrificado pelas dificuldades da nossa economia. Estou muito preocupado porque é preciso, como eu disse, tomar as medidas apropriadas. Como fazer isso, Ney? Como adotar as medidas adequadas diante do agravamento das dificuldades?

**Apresentador** — *Presidente, o que o Senhor chama de agravamento das dificuldades?*

**Presidente** — O que está aí, em todas as notícias, que todos conhecem. O aumento do nível de desemprego, a inflação, a recessão, a dívida externa, a taxa de juros elevadíssima, o déficit público, e ainda por cima estamos sofrendo uma seca prolongada no Nordeste e as inundações no Sul. São problemas que estão se agravando e, como eu disse, já atingiram ou estão chegando a um ponto crítico, que exige medidas apropriadas e as reavaliações necessárias. Temos de atacar esses problemas com medidas decisivas e isso vai doer em muita gente. Mas a margem de contemporização está se esgotando rapidamente. Os nossos 120 milhões de brasileiros não podem mais conviver com essa situação. E não é só conviver. E o futuro? Quais são as nossas expectativas? O aumento da dívida externa, o aumento do déficit público, o aumento da inflação, o aumento da recessão, o aumento do juro, o aumento do desemprego? Não são esses os meus objetivos de Governo, Ney. Eu não aceito isso como resultado da minha estratégia, dos planos traçados para um País co-

mo o nosso. E o nosso povo, como eu, também não pode aceitar esse resultado.

**Apresentador** — *Presidente, então eu repito a pergunta que o Senhor fez. Como adotar as medidas adequadas diante do agravamento das dificuldades?*

**Presidente** — Quaisquer que sejam as medidas adotadas, elas vão ferir pessoas e ferir interesses. Elas exigirão sacrifícios praticamente de todos os brasileiros. Então, os critérios que selecionam as medidas têm de ser muito firmes e claros, na defesa dos interesses maiores da coletividade, na proteção do povo. O bem comum tem que prevalecer sobre qualquer outro critério de interesse.

Temos de minorar, de imediato, as dificuldades advindas da seca no Nordeste e das enchentes no Sul. Temos de adotar um elenco de medidas capaz de combater a inflação e a recessão, reduzir o déficit público, reduzir a taxa de juros, e, principalmente, criar empregos.

É preciso traçar uma estratégia com objetivos claros, palpáveis, capazes de obter a confiança do povo, a confiança de empresários e trabalhadores, e a esperança de um futuro melhor para todos nós.

**Apresentador** — *Como encontrar esse elenco de medidas adequadas, Presidente? Como traçar essa estratégia?*

**Presidente** — Eu sei que é difícil, mas estamos estudando, estamos trabalhando para isso. Eu continuo determinado na minha rota de afirmação do projeto democrático brasileiro. E eu sei que precisamos desenvolver e seguir uma estratégia econômica compatível com esse projeto democrático. Mais do que ninguém, eu conheço os obstáculos, as manobras, as dificuldades que puseram na minha frente, contra o avanço do meu projeto democrático, no campo político.

Agora, eu sei que o mesmo pode acontecer no campo econômico. Temos de contornar, atravessar ou saltar muitos obstáculos da nossa situação econômica para não haver retrocesso, para não estacionar na nossa marcha democrática. Mais que isso, eu diria que a crise econômica, as dificuldades econômicas, podem comprometer a tranquilidade social do País, essencial para um avanço democrático.

Mas eu não vou aceitar isso e eu estou certo de que o povo brasileiro também não vai admitir que isso aconteça. Vamos atravessar essa barreira e vamos consolidar o nosso progresso democrático em todos os campos, político, econômico e social.

**Apresentador** — *Bom, Presidente, o Governo vai adotar um elenco de medidas ao seu alcance. Então, faço ao Senhor três perguntas: E o povo? E os*



*banqueiros? E os empresários e os trabalhadores? O que eles têm que fazer, Presidente?*

**Presidente** — Acima de tudo Ney, e antes de mais nada, ter confiança em si mesmos. É preciso que cada brasileiro acredite que é capaz de resolver os seus problemas, e trate de resolver os seus problemas, de vencer na vida, em lugar de ficar esperando um milagre ou a ajuda do Governo. Não vamos capitular, nem perder as esperanças. Eu já disse aqui que temos de nos unir e trabalhar. Temos de seguir uma estratégia em que todos participem, cada qual no seu dia-a-dia, conscientes de que estamos atravessando um período difícil, mas vamos chegar do outro lado. E vamos conhecer dias melhores, devido ao esforço de agora. A exploração da crise econômica e do pessimismo são as armas dos inimigos da democracia. Vamos deixar de lado o pessimismo. Eu espero que todos — quer sejam governantes, políticos, empresários e trabalhadores — vamos somar o imenso potencial da nossa gente e vamos juntos, unidos, com participação de todos, desenvolver uma plataforma econômica capaz de apoiar solidamente nosso avanço democrático.

**Apresentador** — *Presidente, eu não quero “forçar a barra”, mas vou lhe fazer uma última pergunta: O Senhor está dando mais ênfase à parte moral? À atitude do brasileiro diante das dificuldades? É isso?*

**Presidente** — Exatamente, Ney. Em todas as grandes batalhas, o fator moral é decisivo. Só vence quem tem vontade de vencer. Os pessimistas, os derrotistas caem na estrada. Um povo de moral elevada, que acredita na sua força, atravessa anos de dificuldades e acaba firmando sua prosperidade. Por isso, eu considero o fator moral, o posicionamento da opinião pública, como decisivo para nós neste momento. Nós precisamos desse fator, precisamos de uma opinião pública confiante, para atravessar esse período difícil. Já há indícios de recuperação do crescimento econômico nos países industrializados. Isso significa que teremos expectativas de mercados maiores para nossa exportação. Mais exportação, mais produção significam mais recursos para atenuar a dívida externa e combater a inflação. Significam mais emprego para os nossos trabalhadores.

**Apresentador** — *Senhor Presidente, desejo ao Senhor, em nome do povo brasileiro, que confia no Senhor nesta hora difícil, uma semana de inspiração e de trabalho.*

**Presidente** — Muito obrigado, Ney.

**Apresentador** — *Muito boa noite, muito obrigado Senhor Presidente.*

**Presidente** — Obrigado, Ney.



## PROGRAMA Nº XXXIX

13 de junho de 1983

**Apresentador** — *Boa noite, Senhor Presidente.*

**Presidente** — Boa noite, Ney.

**Apresentador** — *Presidente Figueiredo, nestes dias, o assunto que o país inteiro debate é o novo pacote econômico, são as conseqüências das medidas adotadas pelo Governo, o aumento da gasolina, o aumento dos impostos, o aumento do custo de vida em geral. No programa passado, todo mundo percebeu que o Senhor estava muito preocupado. Agora, Presidente, que saiu o pacote, o Senhor continua preocupado?*

**Presidente** — Continuo, e muito, Ney. A nossa situação, a situação econômica do País está difícil, tanto no *front* externo como no *front* interno. E vai continuar difícil. É como um navio no meio de uma tempestade, com ondas de todos os lados. O navio não pode ficar parado. Tem de escolher um rumo para cortar a tempestade. Numa tempestade acaba o conforto dos passageiros. Todos são atingidos. Nunca é uma viagem tranqüila e confortável. Mas a tempestade existe e estamos todos nela. Temos que escolher o rumo certo e depois aguentar firme, todos, e seguir viagem.

**Apresentador** — *Presidente, o Senhor falou que nós temos de seguir um rumo. Quais são as opções, qual é o rumo desse novo pacote, Presidente?*

**Presidente** — Ele vai no rumo de resolver o principal problema que enfrentamos agora, que é a inflação. Se nós não conseguirmos reduzir a inflação fica impossível tomar qualquer outra medida, desenvolver qualquer programa em benefício do povo. Nós podemos até conviver com uma inflação moderada, como já aconteceu no ano passado, mas não com uma inflação superior a 100 por cento ao ano. Com uma inflação dessa ordem, ninguém consegue produzir nem planejar nada. Nem no Governo, nem na iniciativa privada. E quem acaba sofrendo as piores conseqüências é o trabalhador. Por isso, o pacote contém uma série de medidas para combater a inflação. Todo mundo estava de acordo que o déficit público é uma das principais causas internas da inflação. Então, eu aprovei esta série de medidas para reduzir o déficit, quer dizer, para diminuir os gastos públicos e para aumentar a arrecadação.

**Apresentador** — *Presidente, mas isso vai obrigar muita gente a fazer sacrifício, não vai?*

**Presidente** — Sem dúvida. Infelizmente, isso é inevitável. Mas o sacrifício que enfrentarmos agora, que todos fizemos agora, eu espero que seja recompensado mais adiante, quando conseguirmos baixar a inflação. Só com a inflação mais baixa é que poderemos relançar o desenvolvimento, voltar a crescer e a criar empregos para todos.

Mas, ainda, sobre o peso das conseqüências dessas medidas, eu quero dizer mais umas coisas: primeiro, que todo mundo, e principalmente quem pode mais, tem de arcar com esse peso. O Governo, em primeiro lugar, diminuindo suas despesas, e depois os banqueiros, industriais, comerciantes, todo o mundo, enfim.

E a segunda observação que quero fazer é que nós temos de preservar o Nordeste por causa da seca, e aquelas regiões do Sul, que estão sofrendo inundações. Nós temos de reorientar recursos para ajudar nossos irmãos que estão sofrendo com esses flagelos. E isso nós já estamos fazendo.

Aliás, isso mostra a dimensão de nossos problemas. Além das dificuldades provocadas pela crise mundial, pela inflação, ainda temos de enfrentar calamidades. Mas é preciso manter firme nossa confiança. Nós temos capacidade e disposição, e vamos superar as dificuldades atuais.

**Apresentador** — *Presidente, a gente percebe, e o público percebe, que a dimensão dos problemas é mesmo impressionante. O Senhor acabou de falar no front interno e no front externo.*

*Agora, o que a gente quer saber do Senhor é o seguinte: Presidente, essas medidas que o Senhor acaba de adotar esgotam os problemas?*

**Presidente** — Não, de maneira nenhuma. Primeiro, porque a economia do País e do mundo é uma realidade dinâmica. Temos de acompanhar sua evolução e estar sempre tomando providências e decisões para administrar os acontecimentos ou, pelo menos, procurar controlá-los da melhor maneira possível. Depois, é bem possível que ainda haja novas medidas necessárias para complementar as que foram adotadas na semana passada.

O Governo está ouvindo e recebendo sugestões e pode ser que ainda seja preciso tomar novas decisões.

**Apresentador** — *Presidente, isso é no front interno. Agora, voltando a outro aspecto da pergunta, no front externo. E esse front externo, do que ele depende? Ele depende do FMI? Ele depende dos banqueiros internacionais?*

**Presidente** — Um momento. Vamos ser claros. Temos uma dívida externa

com os bancos internacionais. Vamos supor, uma pessoa qualquer que precisa de crédito, que precisa tomar dinheiro nos bancos. Para isso ela tem de honrar seus compromissos, pagar suas dívidas. Para o País é igual. O Brasil tem que honrar seus compromissos, tem de pagar as suas dívidas. Mas isso não quer dizer que o banqueiro vai mandar na nossa vida. Quando você toma dinheiro emprestado no banco, o banqueiro não vai passar a mandar na sua vida. Isso porque o máximo que ele pode fazer é não emprestar o dinheiro...

Portanto, negociar a dívida, negociar a forma de pagamento, não quer dizer que nós vamos passar a obedecer aos bancos internacionais, nem ao FMI. O FMI é apenas um fundo de recursos. Pode nos emprestar dinheiro a juros mais baixos que os bancos. Está claro?

**Apresentador** — *Perfeito.*

**Presidente** — Bom, eu disse que o *front* externo não depende de nós, porque depende de uma negociação, ou de uma série continuada de negociações entre nós e os bancos internacionais, que têm os seus próprios interesses. Essa é a chave da questão: eles têm os seus próprios interesses. E nós temos de negociar para chegar no ponto em que conciliamos os interesses deles com os nossos. Eles querem ganhar dinheiro e querem garantias de que nós pagaremos. Nós precisamos do dinheiro para o nosso desenvolvimento. Aí temos de entrar com a nossa seriedade como parceiros, temos de mostrar que o País tem capacidade de crescer, e temos de mostrar que somos capazes de vencer as nossas dificuldades.

**Apresentador** — *E no front interno, Presidente. Aqui dentro do País. Por exemplo, eu posso perguntar para o Senhor se também aí a situação não depende de nós?*

**Presidente** — Esta é uma resposta difícil. É uma pergunta de resposta difícil. Vamos ver se consigo traduzir o que eu penso. A situação interna, em grande parte, depende de nós. Uma parcela imensa de responsabilidade pela inflação cabe a fatores externos: a alta do petróleo, dos juros, etc. Mas, a verdade é que a pressão interna das exigências sociais e administrativas nos levou a viver inflacionariamente (se é que existe esse termo...). Em teoria, nós teríamos podido evitar o endividamento externo. Mas, a que custo? Ao custo de parar programas, de não desenvolver a agricultura, ao custo de ter criado muito menos empregos nos últimos anos. Nós decidimos manter o crescimento enquanto foi ou fosse possível.

Agora, pelo menos por um período, vamos ter de conter despesas e investimentos. E isso nós vamos fazer. Portanto, o controle da situação interna depende de nós. Temos de ter a decisão e a união necessárias para enfrentar a fase inicial, que é difícil, de reajustes da economia à reali-

dade dos preços sem subsídio e da execução de programas com menos recursos.

**Apresentador** — *Presidente, a última pergunta: em síntese, o pacote é contra a inflação?*

**Presidente** — Isso mesmo. Nós todos, o Brasil, está seguindo um rumo, uma tendência em que a inflação corre acelerada e todos contribuem para isso. Todos os setores fazem seus planos, produzem e agem incluindo sempre, em tudo, o fator inflação. E isso acelera a inflação. Todos remamos no sentido da corrente, vamos cair na cachoeira. Nessa linha, a situação interna passa a ser mais forte do que nós. Nós somos. . . , temos que seguir a corrente e nós remamos a favor. Até algum tempo atrás, era talvez o rumo melhor, porque conseguíamos recursos no exterior com facilidade. Isso mudou. Vamos ter que mudar de rumo. Agora vamos ter de remar contra a corrente.

**Apresentador** — *Bom, o Senhor acha que isso vai acontecer em todos os setores da nossa economia, ou seja, vão todos remar contra a corrente?*

**Presidente** — Bom, o combate à inflação é necessário para toda a sociedade. Eu sei que ela beneficia alguns setores. Eu sei que alguns setores da nossa economia enriqueceram à custa da inflação. Mas agora vamos todos remar contra.

O Governo está tomando medidas, vai tomar novas medidas voltadas especificamente para cada setor, a fim de que todos ajudem nesse combate; medidas de ajustamento setorial para benefício do conjunto da nossa economia.

Como eu disse no programa passado, o aumento da inflação, a taxa de juros elevadíssima, o aumento da dívida externa, o aumento do desemprego, não são os objetivos do meu Governo.

**Apresentador** — *Senhor Presidente, muito boa noite. Muito obrigado ao Senhor*

**Presidente** — Boa noite, Ney. Boa noite, senhores.







## PROGRAMA Nº XL

20 de junho de 1983

**Apresentador** — *Boa noite, brasileiros. Boa noite, Senhor Presidente.*

**Presidente** — Boa noite, Ney.

**Apresentador** — *Tanto no campo político, Presidente, como no campo econômico, todas as atenções se voltam, hoje, para Brasília, para o Palácio do Planalto, especificamente. Todos os brasileiros aguardam as decisões, as atitudes do Senhor e todos os brasileiros sabem que é o Senhor que tem de decidir nesta área política e nesta área econômica.*

*Presidente, os seus dias continuam cheios? Segundo, e o rumo do barco, Presidente, qual é o nosso rumo hoje?*

**Presidente** — É isso mesmo, Ney. Os meus dias estão cheios. Eu sei que todo o País olha para mim e espera decisões políticas e decisões econômicas. As decisões serão tomadas, elas estão sendo tomadas seguindo o seu curso no momento apropriado. Não vou tomar medidas apressadas, nem no campo político nem no campo econômico. Nos dois campos, eu tenho de examinar a evolução da situação, os efeitos previsíveis, os prós, os contras, antes de uma decisão. Eu acho que o barco deve seguir um rumo cuidadoso.

**Apresentador** — *Presidente Figueiredo, então o Senhor acha que o documento de solidariedade que o PDS lhe entregou, na última sexta-feira, ajuda nesse rumo cuidadoso que o Senhor falou?*

**Presidente** — Ajuda muito. O PDS, os deputados e os senadores que me apóiam, mostraram que compreendem as dificuldades do momento, compreendem a minha posição e reafirmaram sua confiança na minha coordenação. Essa é a hora para o partido do Governo se manter unido. Foi a união que nos levou à vitória na maioria dos Estados, na Câmara e no Senado.

Para mim é muito importante saber que continuo a contar com o apoio do meu partido.

**Apresentador** — *Presidente Figueiredo, e esse apoio é também importante para o Senhor tomar decisões de natureza econômica?*

**Presidente** — Exatamente. O momento não é de prosperidade, e as decisões trazem sempre sacrifícios para a sociedade. O partido do Governo tem

de estar unido para manter a sua força política.

Veja só, eu estou sendo questionado de muitas partes a respeito de candidaturas presidenciais. Desde as eleições, esse é o tema predileto de toda a imprensa, todos os dias. Se eu tivesse me apressado, como seria hoje a situação? Será que um nome escolhido em janeiro estaria crescendo nas expectativas do povo e no apoio do partido? Ou será que estaria sendo desgastado pelos interesses contrários?

Então, eu continuo a seguir um rumo cuidadoso, estou fazendo uma coordenação que leva em conta o interesse do País.

**Apresentador** — *Presidente, passando para economia. O rumo na economia também é cuidadoso? Eu lhe perguntaria, Presidente: o que significa isso?*

**Presidente** — Significa que numa situação que é difícil para todos, em que todos estão sendo atingidos pela crise, as medidas que o Governo adota têm de se orientar pela equidade.

Temos de adotar medidas de restrição, de contenção, de limitação. Essas medidas devem limitar, restringir, cortar nos setores mais capazes de suportar esses limites, essas restrições. E devemos limitar e restringir menos nos setores mais sacrificados pela própria crise e que já estão nos seus limites. Isso é equidade.

Então, o nosso rumo tem de ser cuidadoso para fazer com que o ônus das medidas atinja, de maneira equilibrada, todos os setores da comunidade. Por isso, as medidas de ajustamento na área econômica estão sendo adotadas com todo o cuidado, sem pressa. O Governo está examinando com cuidado quais as restrições que cada medida traz e para quem, a fim de preservar essa equidade.

**Apresentador** — *Presidente Figueiredo, vou colocar apenas um outro capítulo: E os funcionários públicos, por exemplo, de baixa renda, que já estão no fundo do poço e até já estão pensando em fazer greve?*

**Presidente** — Isso é um erro grave. O funcionário público não pode fazer greve. Isso é faltar ao seu dever fundamental. É renegar a sua razão de ser, que é servir ao povo, que é quem paga os seus vencimentos. O serviço público não pode parar, por sua própria natureza. Por isso, a greve de funcionário público é ilegal.

Além disso, o funcionário público que faz a greve esquece que ele já tem um emprego. Que ele preferiu um emprego estável. Em lugar de fazer greve, o funcionário deveria pensar que ele já tem um emprego; que está sendo pago pelo contribuinte, e que o Tesouro não tem recursos para pagar-lhe melhor.

Mas eu compreendo que é uma atitude emocional de alguns funcionários. Compreendo que essa atitude não é gratuita. Eles estão em difícil-

dades. Se houvesse recursos, o Governo já teria atendido as suas reivindicações. Mas os recursos agora não existem. Por isso, eu confio em que eles terão bom senso e compreenderão que todos temos que esperar dias melhores, como todo mundo.

**Apresentador** — *Apenas para completar esse assunto, Presidente: Por isso esses funcionários não foram recebidos pelo Governo?*

**Presidente** — As reivindicações que esses funcionários vieram apresentar são as mesmas de antes, sem alteração, e que já foram examinadas e respondidas pelo Governo. No momento não há nada a fazer senão esperar uma oportunidade melhor. Quando a oportunidade aparecer, o Governo tomará a iniciativa de atender essas reivindicações. Quando o funcionário público faz greve, eu penso é no brasileiro que tem de ser atendido por ele, esse brasileiro que paga o imposto de onde sai o vencimento do funcionário.

**Apresentador** — *Então, Presidente, mesmo nesse rumo cuidadoso na área política e na área econômica, só temos sombras pela frente na área econômica?*

**Presidente** — Bom, também não é tanto assim. Todo quadro tem luz e sombras. Nós temos é que ver também a luz e não só as sombras. Você me lembra um anúncio que eu vi há algum tempo, que era um ponto preto no centro de uma página em branco. Muita gente só via o ponto preto, sem se dar conta da grande página branca. Mas, para ver a página, é preciso levantar os olhos do ponto preto. Temos que levantar os olhos para o conjunto.

É natural que a imprensa mostre as calamidades, como a seca e as enchentes no Sul. Elas existem e afetam muito os nossos irmãos. Mas, o Brasil é muito grande e tem muito mais do que secas e enchentes.

**Apresentador** — *Presidente, vamos ver se eu entendi direitinho. Então, o Senhor está preocupado, mas o Senhor conserva o otimismo?*

**Presidente** — Não é só preocupação e otimismo. É confiança. Eu confio em mim e confio na nossa capacidade de seguir adiante. Estamos passando pela crista da crise, um pouco atrás dos europeus e dos americanos. Quando eles estavam no momento pior fizeram reajustes e autolimitações muito mais fortes do que nós precisamos. Agora é a nossa vez, nós também vamos nos auto-restringir por um curto tempo e depois as coisas vão melhorar. Todo mundo reclamou da maxidesvalorização. Eu disse aqui que era uma medida necessária para ajudar os nossos exportadores. Agora todos já estão vendo os resultados, as exportações crescem, isso quer dizer produção e emprego.

A nossa produção agrícola cresceu tanto nos últimos anos que o impacto da seca e das enchentes do Sul não afetou o conjunto. Não vai haver escassez de alimentos por causa disso. Você se lembra como era antes, Ney?

**Apresentador** — *Presidente, o que o Senhor quer dizer com isso?*

**Presidente** — Há 20 anos atrás faltava luz elétrica no Rio de Janeiro, em São Paulo e em todas as cidades do Brasil. Hoje temos energia de sobra em toda parte.

E as campanhas de vacinação? Acabamos de erradicar a paralisia infantil em todo o País. São milhões e milhões de crianças vacinadas regularmente.

Isso, para mim, é mais importante que todo esse pessimismo, essa preocupação que eu vejo nos jornais. Ao contrário desses derrotistas ou derrotados, eu tenho confiança no Brasil, eu tenho confiança no povo brasileiro. Não somos tão poderosos, tão fortes e ricos como gostaríamos de ser. Mas sempre fomos muito unidos nos momentos de prosperidade e nas crises que já passamos. Vamos passar por mais secas. E com confiança e segurança, essa crise vai nos unir ainda mais, tanto no esforço como na consciência do nosso destino comum. Eu tenho confiança nisso.

**Apresentador** — *Senhor Presidente, muito obrigado, muito boa noite.*

**Presidente** — Muito obrigado, Ney. Boa noite, senhores.



## PROGRAMA Nº XLI

27 de junho de 1983

**Apresentador** — *Boa noite, brasileiros. Boa noite, Senhor Presidente.*

**Presidente** — Boa noite, Ney. Boa noite, meus senhores.

**Apresentador** — *Como é que foi essa última semana, Presidente? Foi muito intensa?*

**Presidente** — Como de hábito, Ney. Foi mesmo muito intensa. Eu estive em Mato Grosso, no Pantanal. Fui lá acompanhado de vários ministros, acompanhado do Ministro da Justiça e do Chefe da Polícia Federal, para lançar oficialmente a “Operação Pantanal”.

Vamos começar um trabalho coordenado, com os governos estaduais da região, para combater os contrabandistas de peles e de animais selvagens. Além de dizimarem a fauna da região, eles estão criando grande intranquilidade para todo o mundo que vive no Pantanal. E vamos ver se conseguimos acabar com isso.

**Apresentador** — *Sempre problemas, não é, Presidente?*

**Presidente** — É a constante, é a rotina do Governo. Sempre questões de interesse público a exigir ação, a exigir solução. Grandes questões econômicas, por exemplo, que continuam aí a nos desafiar.

**Apresentador** — *E é um desafio a nível mundial. Tenho ouvido pronunciamentos do Senhor, não é verdade?*

**Presidente** — Sem dúvida nenhuma. Eu venho dizendo sempre isso, e acabo de repetir, num comício que realizamos quarta-feira passada em Cuiabá. O desemprego está alto nos Estados Unidos, nos países da Europa, e os reflexos, no Brasil, nós já estamos sentindo há meses. As dificuldades econômicas atingem o mundo inteiro, e nós temos de enfrentá-las com a consciência de que o fenômeno é mundial.

**Apresentador** — *E enfrentar como, Senhor Presidente?*

**Presidente** — Se a gente quiser analisar a fundo, Ney, ficaríamos aqui falando durante horas. Mas acho que dá para resumir em dois grupos, em dois conjuntos de medidas.

Primeiro, medidas que não dependem só de nós. Quer dizer, medidas

que só podem ser acertadas, ou adotadas, com a participação e o concurso de outros países. São medidas de cooperação internacional e que se situam, por isso mesmo, no plano externo.

Em segundo lugar, medidas que dependem só de nós. Medidas internas que podem ser decididas aqui e que têm consequências no plano interno, na nossa vida aqui mesmo no Brasil.

**Apresentador** — *Presidente, pelo que eu tenho visto na imprensa, o Governo está ativo nos dois planos, mas ainda assim há muito gente que reclama e há muita gente que critica.*

**Presidente** — É verdade, tem gente que reclama quando o Governo não age, e depois reclama quando o Governo age. Que reclama quando age rápido, dizendo que é precipitado, e que reclama quando age com cautela, dizendo que as medidas estão demorando. É muito difícil contentar todo mundo.

Mas, na maioria, o que há mesmo é debate, discussão, o que é saudável e próprio da democracia.

**Apresentador** — *Vamos voltar um pouquinho. E os problemas, Presidente, como é que ficam?*

**Presidente** — Os problemas são de todos, Ney, e não só do Governo Federal. São problemas que atingem também os governos estaduais e todos têm de participar de sua solução.

**Apresentador** — *Está bom. Agora, faça uma pergunta ao Senhor: Mas participar como, Senhor Presidente? Dando sugestões, dando idéias?*

**Presidente** — Não é só isso, Ney. Idéias e sugestões têm surgido, têm sido feitas, e muitas vezes representam contribuição importante. Mas a participação a que me refiro é a participação ativa na adoção e na execução das medidas estabelecidas para enfrentar os problemas econômicos. Principalmente as medidas voltadas para o plano interno, aquelas que dependem de nossa decisão e de nossa vontade.

**Apresentador** — *Presidente Figueiredo, o Senhor pode dar algum exemplo para definir concretamente essa participação?*

**Presidente** — Claro. Veja bem uma coisa. Nosso principal objetivo, agora, é conter a inflação. Com a inflação a mais de 100 por cento ao ano, o mais prejudicado é o trabalhador, o assalariado. Minha principal preocupação é a situação do trabalhador. Por isso, a primeira coisa que temos de fazer é conter a inflação. Todo mundo está de acordo com isso. E mais, todo o mundo concorda também que o déficit público é a prin-

cipal causa da inflação brasileira. Porque, para cobrir o déficit, quer dizer, o excesso de despesa sobre a receita, o Governo só tem três maneiras.

Duas delas: ou toma emprestado ou emite dinheiro, aumentando a inflação. Qualquer delas aumenta a inflação. A terceira, todo o mundo bate palmas quando o Governo diz que vai reduzir suas despesas. É a redução da despesa. Mas, quando o Governo reduz, mesmo, aí começam as reclamações.

**Apresentador** — *O que caracteriza uma incoerência, Presidente.*

**Presidente** — Claro. E é isso que eu digo. Na hora de executar as medidas é que precisamos da participação de todos. Aí é que é preciso a participação efetiva, e não somente retórica. O mínimo que eu espero é que as pessoas sejam coerentes. Que façam aquilo que pregam, aquilo que aconselham. Porque, quando o Governo passa do plano genérico para o específico, o corte de despesas começa inevitavelmente a doer em muita gente. O Governo não faz isso contra ninguém. Faz porque não tem outro jeito. Quando nós reduzimos despesas de investimentos ou de custeio, as empresas recebem menos encomendas e ganham menos, por exemplo.

**Apresentador** — *E as estatais?*

**Presidente** — É outro exemplo. Para reduzir as despesas, estamos tendo de diminuir os gastos das estatais e não podemos deixar de entrar também no campo da limitação dos gastos com pagamentos de pessoal.

**Apresentador** — *E, e o pessoal está reclamando, e o pessoal está preocupado.*

**Presidente** — Houve um pouco de precipitação nessas reclamações. O principal objetivo do Governo não é a restauração da democracia no Brasil? E o que é democracia senão o estado de direito, o império da lei, o respeito aos direitos de cada um?

Por isso ninguém precisa se preocupar, ninguém terá prejuízo naquilo que for de seu direito. Os funcionários empregados das empresas estatais fiquem tranquilos, porque eu não permitiria nunca que eles fossem prejudicados em seus direitos. Esses direitos serão preservados como manda a lei.

Agora, as estatais vão reduzir despesas e tudo aquilo que for privilégio, que for vantagem exagerada será cortado. O momento não permite esse tipo de gasto, que, inclusive, quando existe, é uma injustiça para com o grande número de servidores públicos que não têm essas vantagens.

**Apresentador** — *Presidente Figueiredo, agora uma pergunta vital:*



*O Senhor acha que essas medidas darão mesmo resultado contra a inflação?*

*O Senhor acha que elas são suficientes?*

**Presidente** — Bem, isso é como dissemos no começo. Enfrentar problemas, adotar medidas, isso é rotina do Governo. Vamos adotar essas medidas para reduzir as despesas do Governo. Eu aprovei essa orientação porque parece mesmo que esse é o rumo mais adequado. Nessa hora, essa é a prioridade, essa é a direção para atacar o principal foco de pressões inflacionárias.

Mas é preciso que todos compartilhem desse esforço. Os governos estaduais e municipais também. Eles também vêm muito ao Governo Federal pedindo recursos.

**Apresentador** — *Presidente, a minha última observação:*

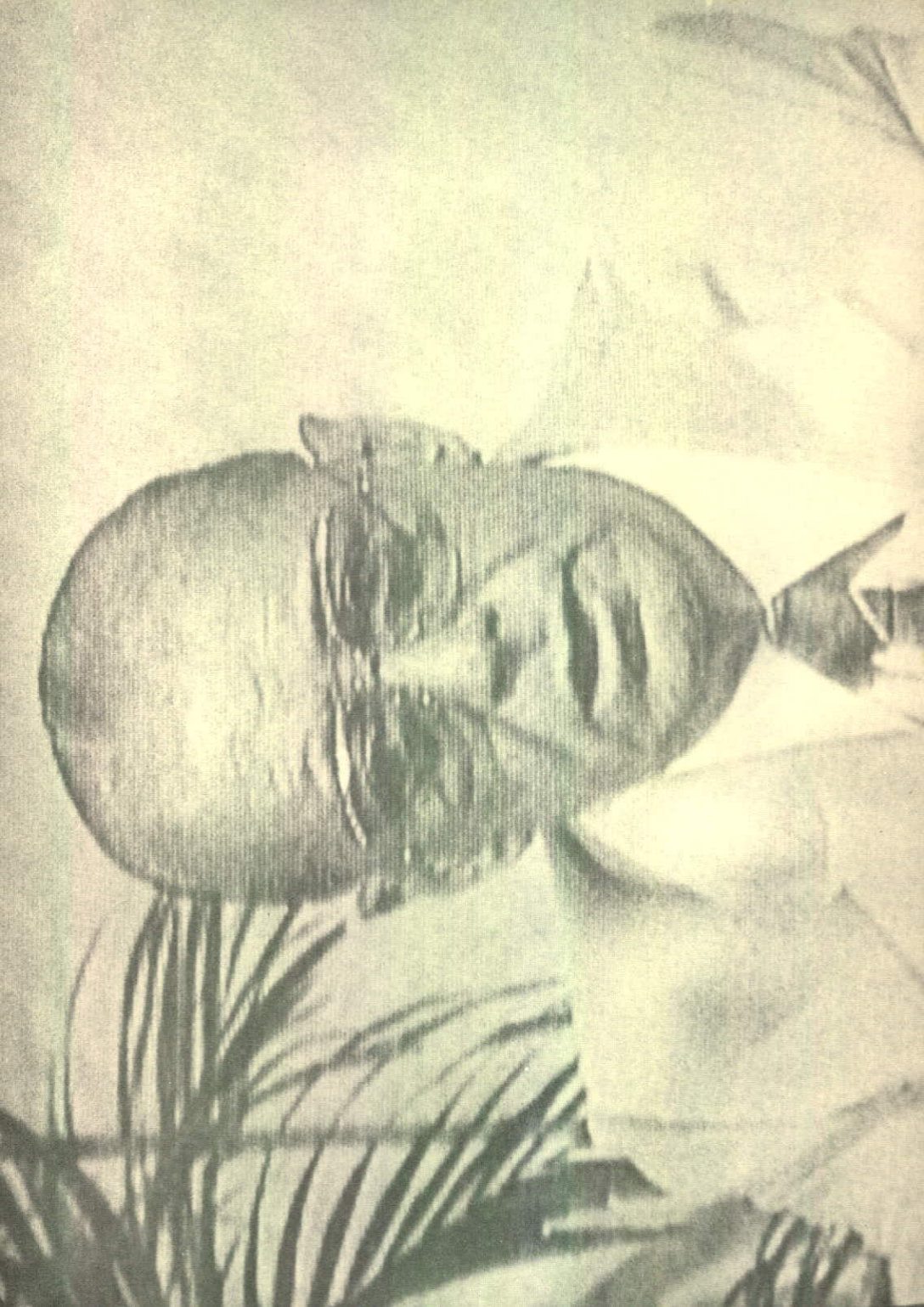
*Mas isso é difícil, Presidente, porque já que os recursos dos governos estaduais e municipais são recursos escassos e eles vêm pedir, evidentemente, recursos ao Governo Federal...*

**Presidente** — Eu sei que é difícil. Eu sei que os pedidos deles quase sempre são justificados, para obras, para projetos de interesse estadual, que normalmente são necessários. Mas, no momento atual, nem sempre é possível prestar-lhes auxílio.

Temos que transformar o objetivo de conter a inflação em uma obsessão nacional. Só assim é que teremos êxito nessa luta, que é para o benefício de todos, independente de partido político ou de região do Brasil.

**Apresentador** — *Senhor Presidente, muito obrigado. Muito boa noite e vamos todos torcer para que essas medidas dêem mesmo os resultados esperados pelo Senhor e pela Nação.*

**Presidente** — É, eu também estou torcendo, Ney. Boa noite para todos.



## PROGRAMA Nº XLII

21 de setembro de 1983

**Apresentador** — *Boa noite, Presidente Figueiredo. Agora que o Senhor voltou de coração novo e com força total, como é, Presidente, que o Senhor vê o Brasil?*

**Presidente** — Boa noite senhores telespectadores. Eu quero dizer que fiquei muito comovido com o carinho e as atenções de tantos brasileiros durante o meu tratamento e esse período de recuperação, que para mim foi muito longo. Mas eu tinha de seguir as prescrições médicas.

Os milhares de telegramas, cartas, telefonemas que recebi foram um grande conforto e eu me permito interpretá-los como uma prova de apoio, uma prova de confiança e uma prova da solidariedade que marca a alma da nossa gente. Isso é uma força imbatível, Ney.

Aliás, nós todos vimos que demonstração maravilhosa de solidariedade, de fraternidade, de tanta gente, no Brasil todo, em favor dos nossos irmãos nordestinos, no último domingo, graças à iniciativa da Rede Globo, com aquele programa para ajudar o Nordeste.

Eu quero aproveitar para cumprimentar o Dr. Roberto Marinho e a Rede Globo. Eu acompanhei quase todo o programa e quero dizer que a resposta do povo, a vontade de todos de ajudar o Nordeste renovaram a minha confiança. Se nos ajudarmos uns aos outros, todos juntos vamos superar as nossas dificuldades. Essa mobilização feita pela televisão, a resposta positiva que toda a população deu ao apelo que foi feito, vem mostrar que o Governo estava certo quando criamos o Finsocial e o Empréstimo Compulsório, para levantar recursos para programas de amparo aos necessitados e às vítimas dessas calamidades.

**Apresentador** — *Presidente Figueiredo, as dificuldades são grandes e o Senhor tem que cuidar, por exemplo, da sucessão, dívida externa, inflação, desemprego, a contenção de despesas, a seca no Nordeste, a reconstrução do Sul. E com tudo isso, Senhor Presidente, o Senhor está voltando de uma operação violenta...*

**Presidente** — Ah, essa não, Ney. Eu já estou muito bem e enfrentar os problemas nacionais é meu dever de ofício, e eu já estou enfrentando esses problemas há muito tempo.

Mas eu quero falar do Nordeste. A promoção da Globo foi muito importante, porque mobilizou o País todo para um dos nossos maiores problemas. Com esse programa, e todo aquele noticiário sobre as calamidades causadas pela seca, o povo brasileiro adquiriu consciência de que a seca no Nordeste não é um problema só para o Governo ou para o

Nordeste. É um problema que afeta todos os brasileiros.

E mais do que isso, todos podem ajudar. Esse é o caminho para todos os nossos problemas. Temos de enfrentá-los todos juntos.

Por isso mesmo, o Governo já se havia antecipado. Criamos o Finsocial e o Empréstimo Compulsório, como formas de emergência para levantar os recursos necessários para enfrentar o problema. Porque essa é a maneira que o Governo tem de mobilizar o apoio de todos para ajudar a quem precisa.

**Apresentador** — *Presidente Figueiredo, de fato o problema é grande e de uma dimensão imensa, o que fica bem claro que, além da responsabilidade nacional, o País inteiro tem que contribuir para resolver o problema.*

**Presidente** — Ney, é uma seca terrível. E já estamos no quinto ano seguido. Eu sei o que é isso. Fui lá muitas vezes nesses anos. Já vi pessoalmente os efeitos da seca em todos os estados do Nordeste e posso compreender a angústia dos novos governadores da região.

Os mapas mostram como a seca avançou de ano para ano. Ney, me ajude por favor. Mostre esses mapas e leia os dados referentes a cada um deles.

**Apresentador** — *Mapa de 1979: mostra que a seca atingiu 513 municípios, principalmente em Pernambuco e Rio Grande do Norte, afetando mais de 80% das terras desses dois estados.*

*Em 1980/81, a seca avançou para 988 municípios, ou seja, 1.399.000 Km<sup>2</sup>, e atingiu mais de 80% das terras dos Estados do Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba, Bahia e uma parte de Minas Gerais. Em 1981, a seca se estendeu para o Maranhão, e abrangeu 86% de todo o Nordeste e aí já afetava 99% do Ceará, do Piauí e do Rio Grande do Norte.*

*Hoje, a seca ocupa 88% do Nordeste: são 1 milhão e 459 mil Km<sup>2</sup> e 1.237 municípios dos 1.427 municípios que existem na região.*

*Bom, esse é o quadro, Senhor Presidente, e o que é que o Governo está fazendo contra a seca, Presidente Figueiredo?*

**Presidente** — Ney, eu não posso mudar o eixo da Terra. A seca é um fenômeno climático. Os nossos documentos históricos registram secas no Nordeste desde 1583. Numa dessas secas muito fortes, D. Pedro II fez uma promoção à maneira da época, como a que a Globo fez no domingo, para que todos os brasileiros se conscientizassem do problema e ajudassem o Nordeste.

Para examinar o que o Governo está fazendo, a primeira coisa que temos de deixar clara é que a seca no Nordeste tem sido um fenômeno quase permanente. De tempos em tempos, ela se repete.

Então, o que temos de fazer é criar condições para que a população nor-

destina possa enfrentar a seca sem sofrimentos. Quer dizer, conviver normalmente com a seca. E é isso o que o Governo está fazendo. Estamos executando um enorme programa para dar água ao Nordeste. O problema é que a extensão da área, que tem de ser coberta, é imensa. Nós vimos aí nos mapas. Temos que criar uma estrutura para fixar e guardar água em um milhão e meio de quilômetros quadrados, para 30 milhões de pessoas. Esse é o nosso horizonte de trabalho.

**Apresentador** — *Presidente Figueiredo, como é que se faz isso?*

**Presidente** — Bom estamos trabalhando em dois caminhos. Primeiramente, para armazenar água e tornar a região mais resistente contra a estiagem. Para isso, só no meu Governo, já foram construídos 64 mil açudes. Veja bem: 64 mil.

Além disso, mais de sete mil barragens e dois mil poços, além dos sistemas de abastecimento de água, adutoras e sub-adutoras, e 80 mil quilômetros de estradas, tudo isso diretamente voltado para preparar áreas agrícolas. Mas, na verdade, dessa maneira, nós estamos conquistando algumas terras da seca, de maneira definitiva e criando condições para fixar o agricultor nordestino na sua terra, com a possibilidade de produzir, sem precisar ir buscar emprego nas grandes cidades do Sul.

Esse caminho visa essencialmente a dar ao nordestino armas para que possa ganhar essa luta. Mas é uma luta para muitos anos. Infelizmente, é impossível resolver o problema do Nordeste de um dia para o outro.

**Apresentador** — *Presidente Figueiredo, o Senhor falou em dois caminhos. Qual é o outro caminho de ação do Governo no Nordeste?*

**Presidente** — É o problema social, Ney. Com a seca não há produção agrícola, não há trabalho, não há comida. E esse é um problema imediato e terrível. São milhares de famílias sem trabalho e sem comida. E o que fazer?

Esse problema já me tirou muitas noites de sono todos esses anos. Desde o primeiro momento, a seca afeta as populações rurais e cria um problema social imediato. A solução, ou melhor, o caminho que o Governo encontrou para esse problema foi a criação de frentes de trabalho. Isso envolveu uma imensa coordenação de órgãos governamentais e de recursos.

Aliás, eu quero dizer que a Engenharia do Exército está prestando uma ajuda valiosa nesse esforço. Hoje temos dois milhões de nordestinos assistidos por esse programa. Eles recebem um pequeno salário e alimentação. Não recebem mais porque os recursos têm limites. Só criando mais impostos para o resto da população.

**Apresentador** — *Presidente, uma folha de pagamentos de dois milhões de trabalhadores é muito dinheiro todo mês.*

**Presidente** — São trinta bilhões mensais, só para pagar 15 mil cruzeiros a cada um, o que é muito pouco, eu reconheço, e ainda o Governo dá alimentos. Eu gostaria de poder fazer muito mais. Mas isso é uma solução provisória, que o Governo criou para não deixar esses milhões morrerem de fome. É uma solução de emergência, que segura o nordestino na sua área. Sem essas frentes de emergência, esses milhões de nordestinos estariam ao desamparo e iriam pressionar outros lugares em busca de trabalho e de sobrevivência. E isso seria mais um fator de agravamento das dificuldades que enfrentam as populações das cidades. Por isso essas frentes têm de ser mantidas até que as obras de infraestrutura produzam resultados.

**Apresentador** — *Presidente, eu não queria interromper o Senhor, não. Mas, alguns governadores nordestinos se queixam da falta de recursos, ou de que esses recursos demoram a chegar ao Nordeste.*

**Presidente** — Eu já dei ordem, e reitero aqui. Os recursos têm de ser liberados com toda rapidez. Além disso, gostaria de poder contar com um orçamento muito maior para fazer tudo o que o Nordeste precisa.

Foi por isso que criamos o Finsocial e o imposto de assistência a calamidades. Devo lembrar aqui que, em diversas ocasiões, tive oportunidade de dizer que o Brasil não poderá ser um País rico com o Nordeste pobre. Estamos reduzindo fortemente os gastos públicos para reaplicar os recursos poupados nos problemas cruciais da população. No mesmo sentido, estamos estudando a desativação de várias empresas estatais, hoje desnecessárias.

O Governo faz tudo o que pode e quer fazer muito mais. Os recursos possíveis estão sendo e vão ser repassados aos governadores que precisam.

**Apresentador** — *Presidente Figueiredo, eu tinha aqui várias perguntas para fazer para o Senhor como repórter, inclusive sobre a sucessão presidencial, a dívida externa, inflação e desemprego.*

*Mas nós estamos envolvidos na questão do Nordeste e eu me permito uma opinião pessoal. Eu também acho que é o problema mais importante do País na minha opinião e, então, em homenagem ao Nordeste, Presidente, o que o Senhor diria — essa é a minha última interferência — o que o Senhor diria aos nordestinos, hoje, Presidente João Figueiredo, diante desse quadro?*

**Presidente** — Que eles não estão sozinhos. Todo o Brasil acompanha a luta do Nordeste contra a seca e contra a miséria. Todos os brasileiros acompanham e, cada vez mais, nos engajamos todos nessa luta, porque cada vez mais temos consciência de que é um problema de todos os brasileiros. Esse engajamento, essa participação de todos, a ampliação de esforços e de recursos para o Nordeste será cada vez maior. E eu agradeço outra vez ao Dr. Roberto Marinho e à Rede Globo de Televisão pelo magnífico trabalho, em mostrar a todo o Brasil o drama dos nossos irmãos nordestinos. Com esse esforço, a Globo e todos os seus artistas e funcionários prestaram um valioso serviço ao Governo. Muito obrigado.

Composição, revisão e montagem:  
Escola de Administração Fazendária – ESAF

IMPRESSO NA SEÇÃO GRÁFICA DO INCRA - BRASÍLIA - DF